



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS CULTURA,
DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO.

VALDIR DA SILVA ALVES

TRANSVALORAÇÃO DO LUSO-TROPICALISMO

CACHOEIRA/BA
SETEMBRO DE 2018

VALDIR DA SILVA ALVES

TRANSVALORAÇÃO DO LUSO-TROPICALISMO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Dr. Osmundo Pinho

CACHOEIRA/BA
SETEMBRO DE 2018

A474t Alves, Valdir Silva
Transvaloração do luso-tropicalismos / Valdir Silva
Alves. – Cachoeira/BA : UFRB, 2018.
103p.

Orientador: Osmundo de Araujo Pinho
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2018.

1. Colonização 2. Brasil-Portugal-Moçambique 3. Luso
tropicalismo I. Pinho, Osmundo de Araujo II. Universidade Federal
do Recôncavo da Bahia. Centro de Artes, Humanidades e Letras. III.
Título.

CDD 301:3253

VALDIR DA SILVA ALVES

TRANSVALORAÇÃO DO LUSO-TROPICALISMO

CACHOEIRA- BA, DISSERTAÇÃO APROVADA EM 26 de setembro de 2018

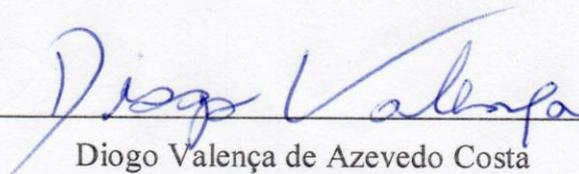
BANCA EXAMINADORA

Osmundo de Araujo Pinho (Orientador)
Drº em Ciências Sociais pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas.
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Dyane Brito Reis Santos

Drª em Educação pela UFBA - Universidade Federal da Bahia.



Diogo Valença de Azevedo Costa

Drº em Sociologia pela UFPE-Universidade Federal de Pernambuco.

CACHOEIRA/BA
SETEMBRO DE 2018

AGRADECIMENTOS

Agradecer talvez seja umas das coisas mais importantes e singelas em um trabalho acadêmico, porque é nesse momento em que fica registrado quantas pessoas participaram na construção do trabalho, fica evidente que não existe trabalho, ou melhor, que trabalhos feitos de forma individual são sempre exceções. Que a coletividade é a melhor forma de se produzir saber.

Agradeço em primeiro lugar a minha mãe, que é símbolo de todo minha conquista, minha grande incentivadora, patrocinadora, motivadora obrigado por acreditar sempre. Na mesma fila do primeiro lugar gostaria de agradecer a Michele Mota, minha companheira e eterna n(amor)ada minha segunda maior incentivadora obrigado pelas grandes sugestões, observações, leituras atentas e importantes críticas que passariam despercebidas. Agradeço ao professor Osmundo Pinho pela orientação nessa caminhada e as pertinentes contribuições a construção deste texto. Agradeço aos colegas de turma: Azamor, Fábio, Clarice, Leonardo, valeu!

Agradeço a Luiza por todas conversas e momentos que tivemos, tenho certeza que sou um intelectual melhor pelas muitas de nossas conversas e da mesma forma, a minha amiga-irmã Barbara, muito obrigado por tudo. Agradeço aos amigos que fiz nessa segunda etapa acadêmica. Agradeço a Viviane pelo longo e bons momentos que passamos principalmente no AMEDOC-Clemente Mariane, vou levar você comigo. Ao professor Paulo de Jesus pelos bons conselhos e momentos no AMEDOC. A minha amiga Késsia Cruz pelos poucos e bons momentos juntos, “tamo junto” sempre.

Agradeço ao povo lindo que possibilitou que o curso sobre Freyre virasse realidade, obrigado meu povo, o curso possibilitou repensar e rever alguns pontos da minha dissertação.

Ao professor André Itaparica pelo incentivo e contribuições para minhas conclusões filosóficas, às amigas Fábria e Fabiana pela torcida e indicações importantes, a professora Eliane Veras por me receber em Recife e pelas importantes sugestões: o meu muito obrigado. Aos professores do programa nas pessoas de Wilson penteado, Salete Nery, Diogo Valença, Suzana Maia, Antônio Eduardo e Zelinda Barros o meu muito obrigado.

A professora Dyane Brito por me proporcionar dois importantes espaços para apresentar meu trabalho de dissertação, ainda bem verde, valeu pela confiança.

Aos amigos Camilo Alvarenga, Marcus Bernardes, Cláudio Marcio Rebouças, pelas referencias que volta e meia apareciam em minha caixa de e-mail obrigado por contribuir.

Aos professores Cláudio Alves Furtado, e Diogo Valença pelas grandiosas sugestões nos pareceres de qualificação. A Cibele Barbosa pela cordial recepção na FUNDAJ-Fundação Joaquim Nabuco, bem como, à Albertina Malta e ao Carlos Ramos.

Agradeço a todos!

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
INTRODUÇÃO.....	9
 I	
BIBLIOTECA DE BABEL.....	10
UM DEBATE PARA ALÉM DO MÉTODO.....	15
 II	
UMA FÁBULA PERFEITA: FRANZ BOAS DE PROFESSOR A GRANDE MENTOR...25	
O AUTOR.....	31
 III	
FABRICAÇÃO DO LUSO-TROPICALISMO.....	39
 IV	
OS USOS DO LUSO-TROPICALISMO.....	54
 V	
OS ANTI-LUSOTROPICALISTAS.....	78
 AURORA.....	 92
 REFERÊNCIAS	

RESUMO

Esta dissertação é fruto de uma descoberta que tive ao fazer pesquisa de campo na capital de Moçambique, Maputo em 2013. Em minhas buscas, verifiquei a existência de uma relação entre Gilberto Freyre e o projeto colonial de Salazar. Tal descoberta veio na linha de minhas inquietações em entender o papel do Brasil na colonização africana. No início da década de cinquenta Freyre foi convidado para produzir uma pesquisa em todas as colônias portuguesas, nesse contexto surge o termo luso-tropicalismo que serviu como suporte para a manutenção do processo colonial português. Frente a isto, o presente estudo buscou entender as tramas em torno da suposta cientificidade que cerca a fabricação do “conceito” do luso-tropicalismo, e a aplicação desse termo pela política salazarista no contexto africano, bem como, os desdobramentos das críticas produzidas pelos autores africanos. Para tanto, e utilizando como aporte metodológico a pesquisa em arquivo associada a revisão bibliográfica, a pesquisa demonstrou que os desdobramentos do pensamento gilbertino sobre o luso-tropicalismo consolidou uma narrativa que ratifica uma acentuada superioridade portuguesa para a colonização fato que reverbera até hoje, inclusive, ao verificarmos a imposição da língua portuguesa em países africanos, como língua oficial. Neste sentido, o presente estudo aponta para a construção daquilo que denomino de transvaloração, utilizando o conceito de Nietzsche. Uma transvaloração como supressão e como inversão. Uma transvaloração como criação de novos valores, o que perpassa pelo fortalecimento de redes que extrapolem o mundo tão pequeno da academia.

Palavras-Chave: África, Brasil, colonização, luso-tropicalismo

ABSTRACT

This dissertation is the result of a discovery that I had when doing field research in Mozambique's Maputo capital in 2013. In my search, I verified the existence of a relationship between Gilberto Freyre and Salazar's colonial project. This discovery came in line with my concerns about understanding Brazil's role in African colonization. At the beginning of the fifties Freyre was invited to produce a research in all the Portuguese colonies, in this context the term luso-tropicalism arises that served as support for the maintenance of the Portuguese colonial process. In the face of this, the present study sought to understand the plots surrounding the supposed scientificity surrounding the fabrication of the "concept" of Luso-tropicalism, and the application of this term by Salazarist politics in the African context, as well as the unfolding of criticism produced by African authors. To do so, and using as a methodological contribution the archival research associated with a bibliographic review, the research showed that the development of gilbertino thought on luso-tropicalism consolidated a narrative that ratifies a marked Portuguese superiority for the colonization fact that reverberates even today , when we verified the imposition of the Portuguese language in African countries as an official language. In this sense, the present study points to the construction of what I call transvaluation, using the concept of Nietzsche. A transvaluation as suppression and as inversion. A transvaluation as creation of new values, which goes through the strengthening of networks that extrapolate the small world of academia.

Key words: Africa, Brazil, colonization, Luso-tropicalism

INTRODUÇÃO

Ao elaborar o projeto deste estudo, um fato logo ficou nítido: seria tempestuoso e também nebuloso desenvolver uma dissertação sobre Gilberto Freyre. Como bem nos alertou Ricardo Benzaquen “Gilberto Freyre não é autor “para principiantes”. Trata-se de um dos intelectuais brasileiros mais reconhecido no exterior (a ponto de parecer uma súpula nacional), considerado, inclusive, o intérprete Brasil.

Na busca pelo melhor caminho para a materialização das conexões necessárias frente ao desafio de escrever a respeito de um autor que em seu tempo foi, sobretudo, autor de si mesmo, o objetivo maior se manifestou em encontrar o equilíbrio para poder iluminar ou escurecer o indispensável para ler, ouvir, ver o que selecionar, e por fim o que escrever. Sempre ouvi de pesquisadores experientes que é muito complicado escrever um trabalho que tenha escassez de referências. Contudo escrever um trabalho sobre uma abundância de referências, e que quase todos os autores clássicos do pensamento brasileiro tenham escrito algo sobre, é como sair de um ambiente escuro e receber uma grande quantidade de luz sobre os olhos. Por isso, cabe afirmar que na ausência ou abundância de fontes, ambos os ambientes podem ser ofuscantes.

Ciente disto, buscarei nas próximas linhas entender as tramas em torno da suposta cientificidade que cerca a fabricação do “conceito” do luso-tropicalismo, e a aplicação desse termo pela política salazarista no contexto africano, bem como, os desdobramentos das críticas produzidas pelos autores africanos. Para tanto, o trabalho está dividido em quatro partes. A princípio exponho os impasses para a consolidação de um referencial bibliográfico sobre Gilberto Freyre a partir de suas próprias obras, apresentando algumas considerações sobre o conceito de etnografia.

Na sequência aborda-se a relação de Freyre e o antropólogo Franz Boas, apontando os desníveis da aproximação defendida por Freyre ao evocar este autor e de que forma essa suposta aproximação reverberou em sua projeção científica. Do mesmo modo, e a fim de explorar a nítida confluência de Freyre com as suas obras, realiza-se um diálogo com a concepção de *autor* do filósofo Michael Foucault vislumbrando demonstrar possíveis erros metodológicos na apropriação pelos pesquisadores, dos seus diários e autobiografias. Discorrendo em últimas análises sobre a fabricação do luso-tropicalismo, seus usos e as discussões anti-lusotropicalistas travadas por intelectuais africanos.

I

BIBLIOTECA DE BABEL

Ao conversar sobre as minhas pretensões de estudar o luso-tropicalismo com acadêmicos e intelectuais sempre ganhava, ou melhor, sempre recebia uma indicação bibliográfica seguida da frase: é uma referência muito importante para seu trabalho. Passei a anotar as referências com entusiasmo, porém com o passar dos meses comecei a perceber que tinha um número de referências superior ao tempo que teria para ler, e ainda constatei que as mesmas eram de autores que escreveram sobre Freyre, não havendo nenhuma do próprio autor. Até ali, não tinha conhecimento de obras de Freyre sobre o luso-tropicalismo.

Deste modo, as obras escritas pelo próprio Freyre sobre o luso-tropicalismo surgiram como referências muito importantes para o andamento do meu trabalho, é quando tomo a iniciativa de adotar a Fundação Joaquim Nabuco como lócus privilegiado para a minha pesquisa, por saber do seu acervo sobre Freyre. Mas, antes de continuar explicando como isso se deu, gostaria de fazer uma substancial digressão sobre algumas peripécias que antecederam as tais referências.

Domingo, dia sete de maio de 2017. Depois de ter marcado e remarcado inúmeras vezes a ida para realização da pesquisa nos arquivos da capital pernambucana, chegou o dia de mais uma odisséia. Tenho percebido que as coisas sempre acontecem em “campo” para que haja uma aura de experiência arriscada. Iria percorrer aproximadamente 800 km até a Recife (capital Pernambuco) de ônibus e tinha passagem comprada para as 17h. Após quase perder o transporte na cidade de Cachoeira para Feira de Santana, cheguei à rodoviária de Feira de Santana com duas horas de folga. Segui até o guichê e me certifiquei do ônibus para Recife e fiquei a esperar... Quando faltavam quinze minutos para às 17h, caminhei até a plataforma B, conforme havia sido orientado, e aguardei o coletivo. Fiquei aproximadamente trinta minutos esperando, senti que havia alguma coisa errada... então me viro para olhar as outras plataformas é quando vejo o “meu” ônibus saindo. Acabava de perdê-lo.

Retornei ao guichê para me certificar e ouvir do atendente que o coletivo sairia da plataforma D e que eu estava na plataforma errada. Depois de alguns minutos de diálogo e de mostrar a passagem com a seguinte frase: plataforma B, ele reconheceu que o erro tinha sido

da campanha, me pediu desculpa e disse que resolveria tudo e que deveria ter um pouco de paciência. Depois de mais uma hora, me informou que sairia um ônibus às 22h para Recife, mas esse transporte não sairia da rodoviária e sim de um ponto de apoio e que um carro custeado pela companhia me conduziria até o referido ponto. Achei que estava tudo resolvido, mas era apenas o início.

Às 21h, cabe lembrar, que já haviam se passado 7h desde que tinha chegado na rodoviária de Feira de Santana. Finalmente chegou o carro com um simpático senhor, que me ajudou com a bagagem e disse em tom de conforto: fique tranquilo vai ficar tudo bem. Seguimos até o tal posto de apoio e ao chegar me deparei com um lugar escuro, era um posto de gasolina e próximo a ele um restaurante infestado de insetos. Havia imaginado o ponto de apoio como uma mini rodoviária, com praça de alimentação possíveis lojas de conveniência e principalmente, segurança.

Apareceu um homem que parecia um personagem de desenho animado, com um andar meio estranho de baixa estatura e me pediu para aguardar no posto que assim que o ônibus chegasse viria para me embarcar. Entrei no restaurante pedi um café com bolo e sentei em umas das mesas perto de uma TV e passei a esperar meio assustado com a movimentação das pessoas e dos besouros. Me pareceu que não era apenas eu que estava “meio” assustado, era um posto na BR com intensa movimentação. Olhei para o celular e faltavam poucos minutos para as 22h resolvi ir ao banheiro e procurar o atendente.

Não encontrei o atendente e já eram 22:30 a preocupação só aumentava. Decidi, sem saber bem o porquê, não entrar mais no restaurante. Sentei do lado de fora coloquei minhas duas mochilas ao meu lado e passei a observar atentamente todos os caminhões e carros pequenos que se aproximavam do posto. As 23h e alguns minutos chegou um ônibus, achei que era o que me levaria para Recife e logo descobri que não era. Perguntei ao motorista se ele tinha alguma informação sobre o transporte de São Paulo para Recife, ele disse que iria aguardar esse ônibus e mais dois para seguir em comboio pois assim era mais seguro.

Foi apenas nesse momento que comecei a me sentir um pouco aliviado e seguro, já que haviam transeuntes no transporte se espalhando pelo posto, alguns para se alimentar, outros para ir ao banheiro e outros apenas para esticar um pouco o corpo e bater papo. Ali no meio de outros passageiros me coloquei a esperar o transporte que chegou no início da madrugada da segunda às 00:21 minutos e que saiu quase às 1h da manhã no tal comboio,

ufa! Achei que havia chegado ao fim todos os transtornos. Mas a viagem ainda prometia outras intempéries.

Quando sentei na cadeira do ônibus fui tomado por uma forte sensação de alívio, era estanho, mas me sentia feliz apenas pelo fato de estar ali... Estava exausto já tinha passado 12h entre a minha saída de Cachoeira no recôncavo baiano onde resido, até a saída do transporte do posto de apoio. Conseqüentemente havia comido quase tudo que havia sido preparado para toda a viagem. Tentei dormir e minutos depois um dos homens que estavam bebendo cerveja no fundo do ônibus, entrou e iniciou seu longo e irritante falatório, totalmente alcoolizado, falava aos berros de sua vida e de seus familiares, gritava dizendo que estava perdido e que o caminho percorrido pelo motorista estava errado, e assim seguiu sem deixar ninguém dormir.

Seguimos. Aproximadamente às 5h da manhã o carro parou e o condutor nos informou que o veículo estava com problemas e que os outros carros seguiram viagem e nós: parados na beira da estrada. Para encurtar a prosa, às 7h da manhã o problema foi parcialmente resolvido, mas tivemos que seguir sem o ar-condicionado o que não seria incômodo se as janelas não fossem lacradas... passamos horas de calor infernal, cabendo acrescentar que haviam muitas senhoras idosas e crianças no transporte.

A situação só conseguiu ser totalmente resolvida na hora do almoço quando chegamos em Alagoas e trocamos de carro. Mas, antes, passamos um longo tempo esperando primeiro pela tentativa (frustrada) do conserto e, em seguida a liberação do novo carro. Depois de mais seis horas de estrada, enfim cheguei à capital de Pernambuco às 18h da segunda-feira.

Peguei um taxi e segui para o bairro da Boa Vista onde me esperava ansiosa a senhora Mauriceia, proprietária da casa em que iria me hospedar. Ela havia feito um almoço que naquela altura já tinha virado jantar. Mas, finalmente, e entre abraços consegui chegar em casa. Contei-lhe todo o percalço da viagem e em seguida tomei um banho, jantei e conheci a casa que me foi apresentada pela amorosa Yasmim, filha mais nova da Mauriceia e em seguida fui dormir.

Acordei terça às 7h da manhã me sentindo deslocado geograficamente, abri a cortina do quarto e vi a intensa movimentação de transeuntes em meio a dezenas de prédios. Estava uma manhã chuvosa e logo fiquei sabendo que a cidade se transforma em um caos nos dias de chuva. Acabava de chegar de uma viagem caótica, resolvi ficar em casa. Às 14h decidi caminhar um pouco e descobri que existia um edifício da Fundação Joaquim Nabuco a menos

de 500 metros de onde estava hospedado. Ao chegar no edifício (que estava em reforma) soube ao me aproximar que mesmo se estivesse em funcionamento não poderia desenvolver pesquisas ali, porque o prédio se destinava apenas para atividades culturais da fundação.

Quarta-feira, dia dez de maio, dou início às minhas atividades de pesquisa na Fundação Joaquim Nabuco. Fui recebido pelo senhor Carlos Ramos que me indicou a responsável da biblioteca em que se encontravam alguns artigos e livros sobre Gilberto Freyre, e, nesse momento, fui também informado que ali não encontraria nada do acervo pessoal de Freyre, pois o mesmo se encontrava na Casa-Fundação Gilberto Freyre (ficava a uns 300 metros da FUNDAJ).

Fui até umas das bibliotecas da fundação encontrar a senhora que me mostraria os materiais que existiam no acervo referente a Freyre. Depois de uma boa conversa e de folhear um grande catálogo sobre toda produção de Freyre, combinei que retornaria na segunda feira seguinte.

Depois dessa longa digressão, retornemos aqui a parte das referências, conforme indico acima. Me desloquei até a Fundação Gilberto Freyre, era um sítio, uma casa colonial onde fui encontrar a responsável pelo acervo de G.F, a Sr^a Jamile Barbosa. Jamile estava meio atarefada, mas me recebeu muito bem, ouviu atentamente e em seguida me golpeou com uma informação: a FGV trabalha com pesquisas agendadas, e seguindo a agenda o acervo só estaria disponível em outubro do ano em curso. Contendo a frustração, expliquei que não sabia desta prerrogativa, e que talvez não tivesse condições de retornar, e ela contra-argumentou apontando às dificuldades de material humano pelas quais a fundação passava.

Foi nesse momento que ela me perguntou se já tinha lido determinadas obras de Gilberto Freyre (listando oralmente os nomes). Respondi que não. Foi quando ela me informou que a fundação tinha uma pequena livraria com obras de Freyre e que encontraria as obras que ela havia me falado. Marquei para passar na loja no dia seguinte, agradei e aceitei voltar em outubro.

Voltei na manhã do dia seguinte e fui conduzido por uma estagiária para a tal lojinha com minha lista de livros. Dos livros que, segundo Jamile, seriam basilares para a pesquisa, encontrei apenas três, porém acabei levando mais dois que me chamaram atenção: um sobre a China tropical e uma autobiografia.

Na tarde do mesmo dia tinha um encontro marcado com a professora Dr^a Eliane Veras do departamento de sociologia da UFPE. Fui recebido com bastante entusiasmo, conversamos

sobre diversas coisas, além, é claro do meu projeto de dissertação. Recebi preciosas referências tanto sobre G.F quanto sobre autores africanistas. Fui gentilmente convidado para a defesa de seu orientando que escreveu sobre Gilberto Freyre e Oswald de Andrade. Agradei o convite e confirmei minha presença, assim nos despedimos.

Conforme havia me comprometido, compareci à defesa do então orientando da Eliane Veras. A banca formada pela própria orientadora, pelo co-orientador e mais dois professores convidados. Depois da arguição do estudante, vieram as contribuições dos professores com bastante referências das quais anotei as que pareciam relevantes para o meu trabalho. Todos demonstraram profundidade sobre o pensamento de Freyre e saí de lá pensativo sobre a ausência que minha geração tinha sobre o pensamento de Gilberto Freyre. Foi daí que surgiu a ideia de organizar um curso sobre o referido autor.

Segunda feira me encontrei com a simpática Cibele Barbosa, historiadora e pesquisadora da FUNDAJ. Cibele havia escrito uma tese sobre a recepção da obra de Gilberto Freyre na França. Conversamos sobre Freyre e sobre meus interesses, neste passo recebi boas referências e uma preciosa sugestão de como encontrar os artigos de jornais escritos por Freyre. Depois retornei para a biblioteca e encontrei outros materiais e aquela velha frase persistia: “Essa é uma referência muito importante para seu trabalho”.

Cabe aqui fazer alusão a uma metáfora Borgiana que ilustra os entraves encontrados nessa caminhada.

O universo (que outros chamam a Biblioteca) é composto de um número indefinido, e talvez infinito, de galerias hexagonais, com vastos poços de ventilação no meio, cercados por balaustradas baixíssimas. De qualquer hexágono, vêm-se os andares inferiores e superiores: interminavelmente. A distribuição das galerias é invariável. Vinte prateleiras, com cinco longas prateleiras por lado, cobrem todos os lados menos dois; sua altura, que é dois andares, mal ultrapassa a de um bibliotecário normal. Uma das faces livres dá para um corredor apertado, que desemborca noutra galeria, idêntica a primeira e a todas. [...] A cada um dos muros de cada hexágono correspondem cinco prateleiras, cada prateleira contém trinta e dois livros de formato uniforme; cada livro tem quatrocentas e dez páginas; cada página quarenta linhas; cada linha umas oitentas letras de cor negra. Também há letras no dorso de cada livro; essas letras não indicam ou prefiguram o que dirão as páginas. (BORGES, 2007, p.69)

Qual hexágono percorrer? Que galeria deveria seguir? Qual das prateleiras com trinta e dois livros deveria ler primeiro? Nesse momento me encontrava perdido no labirinto de babel que havia, lentamente, e com ajuda de outras pessoas construído.

Entre as muitas referências, existia uma que tinha sido apresentada pelo meu orientador como uma das principais leituras para a elaboração da dissertação. Essa mesma referência havia sido sugerida por outras pessoas, por isso resolvi iniciar a leitura deste clássico livro escrito pela historiadora Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke intitulado: Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos.

A autora produziu o que ela chamou de uma biografia intelectual de Gilberto Freyre, uma obra de bastante relevância para desfazer alguns mitos sobre G.F. Porém ao terminar a leitura, o muito que sobrou para o que penso em fazer, foram boas pistas. Uma questão ficou latente em mim: se continuar a seguir as referências encontradas até aqui, chegarei aos meus verdadeiros interesses? Nesse momento resolvi fazer uma escolha metodológica.

Ao direcionar meus esforços nas obras produzidas por Freyre pensei que me livraria do labirinto das letras. No entanto, tenho evidenciado que continuo preso à biblioteca de Babel, porém em um novo hexágono. Gilberto Freyre foi um escritor prolixo escreveu por décadas em jornais de Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro. Somente no diário de Pernambuco escreveu mais de três mil artigos, escreveu novelas, realizou conferências e editou dezenas de livros que chamava de ensaios, e quase trinta anos após sua morte a biblioteca de Freyre continua a crescer; obras continuam a brotar, conferências transformam-se em livros e novos prefácios criam novos efeitos em velhas obras.

Uma de suas obras tem 53 reedições, sendo que desconheço outra obra brasileira que tenha esse número de edições. Analisando algumas dessas obras pude encontrar edições que chegam a ter cinco prefácios escritos pelo próprio autor. Encontrei o prefácio do romancista regionalista José Lins do Rego, do jurista e pensador da educação brasileira Anísio Teixeira, do sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Todos esses *jogos de verdades*¹ produzem novas galerias na infundável biblioteca Freyriana, que por sua vez, continua possibilitando uma interminável produção de saberes, que, como bem nos ensinou Foucault, não existe produção de saber sem uma relação de poder, o que veremos nas próximas páginas.

¹ Perspectiva/ideia que tenho pensado/refletido inspirado, sobretudo, nos escritos de M. Foucault.

Assim, percorro esse labirinto de galerias hexagonais, não na busca de encontrar um fim, ou desvendar todos os segredos, mas de encontrar o fio condutor trilhado por Gilberto Freyre na construção de seu luso-tropicalismo.

UM DEBATE PARA ALÉM DO MÉTODO

Ao fazermos uma breve busca encontramos a seguinte definição para a palavra recortar: *destacar setores de uma superfície com a ajuda de instrumento próprio; recortar, talhar, cortar*. Buscando as raízes etimológicas, a palavra se origina do latim *Curtare*, significando reduzir, tornar menor, eliminar, reduzindo de menor dimensão. Alguns desses sinônimos são regularmente cobrados nos trabalhos acadêmicos, principalmente no campo da história. Porém, a questão que quero apresentar aqui não tem a ver com não delimitar o trabalho, mas como fazer esse “recorte” e com quais instrumentos.

De modo recorrente observamos trabalhos que trazem em suas metodologias propostas que pecam quando delimitam o horizonte temporal e acabam desenvolvendo recortes cirúrgicos. Muitos trabalhos realizam seus recortes usando grandes marcos históricos com datas precisas, séculos precisos, e para isso usam instrumentos metodológicos que acabam criando cortes de alta precisão separando milimetricamente uma parte da outra, criando um fosso até então inexistente. Esses recortes acabam impossibilitando uma melhor compreensão, e as obras, muitas vezes, anulam sua relação com o todo.

Partindo de uma máxima *deleuzeiana* de não separar o recordado daquilo que se recortou, utilizar uma rede de pesca como alegoria é bastante pertinente. A rede uma vez colocada irá capturar apenas o que for necessário deixando passar o restante, o que me faz pensar em um recorte em termos de fluxo.

Este trabalho tem como marco zero a fabricação ou surgimento do conceito de luso-tropicalismo de Gilberto Freyre. E reivindicado pelo referido autor e por muitos pesquisadores que o embrião do conceito ora citado tem como base a obra *Casa-Grande & Senzala* de 1933, ganhando sua maturidade em 1961 com o livro *O Luso e o Trópico*. Porém, para tentar entender como ele chegou a escrever *Casa-Grande & Senzala*, não podemos perder o fluxo de

sua infância, adolescência, bem como, seu lugar histórico. Da mesma forma, para entender *O Luso e o Trópico* é importante manter o olho no fluxo do momento histórico.

Acrescento que não pretendo desenvolver cortes rígidos seja de tempo seja nas obras e tão pouco produzir um discurso de longa continuidade. Por isso no curso desse trabalho não haverá separações entre os capítulos, tais como: um capítulo teórico-metodológico e capítulos com dados do “campo”, primeiro separando campo teórico e campo empírico, e, em seguida submetendo o campo empírico à aplicação da teoria. A proposta defendida é que a teoria e metodologia possam ser percebidas no fluxo do texto.

No entanto, gostaria de apresentar outra questão tão relevante quanto a do recorte no método. A questão do método etnográfico, ou o conceito de trabalho de campo. Venho lendo dezenas de artigos, monografias e dissertações em ciências sociais que trazem nos seus títulos o conceito de etnografia sem que nenhum deles problematizem tal conceito. Há um uso do termo etnografia de forma generalizada por estudantes e profissionais das ciências sociais como se o conceito continuasse estático no tempo sem modificação.

Todo conceito tem sua historicidade e suas transformações; o conceito de etnografia, elaborado nas primeiras décadas do século XX, vem sendo problematizado pelo menos há mais de meio século por antropólogos, historiadores da antropologia, historiadores da consciência, filósofos e muitos outros pesquisadores, mas esses debates não aparecem nos trabalhos acadêmicos, pelo menos aqueles aos quais pude ter acesso. Neste sentido, devemos também considerar, que qualquer busca pelas origens do método etnográfico nos remeterá aos escritos de Bronislaw Malinowski, antropólogo intitulado o pai da etnografia.

Malinowski nasceu em Cracóvia na Polônia, 1884 e além do título de criador do método etnográfico, conforme frisado acima, foi também um dos pais da antropologia social britânica e da corrente funcionalista, sendo bastante influenciado pela sociologia de Èmile Durkheim. Essa é a narrativa mais comum ou mais disseminada sobre Malinowski. Entretanto, pretendo aqui, trilhar outros caminhos para apresentar esse autor.

Antes de se converter em antropólogo, Malinowski havia se formado em física e matemática, obtendo um doutorado nesse mesmo campo. Tal informação consta na introdução da obra *Os argonautas do pacífico ocidental*: “Malinowski chegou à antropologia por

caminhos transversos. Sua formação inicial foi no campo das ciências exatas, tendo obtido em 1908 doutoramento em física e matemática pela universidade de Cracóvia.” (DURHAM, 1978, p.6).

Outro ponto importante que muda o rumo do nosso olhar para esse pensador está em suas principais influências. Longe do que pensávamos, no que se refere ao método, Émile Durkheim não foi sua maior influência, este lugar foi ocupado pelo campo da Física, uma de suas formações. O físico austríaco Ernst Mach foi a principal referência ao menos até a publicação dos *Argonautas do Pacífico Ocidental* em 1922.

Ernst Mach foi um dos principais opositores dos fundamentos da mecânica de Newton, mesmo atribuindo grande importância às descobertas físicas de Newton, tendo sido também umas das principais referências do físico alemão Albert Einstein na sua teoria da relatividade. Em sua principal obra *A mecânica como ciência* o autor (Mach) procurava estabelecer, como nos apresenta Augusto Fitas em seu artigo *Mach: o positivismo e as reformulações da mecânica no séc. XIX*, “propondo-se analisar o desenvolvimento histórico da Mecânica como meio para o entendimento da evolução conceptual deste domínio científico, analisando os seus conceitos e passando conseqüentemente à crítica dos mesmos” (FITAS, 1996, p.08).

A análise dos conceitos propostos por Mach tinha como intuito evidenciar a falta de base empírica nos trabalhos de Newton chamando-os de metafísica. Dialogando com Fitas “Esta posição que se pode classificar como positiva procurou "limpar" a ciência daquilo que os seus prosélitos apelidavam de pontos de vista "metafísicos", alicerçando toda a construção científica numa base que tivesse em conta exclusivamente a descrição "pura" dos fenômenos naturais” (FITAS, 1996, p. 06). Ernst Mach será o primeiro a propor uma teoria positivista da física, desenvolvendo uma teoria conhecida como *Empiriocriticismo*², que será a base do pensamento da antropologia funcionalista de Malinowski e a base do Círculo de Viena³

² “O *Empiriocriticismo*, uma visão crítica em relação a todas as hipóteses científicas que não sejam induzidas diretamente de experimentos. O termo estava originalmente associado ao trabalho de Avenarius, mas desde a publicação do livro de Lenin (*Materialismo e empiriocriticismo*, 1909), ele tem sido aplicado a Mach, Stallo, Pearson e outros que defendem semelhantes concepções.” (BRUSH, S.G. 1968 Tradução para o português feita por Osvaldo Pessoa Jr., para o curso de Filosofia e História da Ciência Moderna (FLF0449), 1o semestre de 2012.).

³ “Orgulhosos de seguirem uma tradição anti-metafísica, os autores do Círculo de Viena exibiam sua “árvore genealógica intelectual”, onde ostentavam sua filiação principalmente ao pensamento de Ernst Mach e Ludwig Wittgenstein, mas também a Boltzmann, Duhem, Comte, Einstein, Hume, Russel.” (ÁVILA, p36)

movimento filosófico também chamado de empirismo lógico, que surgiu da década de 20 do século XX, dois anos depois da publicação dos *Argonautas*.

O empiriocriticismo tinha como principal objetivo a valorização do método como nos diz Stephen Brush em 1935 traduzido por Osvaldo Pessoa Jr. em 2012. Apresenta que “o Empiriocriticismo se coloca acima de todas as teorias [...] estando mais preocupados com o método do que com o conteúdo da ciência” (PESSOA JR, 2012, p. 04), além de leis universais, essas eram uma das principais preocupações de Malinowski, na introdução dos *Argonautas* ele nos diz:

Em qualquer ramo do conhecimento, os resultados de uma pesquisa científica devem ser apresentados de maneira totalmente neutra e honesta. Não ocorreria a ninguém fazer uma contribuição experimental no âmbito da ciência física ou química sem dar conta detalhada de todos os passos das experiências que efetuou, uma descrição exata dos instrumentos utilizados, da maneira como as observações foram conduzidas, do seu número, da quantidade de tempo que lhe foi dedicado e do grau de aproximação com o qual cada medida foi realizada. (MALINOWSKI, 1978, p.18)

Em seguida o Malinowski acusa os antropólogos de falta de rigor com o método, evidenciando sua preocupação:

Lamentavelmente, na Etnografia, onde a apresentação desinteressada dessa informação se torna talvez ainda mais necessária isto nem sempre tem sido devidamente explicitado e muitos autores limitam-se a apresentar os dados adquiridos, fazendo-os emergir, perante nós, a partir da mais completa obscuridade, sem qualquer referência aos processos utilizados para a sua aquisição. (MALINOWSKI, 1978, p.18)

E segue nos dando alguns princípios que são relevantes até os dias atuais sobre o ofício do antropólogo. Malinowski em seus escritos agrupou os princípios do método em partes fundamentais. A princípio define que o investigador precisa se guiar por objetivos verdadeiramente científicos, e conhecer as normas e critérios da etnografia moderna. Define ainda, que o investigador precisa providenciar boas condições para o seu trabalho, o que significa, em termos gerais, viver de fato entre os nativos.

Gostaria de me ater ao que o autor chama de objetivos verdadeiramente científicos. O conceito de etnografia elaborado por Malinowski no início do século XX pertencia a uma

ideia de ciência em voga daquele momento, que pertencia a uma triangulação do: positivismo de Comte, o empiriocriticismo de Mach e empirismo lógico do círculo de Viena que, em grande parte, como já foi supracitado, retoma o pensamento de Comte e Mach. Quando Malinowski nos diz: objetivos verdadeiramente científicos, podemos traduzir como um conhecimento universal, empírico e anti - metafísico. Gostaria de avançar de forma abrupta de 1922 para 1973 com o intuito de analisar o conceito de etnografia em outro autor e em outro país.

Seguindo nossa análise sobre o conceito de etnografia gostaria de chamar para o debate proporcionado por Clifford Geertz, um dos antropólogos mais influentes da segunda metade do século XX, membro da antropologia norte americana. Para iniciarmos nosso olhar sobre sua antropologia gostaria de fazer duas divisões: a primeira, a partir de seu ingresso na Universidade de Harvard na década de 50 como aluno de doutorado e a segunda com a publicação de *A interpretação das Culturas*, quando já era professor da Universidade de Princeton em 1973.

Quando Geertz ingressa em Harvard, a Universidade estava passando por grandes transformações em seu currículo decorrente dos debates do envolvimento de ramos da ciência com as indústrias bélicas.⁴ O químico James Conant foi o principal mentor dessa reforma como nos afirma Ávila:

Nos Estados Unidos, uma das principais vozes em torno das propostas de mudanças na educação científica foi o químico James Bryant Conant. Figura influente no ambiente político norte-americano, Conant foi presidente de Harvard durante duas décadas, entre 1933 e 1953, participou ativamente da organização científica dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra e foi representante do governo norte-americano na Alemanha Ocidental durante quatro anos em meados da década de 1950. Além disso, atuou largamente na reforma dos currículos em Harvard e, depois, nas reformas no sistema das *high school* dos EUA (ÁVILA, 2011, p.33).

⁴Para mais esclarecimentos ler a dissertação “Epistemologia em conflito: Uma contribuição à história das guerras da ciência.”

Outro ponto importante para entender o contexto Universitário em Harvard quando Clifford Geertz entrou foi o ingresso do físico Thomas Kuhn na cadeira de história de filosofia da ciência, e como alega ÁVILA, 2011,

Nesse projeto de reforma, a história da ciência ganhou um papel de destaque nas disciplinas de ciências que eram ministradas para todos os alunos que ingressavam na universidade. Com essa reformulação, vários jovens professores, formados nas ciências naturais, começaram a ter contato com a história e a filosofia da ciência para lecionarem nessas disciplinas de formação básica. Foi o caso, por exemplo, de Thomas Kuhn, que reconheceu a importância dessas disciplinas de introdução de ciências aos não-cientistas na sua própria formação intelectual. Mais do que isso, Kuhn considerava James Conant como uma espécie de mentor que o havia introduzido na história da ciência. (p.33.)

Ao que parece, o debate travado no seio da Universidade de Harvard teve grande influência da trajetória do antropólogo Clifford Geertz. Para tentar apreender essa influência gostaria de partir para o segundo recorte. Em seu livro *A Interpretação da Cultura*, Geertz nos diz que “[...] se você quer compreender o que é a ciência, você deve olhar, em primeiro lugar, não para as suas teorias ou as suas descobertas, e certamente não para o que seus apologistas dizem sobre ela; você deve ver o que os praticantes da ciência fazem” (GEERTZ, 2013, p.04). Dando continuidade Geertz nos afirma: “Em antropologia social o que os participantes fazem é a etnografia” (GEERTZ, 2013,p.04,).

Há nesse momento uma nova compreensão do que é etnografia, totalmente desconectada da ideia de etnografia pensada por Malinowski. Para o antropólogo norte americano o fazer etnográfico não é uma questão de método, “é um tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma descrição densa” (GEERTZ, 2013, p. 04).

Partindo desse ponto de vista, o trabalho de campo, contato com os informantes, manter diário de campo, e tudo que outrora era visto como etnografia, ou método etnográfico, agora não cabem no rótulo da etnografia. Para Geertz essa mudança é, antes de tudo, epistemológica. O trabalho em lócus desenvolvido por Geertz está totalmente atrelado à sua visão do fazer científico.

O conceito de ciência na qual Geertz se sustenta para pensar a etnografia tem como gênese *As Estruturas das revoluções científicas* do Físico Thomas Kuhn - publicado em

1962⁵, que vem na contra mão da corrente hegemônica do empirismo lógico. Em 1964, no curso sobre o pensamento de Kuhn, novas teorias vão surgir e o sociólogo David Bloor foi um dos membros desse movimento que deu origem ao “*Science Studies Unit*” da Universidade de Edimburgo, que pretendia fornecer aos estudantes de engenharia uma visão mais ampla da atividade científica, englobando pesquisadores de várias áreas, como a sociologia, a história, a psicologia ou a filosofia.” (ÁVILA, 2011, p.34).

Um dos autores mais proeminentes da *Science Studies* é o antropólogo Francês Bruno Latour. Foi este autor quem propôs a assertiva apresentada por Geertz de “ver o que os praticantes da ciência fazem.” Em seu livro *Ciência como ação*, Latour vai desenvolver essa empreitada de entender o que os cientistas fazem se tornando um dos pioneiros a propor uma antropologia da ciência, analisando o dia a dia dos cientistas como se estivéssemos em uma comunidade autóctone.

Bruno Latour nos propõe não a análise do produto final mas o caminho seguido pelos cientistas. Em seus termos, “não tentaremos analisar os produtos finais, um computador, uma usina nuclear, uma teoria cosmológica, a forma de uma dupla hélice [...]; em vez disso, seguiremos os passos de cientistas e engenheiros nos momentos e lugares nos quais uma usina, desfazem uma teoria cosmológica[...].” (LATOURE, 2000,p. 39). Latour nomeia a antropologia como chave para estudar a ciência, sendo um dos primeiros a propor uma antropologia da ciência.

Outro pensador que indicou uma antropologia da ciência, ou porque não dizer, um novo caminho eficaz para o debate em torno da ciência a partir da antropologia, foi o filósofo Paul Feyerabend, autor que causou um grande estardalhaço no campo dos debates científicos. Feyerabend escreveu inúmeras obras sobre a ciência, ou melhor, sobre as ciências. Em seu livro *Contra o método*, obra que o consagra como um dos grandes pensadores das ciências, ele nos apresenta a saída: “temos de abordar a ciência como um antropólogo aborda os processos mentais tortuosos de um pajé de uma recém-descoberta associação de tribos” (FEYERABEND, 2007,p.262).

Já podemos dizer com muita clareza que não devemos fazer uso indiscriminado do conceito de etnografia, sem antes situar sobre qual etnografia estamos falando.

⁵ Thomas Kuhn *A estrutura das revoluções científicas*. Ao propor uma teoria da ciência baseada nas noções de —paradigma, —ciência normal, —revoluções científicas e —incomensurabilidade Kuhn se afastou das interpretações que se valem da *estratégia positivista*, gerando descontentamento entre a grande maioria dos filósofos da ciência e abrindo espaço para novas maneiras de interpretar a atividade científica. Muitos autores assinalaram a contribuição pioneira de Kuhn. (ÁVILA, 2011, p.34).

Continuando com o debate, gostaria trazer para a análise o conceito de *etnografia do arquivo*, proposto pela antropóloga e professora da Universidade de São Paulo, Fraya Frehse. No intuito de justificar sua empreitada nos arquivos de São Paulo também como atividade do antropólogo, não apenas dos historiadores. Fraya vai buscar na tradição clássica de Malinowski:

Afinal, quem protagoniza o processo de investigação é uma antropóloga, cuja formação foi pontuada pela ênfase no trabalho de campo marcado por interlocução direta com os sujeitos da pesquisa, no rastro de toda uma tradição que, iniciada por Malinowski, tem sido posta em prática desde então e fornece um princípio metodológico que é crucial também para antropólogos brasileiros da atualidade. (FREHSE, 2005, p.36).

Para se manter filiada a essa tradição a antropóloga acaba produzindo um tipo de ficção do “campo” no arquivo:

[...]Embora sem poder participar fisicamente, o pesquisador observa... Lança mão da visão e, por meio dela, lê textos, contempla imagens, inquire a materialidade da documentação e o seu conteúdo. Vai conformando assim, no corpo a corpo com o arquivo - cruzamento de dados de fontes diversas entre si e com aqueles que a leitura das fontes secundárias lhe fornece -um segundo campo, por assim dizer, campo mais restrito. Refiro-me a um campo imaginário de interlocuções com os autores e personagens que integram a documentação. E aí vem à tona outro aspecto que integra também o trabalho de campo convencional, por menos ressaltado que seja neste contexto. Em seu contato com os sujeitos que estuda, é inevitável que o antropólogo imagine, seja "quando o campo é o campo", seja "quando o campo é o-arquivo"(FREHSE, 2005, p.36).

Deste modo, cabe apresentar algumas considerações sobre os conceitos de etnografia, arquivo e campo, na proposta teórico-metodológica da *etnografia do arquivo* elaborada pela antropóloga Frehse. Primeiro, a autora se reporta à tradição etnográfica desenvolvida por Malinowski como se fosse a única existente, e vimos que o debate em torno da etnografia vem sendo travado desde a década de sessenta e não temos consenso sobre seus usos. Em outro momento e de forma superficial, apresenta o arquivo como o lugar em que as informações estão, sem problematizar o que realmente vem a ser o arquivo. Para esta última consideração a respeito do conceito de arquivo descrito por Frehse, insiro nesta análise o texto *Mal de arquivo - uma impressão freudiana*, escrito pelo filósofo Derrida.

Derrida nos leva a refletir e problematizar o que é o arquivo. Nos apresenta que diferente do que nós estamos habituados a pensar o arquivo não é o lugar onde encontraremos as memórias de um dado momento histórico mas o lugar do apagamento de histórias. Derrida nos apresenta o duplo debate que circunda a origem do conceito de arquivo.

Não começamos pelo começo nem mesmo pelo arquivo. Mas pela palavra arquivo e pelo arquivo de uma palavra tão familiar. Arkhê, lembremos, designa ao mesmo tempo o começo e o comando. Esse nome coordena aparentemente dois princípios em um: o princípio da natureza ou da história, ali onde as coisas começam – o princípio físico, histórico ou ontológico –, mas também o princípio da lei ali onde os homens e os deuses começaram, ali onde se exerce a autoridade, a ordem social, nesse lugar a partir do qual a ordem é dada – princípio monológico. (DERRIDA, 2001, p.11).

O significado etimológico de *Arkhê* expõe uma verdade: a relação do arquivo com o poder e o subjuo do arquivo ao poder. É o poder exercido por homens-deuses que escolhe o que deve ser arquivado e o que deve ser apagado na memória histórica. Podemos inferir que a ausência de problematizações sobre o arquivo está atrelada a ausência de reflexões sobre o conceito de campo.

Mas o que define o trabalho de campo? Ou ainda, o que é o campo? Para pensar essas questões convido para este debate o historiador da consciência James Clifford. Em seu livro *A Experiência Etnográfica*, Clifford argumenta que “ (...) o trabalho de campo está em discussão e sob tensão, porque também não está claro o que se define como ‘campo’ e o que significa ‘ir para o campo’ (CLIFFORD, 2008, p.243.)” Assim, Clifford esboça uma definição sobre o trabalho de campo que se direciona na contramão da assertiva apresentada por Frehse.

Para James Clifford “‘trabalho de campo’ é uma prática espacial de pesquisa interativa e intensa, organizada em torno de uma ficção que é o ‘campo’ não tanto como o lugar, mas como um conjunto de práticas institucionais” (CLIFFORD, 2008, p.243).

Travei essa breve reflexão sobre o método em antropologia, com intuito de justificar a ausência do termo etnografia no presente trabalho, bem como, tentar produzir um recorte mais fluido ao apresentar um afastamento do conceito de etnografia do arquivo proposto pela professora Frehse.

Apesar de parte desta pesquisa se desenvolver em arquivos, não busco elementos da antropologia clássica propostos por Malinowski para uma possível filiação a uma tradição. Como nos disse Mariza Peirano “Na antropologia a pesquisa depende, entre outras coisas, da biografia do pesquisador, das opções teóricas da disciplina em determinado momento, do contexto histórico [...]” (PEIRANO, 1995, p.42).

A biografia e as opções teóricas que circundam esse trabalho pertencem a uma corrente epistemológica desenvolvida pelo epistemólogo e historiador das ciências Gaston Bachelard (1884-1962). Epistemologia histórica em que Georges Canguilhem (1904- 1995) e Michael Foucault (1926 – 1984), discípulo de Bachelard e Canguilhem, foram os principais expoentes. É, especificamente, inspirado nas teorias produzidas por Foucault que conduzo esse trabalho. Compreendo, cabe apontar, que pensar em um debate para além do método, me obriga a não negligenciar dois conceitos fundamentais: etnografia e antropologia. Reforço que no decurso dessas linhas proponho um trabalho de antropologia, por entender que mesmo sendo pensada e vista como uma única coisa, ou sinônimos, a etnografia e a antropologia são coisas diferentes, apesar de caminharem sempre juntas e se completarem em certa medida, como nos escreve o antropólogo Tim Ingold,

O objetivo da Antropologia é, creio eu, o de buscar um entendimento generoso, comparativo, não obstante crítico, do ser humano e do conhecimento em um mesmo mundo no qual todos nós habitamos. O objetivo da etnografia é o de descrever as vidas das pessoas que não nós mesmos, com uma precisão e uma afiada sensibilidade através da observação detalhada e da experiência de primeira mão. Minha tese é a de que a antropologia e a etnografia são empreitadas de ordens bem diferentes. Isso não é reivindicar que uma é mais importante que a outra, ou mais honrosa. Nem é negar que elas dependem uma da outra de maneiras significativas. É simplesmente afirmar que elas não são a mesma coisa. De fato, isso pode parecer uma afirmação óbvia e, assim sendo, não está longe o fato de se tornar lugar comum -ao menos no último quarto de século -para escritores de nossa área tratar as duas como virtualmente equivalentes, trocar antropologia por etnografia mais ou menos como um capricho conforme o humor os leva ou mesmo explorar o suposto sinônimo como um dispositivo estilístico para evitar a repetição verbal. (INGOLD, 2011, p.01)

Desta forma, demarco que essa proposta antropológica tem como foco dois conceitos - o de saber e poder. O conceito de saber me fará entender quais as condições de possibilidades para o surgimento do luso-tropicalismo. Já o conceito de poder, poderá me mostrar quais

foram as circunstâncias de pulverização do luso-tropicalismo nas estruturas coloniais em Moçambique.

II

UMA FABULA PERFEITA: FRANZ BOAS DE FROFESSOR A GRANDE MENTOR

Gilberto Freyre no percurso de sua vida verbalizou em inúmeras obras, textos, conferências e até mesmo fora de contexto, que o professor Franz Boas tinha sido a pedra angular do seu pensamento. No prefácio de *Casa-Grande* ele diz: “O professor Franz Boas é a figura de mestre de que me ficou até hoje maior impressão. Conheci-o nos primeiros dias em Colúmbia” (FREYRE, 2003, p.30). Porém como já foi ratificado pela professora Maria Lúcia Pallares-Burke em seu livro *Gilberto Freyre: Um Vitoriano nos Trópicos* Freyre teria apenas assistido aulas do curso de antropologia ministradas por Boas entre outubro de 1921 a abril de 1922. Como foi supracitado Gilberto Freyre afirmava categoricamente que Boas teria sido o professor que mais havia lhe influenciado em Columbia. Porém, e como assegura a professora Pallares-Burke:

O fato de nem o nome de Boas nem suas idéias sobre a relevância dos efeitos culturais e ambientais sobre os traços raciais estarem presentes quer em sua tese de maio de 1922 quer em seu texto de 1925 acima analisados, parece que o atrativo original de Columbia para Freyre não foi a presença combativa de Franz Boas e que, conforme já assinalamos, o impacto desse antropólogo na sua trajetória intelectual demorou a se fazer presente. (PALLARES-BURKE 1995 p298).

Segundo a mesma professora apenas depois de muitos anos o pensamento boasiano seria incorporado nas obras freyranas, assertiva que tendo a discordar. Não identifico no pensamento freyrano influência profunda das ideias boasianas nas obras analisadas para este trabalho. As menções ao pensamento produzido pelo antropólogo Franz Boas são quase nulas; o que há são frases citando apenas o nome de Franz Boas e uma ideia dúbia de cultura.

Quando estudamos a história da antropologia sabemos o lugar que o antropólogo Alemão Franz Boas ocupa na consolidação da antropologia e o seu protagonismo no campo

da antropologia que ficaria conhecida como antropologia cultural, bem como, o seu árduo combate às ideias da supremacia racial pregadas pelos antropólogos evolucionistas.

A celeuma científica no contexto do nascimento da antropologia e de seu método desenvolveu-se em torno de uma série de acontecimentos: publicação do livro *As origens das espécies* de Charles Darwin publicado (1859), das teorias racialistas produzidas a partir dos iluministas no século XVIII, e pela sociologia positiva de Augusto Comte. Foi nesse contexto que emergiu o que chamamos de primeiro paradigma de antropologia que ficou rotineiramente conhecida como evolucionistas.

Os evolucionistas se caracterizaram pelos estudos comparativos de forma hierarquizada, uma busca pela origem, o desenvolvimento dos povos de forma linear, e pela ausência de trabalho empírico. É travando um debate com o método evolucionista que Franz Boas escreve *As limitações do método comparativo da antropologia*, trabalho lido no encontro da American Association for the advancement of Science, em Buffalo no ano de 1896. Segue a crítica de Boas aos evolucionistas:

O primeiro método que se oferece, e que tem sido geralmente adotado pelos antropólogos modernos, é isolar e classificar causas, agrupando as variantes de certos fenômenos etnológicos de acordo com as condições externas sob as quais vivem os povos entre os quais elas são encontradas, ou de acordo com causas internas que influenciam as mentes desses povos; ou inversamente, agrupando essas variantes de acordo com suas similaridades. Podem-se encontrar assim, condições correlatas de vidas. (BOAS, 2004,p.27).

Franz Boas segue seus argumentos:

Quando se trata desse problema – o mais difícil da antropologia –, assume-se o ponto de vista de que, se um fenômeno etnológico desenvolveu-se independentemente em vários lugares, esse desenvolvimento é o mesmo em toda parte; ou, dito de outra forma, que os mesmos fenômenos etnológicos devem-se sempre às mesmas causas. Isso leva à generalização ainda mais ampla de que a semelhança de fenômenos etnológicos encontrados em diversas regiões é prova que a mente humana obedece às mesmas leis em todos os lugares. É óbvio que essa generalização não se sustentaria, caso desenvolvimentos históricos diferentes pudessem conduzir aos mesmos resultados. Sua existência apresentaria para nós um problema inteiramente diverso: como desenvolvimentos culturais tão frequentemente levam aos mesmos resultados? É preciso compreender com clareza, portanto, que, quando compara fenômenos culturais similares de várias partes do mundo, a

fim de descobrir a história uniforme de seu desenvolvimento, a pesquisa antropológica supõe que o mesmo fenômeno etnológico tinha-se desenvolvido em todos os lugares da mesma maneira. Aqui reside a falha no argumento do novo método, pois essa não pode ser dada, até o exame mais superficial mostrar que os mesmos fenômenos podem se desenvolver por multiplicidade de caminhos. (BOAS, 2004, p30).

Boas produziu inúmeras outras críticas ao método evolucionista tal como o ensaio intitulado *Os métodos da etnologia*, escrito em 1920 que tece críticas aos seus contemporâneos membros dessa corrente evolucionista, e duras críticas às teorias racistas que endossavam esses trabalhos. Em seu ensaio *Raça e Progresso* escrito em 1931, este autor nos apresenta suas ideias frente aos debates sobre o que ele denominou de mistura de tipos raciais. Mesmo sendo simpático a existência de raças em seu sentido plural, Boas critica duramente os debates raciais pautados nos determinismos biológicos⁶ e geográficos.

Podemos a partir dessa breve introdução ao pensamento do antropólogo Franz Boas levantar inúmeras questões da não aderência de Gilberto Freyre ao seu pensamento. Gostaria de destacar algumas que penso ser bastante relevantes para esse debate. Freyre profere em seus livros que Franz Boas tivera sido o seu grande mentor e que muitos outros autores como: A. J. Armstrong, Alfred Zimmern, Franklin H. Giggings, Ruediger Bilden, foram suas maiores referências e de onde extraiu parte de seus conceitos, como o conceito de equilíbrio de antagonismo, o qual tomou de empréstimo a Giggings.

Se tratando de referências de autores brasileiros, Freyre elegeu uma miríade de autores, tais como, Roquette-Pinto, Oliveira Lima. Mas, gostaria de destacar duas de suas grandes referências nacionais: o médico Raimundo Nina Rodrigues e o jornalista Euclides da Cunha, ambos autores responsáveis pela disseminação de teorias racistas, ou melhor, do racismo científico, teorias das quais Freyre demonstra certa afiliação. Em relação a Nina Rodrigues, Freyre teria sido influenciado por grande parte de sua produção intelectual. Em Euclides da Cunha, a influência foi pelo seu trabalho de maior notoriedade: *Os Sertões*.

⁶ “Posso ilustrar esse ponto com um exemplo tomado de uma área inteiramente diferente. Um determinado país tem um clima específico e uma formação geológica particular. No mesmo país encontra-se uma determinada flora. No entanto, o caráter do solo e do clima não explicam a composição da flora, exceto à medida que ela depende desses dois fatores. Sua composição depende da evolução histórica das formas vegetais em todo o mundo.” (BOAS, 2004, p.77)

Muitas passagens em que Freyre se refere ao sertanejo em Casa-Grande, verifica-se como pano de fundo a presença dos estudos de Euclides.

Sua tese de dissertação intitulada *Social Life In Brazil In The Middle Of The 19th Century*, publicada em 1922 e traduzida para o português em 1964 com o título: *Vida Social no Brasil nos Meados Do Século XIX*, foi erroneamente classificada como livro embrião de Casa-Grande, endossando a possibilidade G.F já estar imbricado em 1922 com o conteúdo deste último livro editado em 1933. O contexto e os interesses em que cada obra foi escrita pertencem a momentos históricos distintos, sem desconsiderar a existência de elementos importantes que ligam ambas as obras. Há em Freyre e em seus intérpretes um persistente interesse em criar uma linearidade entre seus trabalhos. E há também em G.F além do interesse por essa ótica linear, a busca de uma possível genialidade ao apresentar sua principal obra como fruto de sua adolescência, de sua meninice.

A primeira dessas citações faz alusão ao ‘melhoramento da raça escrava’ como nos afirma a pesquisadora Pallares-Burke em mais uma passagem de seu livro outrora citado:

“[...] Freyre se refere a um “melhoramento da raça escrava” (an improved slave breed) em decorrência do fato de o pai da criança nascida do relacionamento com uma jovem escrava ser “em muitos casos... um português – digo etnicamente, não civilmente – do melhor sangue” (ibidem, p611). Era o Brasil branqueando a raça no tempo da escravidão, o que, naquele início de século, a Argentina estava fazendo com grande eficácia, como Freyre já apontara a seus leitores em outubro de 1920. “Temos muito que aprender dos vizinhos do sul” Afirmara resenhando o livro de Oliveira Lima, *Na Argentina*, propondo que a solução do ‘problema da raça’ e uma das lições que a república vizinha tem a nos dar.” (PALLARES-BURKE, 1995, p.266,).

Essa citação datada de 1920, dois anos antes de Gilberto Freyre escrever sua dissertação, demonstra sua filiação ao projeto de embranquecimento do Brasil, e do pensamento da degeneração racial propagado tanto por Nina Rodrigues, quanto por Euclides da Cunha. Para não deixar dúvidas sobre o projeto no qual Freyre estava envolvido, ou melhor, imbricado, é possível verificar no texto da PALLARES-BURKE (1995), o trecho de uma carta escrita por G.F. ao Diário de Pernambuco de 31/10/1920 sobre o tema relacionado com a importância da eficácia do projeto argentino de embranquecimento. Em seus termos, na carta lê-se o seguinte: “Parece que nesse ponto a república do Prata leva decidida vantagem

sobre os demais países americanos. Em futuro não remoto sua população será praticamente branca.”

Mas, voltando ao contexto de sua dissertação, haviam referências às teorias racistas norte - americanas como a Ku Klux Klan conhecida como KKK, o que demonstra uma apologia do racismo. Pallares-Burke na tentativa de salvar, ou talvez, suavizar a relação de Freyre com tais teorias raciais afirma que:

Mais chocante e inesperada, talvez, mais igualmente compreensível no quadro mental da época e do lugar onde escrevia, foi a infeliz analogia que Freyre fez da aparência dos homens numa procissão religiosa brasileira, “encomendação das almas”, com os “cavaleiros da Ku Klux Klan americana. (PALLARES-BURKE, 1995, p.266)

Essa passagem foi escrita em inglês em seu texto dissertativo como forma de obtenção do título de mestre pela universidade de Columbia, mas em sua tradução de 1964, para o português Freyre retirou essa passagem mesmo afirmando que não faria alterações substanciais no texto original.

Quando, décadas mais tarde, finalmente levou avante seu projeto de publicar uma versão em português de sua tese de 1922, esses trechos foram cortados, não obstante seu “esforço de autocrítica” e sua decisão de somente alterar ‘pormenores da superfície’ (FREYRE, 1985, p28). Tanto a referência ao ‘melhoramento da raça escrava’ devido à mistura com a raça superior, ou, como disse, ‘do melhor do sangue’, quanto analogia com a famigerada Ku Klux Klan devem ter-lhe parecido embaraçosos em demasia. Os substanciais acréscimos que fez na versão portuguesa também alteraram, no meu entender, mais do que em pormenores de superfície. (PALLARES-BURKE, 1995, p.266).

Ao analisarmos *Casa-Grande & Senzala* onde, aparentemente, Freyre enaltece o hibridismo da sociedade brasileira, digo aparentemente, porque a ideia de mistura apresentada por Freyre segue uma clara hierarquização, em que a real e maior contribuição nessa suposta mistura foi a dos portugueses, restando aos autóctones que aqui estavam antes dos portugueses ocuparem suas terras, uma contribuição menor, bem como, o papel que os negros aqui escravizados desempenharam.

Ambos os grupos que aqui foram subjugados pela força das armas aparecem com contribuições menores, na obra que foi eleita como uma das melhores interpretações do Brasil. O que estaria por trás da eleição dessa obra-autor a esse posto de intérprete do Brasil?

Talvez encontremos uma pista a essa pergunta na introdução do professor Fernando Henrique Cardoso na obra aqui citada, quando diz: “No fundo, a história que ele conta era a história que os brasileiros, ou pelo menos a elite que lia e escrevia sobre o Brasil, queria ouvir” (FREYRE, 2003, p.22,). Essa elite à qual o professor Cardoso se refere, é uma elite branca em sua grande maioria, formada por homens e oriundos de famílias coloniais.

Fernando Henrique Cardoso nos oferece outra pista sobre o porquê dessa obra- autor ocupar esse lugar, quando afirma que é inútil rebater as críticas às quais a obra foi submetida, segundo ele todas válidas, “porém pode-se fazê-las como mordacidade, impiedosamente ou como ternura, com compreensão” (FREYRE, 2003, p.20), Parece que a tal elite que lia e escrevia sobre o Brasil optara pela ternura e a compreensão para falar sobre os inúmeros erros históricos e conceituais produzidos por Freyre. Como fez Fernando Henrique Cardoso na introdução comemorativa dos sessenta anos de *Casa-Grande & Senzala*, resolveu romantizar.

Em outras passagens Freyre atribui ao determinismo geográfico mudanças raciais e comportamentais. Há um aprimoramento dessas ideias deterministas quando Freyre desenvolve uma pesquisa encomendada pelo governo português. Sobre este aspecto determinista dos textos para os quais Freyre era convidado a dissertar, onde podemos localizar a influência de Franz Boas, uma vez que, este antropólogo era nitidamente inclinado aos estudos do particularismo histórico⁷? Nota-se que nos trabalhos produzidos entre os períodos de 50 e 60, Freyre produziu uma série de termos pautados no trans-nacionalismo de base portuguesa que ancora-se no determinismo geográfico.

Além de construir um hibridismo de hierarquias raciais em sua obra, Freyre produz uma grande miscelânea entre o conceito de cultura e o conceito de raça. Volta e meia em sua obra o conceito de cultura aparece como sinônimo da raça. Freyre discorre sobre o sertanejo, mas quem é o sertanejo de Freyre? Seria fruto de uma cultura nordestina, ou seria fruto de uma mancha negra que maculou com seu sangue grupos de brancos puros? Freyre trata a cultura sertaneja como uma raça. E quando falamos dos debates entre o negro, fica mais nítida a quase ausência dos limites entre o conceito de cultura e raça

⁷ Para maiores esclarecimentos ver o livro *Antropologia cultural, do antropólogo Franz Boas*.

Frente ao exposto, cabe na próxima seção explorar a nítida confluência de Freyre com as suas obras, realizando um diálogo com a concepção de *autor* do filósofo Michael Foucault com o intuito de demonstrar possíveis erros metodológicos na apropriação realizada pelos pesquisadores, dos seus diários e autobiografias.

O AUTOR

Gilberto Freyre como foi dito em outra seção, é autor de si mesmo, tornou-se mundialmente conhecido com uma obra autobiográfica como escreveu Fernando Henrique Cardoso no prefácio a *Casa grande & senzala* (2003): “A obra não se separa do autor” (p.25). O traço autobiográfico perpassou grande parte de suas obras. Porém um fato mais que relevante me ocorre: Gilberto Freyre inventou e reinventou a sua biografia ao longo de toda sua vida. Como bem nos disse a professora Fátima Quintas, no prefácio ao livro *De menino a homem* (2010): “na reinvenção de si, Gilberto gilbertiza-se. E cria o mito. Um mito que se respalda no diálogo entre os “eus” freyrianos e a representação na sociedade” (p.23). Nessa reinvenção perene de si, Freyre borrou a linha entre ficção e realidade, e como suas obras têm muito de sua biografia, o que é real e o que é ficção em seus textos?

Parece-me evidente ao ler suas obras que Freyre sabia que a falta de rigor de suas análises poderia ser criticada, e assim o foi. Justamente por isso descreveu em inúmeras passagens de várias obras uma crítica mordaz a produção de um pensamento científico, e sempre se colocou como um escritor nunca como um homem da ciência, sendo fiel a palavra do autor: um escritor paracientífico. É válido salientar que em diversas passagens dos seus escritos, o autor expressa crítica à ciência, porém, além de ter buscado incansavelmente legitimar seu trabalho a sombra da antropologia Boasiana, declarava-se apenas como um escritor e não um cientista.

Devo destacar que Freyre apresenta em diversos momentos a importância da literatura para a produção do seu conhecimento:

Conhecimento – acrescente-se a esses mestres – que nos é fornecido mais pela literatura religiosa, poética, histórica, biográfica, que vem de séculos e tem sido produzido quase toda por homens de gênio, mais capazes que os comuns de serem reveladores e intérpretes dos extremos de profundidade e

intensidade da natureza humana, que pela literatura apenas cientificamente psicológica, sociológica ou antropológica, tão recente entre os homens e em grande parte produzida por homens de inteligência e incapazes de criação literária: daquela que se alimenta do sumo obtido através de corte em profundidade no que é mais intimamente humano no homem. (FREYRE, 2010, p.102).

Há mais citações de Euclides da Cunha, Luis de Camões e James Joyce do que de Franz Boas em seus textos. Para um autor que sempre fez questão de louvar a sua suposta relação com Boas, a constante presença de literatos deve nos dizer alguma coisa. Esse ponto foi lembrado e louvado pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso em sua introdução comemorativa dos sessenta anos de publicação de *Casa-Grande & Senzala* ao dizer:

O grande revolucionário dizia: ‘todo verdadeiro criador sabe que nos momentos da criação alguma coisa de mais forte do que ele próprio lhe guia a mão. Todo verdadeiro orador conhece os minutos em que exprime pela boca algo que tem mais força que ele próprio’. Assim ocorreu com Gilberto Freyre. Sendo correta ou não a minúcia descritiva e mesmo quando a junção dos personagens faz-se em uma estrutura imaginária e idealizada, brota algo que, independentemente do método de análise, e às vezes mesmo das conclusões parciais do autor, produz o encantamento, a iluminação que explica sem que se saiba a razão. (FREYRE, 2003, p. 21)

Esse mesmo ponto é também retomado pelo antropólogo Roberto Da Matta na introdução da obra *Sobrados e Mucambos*. Nos informa que, a maior contribuição de Gilberto Freyre para a sociologia e para a antropologia foi sua compreensão intuitiva. Qualquer pesquisador negro que propuser uma pesquisa no campo da raça, ou qualquer mulher que assim também o fizer no campo do gênero, pautarem-se apenas na intuição terão seus trabalhos no mínimo questionados por não terem seguido o suposto rigor científico. Mas, ao que parece, a Freyre tudo era possível. Há uma complacência quando o assunto é o pensamento gilbertiniano.

Gostaria de lembrar que Freyre não gostava de ser chamado de professor. Não cabendo aqui ajuizar se este “não gostar” estava embebido de uma falsa modéstia, um fato que estava explícito era que Freyre fugia das amarras impostas pela academia. É possível verificar que muitas cadeiras de sociologia e antropologia foram criadas para seu magistério e muitos não foram ditos por Freyre. Sabemos, todavia, que este autor ministrou diversas aulas de sociologia e antropologia na Faculdade de Direito de Brasília, das quais extraiu um dos

primeiros livros didáticos de sociologia e antropologia no Brasil. Cabendo frisar que, a parte estes trabalhos, Freyre era um escritor, ou melhor, um literato que ao longo da vida assumiu um estatuto de historiador, antropólogo e sociólogo.

Não encaro o fato de Gilberto Freyre ser um literato como algo pequeno, menos importante. Como já foi supracitado, a literatura ao longo da história vem produzindo brilhantes reflexões filosóficas, históricas, psicanalíticas, sociológicas e antropológicas, além de importantes junções entre diferentes campos.⁸ O que está em jogo é como as ciências humanas no Brasil, especificamente as ciências sociais dos anos 40 e 50 pensavam a literatura. Para as ciências sociais a literatura era algo menor, sem muita relevância, como nos apresenta a professora Mariza Peirano (1992) em seu livro *Uma antropologia no plural*; Peirano esboça uma análise sobre a obra de Antonio Candido que foi duramente criticada em sua defesa de tese de doutorado pelo professor Roger Bastide, que não via em seu trabalho um rigor sociológico. Foi também marginalizado pelos discípulos de Florestan Fernandes como alguém que não tinha esse já referido, rigor sociológico.

Esses mesmos pesquisadores ovacionaram a obra *Casa-Grande & senzala*, como sendo um brilhante trabalho de sociologia, antropologia e história. O mesmo Roger Bastide que negou a nota máxima a Antonio Candido traduziria para o Francês a obra *Casa-Grande & Senzala* de Gilberto Freyre como sendo uma obra de grande relevo sociológico. Quais os interesses que estavam por trás de literalizar a sociologia de Candido e de cientificizar a literatura de Freyre? Freyre soube fazer bom uso desses múltiplos lugares nos quais era colocado, por hora ensaísta, por hora historiador, sociólogo, antropólogo, e *autor*.

O filósofo Michael Foucault ao longo de sua vasta produção desenvolveu inúmeras reflexões, entre elas uma pequena, porém complexa - sobre o *Autor* - que tentarei aqui desenvolver, ou melhor, me apropriar. O primeiro texto sobre o *autor* foi escrito no fim da década de sessenta, momento de transição analítica de Foucault, onde o foco de sua produção saía do campo do saber para uma analítica do poder. No texto intitulado *O que é um autor?* O filósofo nos leva a refletir sobre essa categoria que há muito vinha passando despercebida como categoria de análise. A primeira máxima apresentada à categoria *autor*, é a de pensa-la

⁸ Wolf Lepenies (1996) na *Obra As três culturas*, argumenta sobre as disputas entre os literatos e os aspirantes sociólogos. Neste sentido, nos afirma que “a separação entre a literatura e as ciências também deve ser creditada à nova situação a que a ilustração dá origem. Se antes haviam intelectuais as quais faltavam sensibilidade para a forma “Savants sans littérature”, agora, entre os intelectuais modernos, a valorização excessiva da forma encobre a carência de conteúdo: são littérature sans véritable Science.(p.19)

como uma função, não como um nome próprio. Essa função-autor teria como objetivo a circulação e funcionamento de discursos.

A filósofa e professora Salma Tannus Muchail em seu texto: *Michel Foucault e o dilaceramento do autor*, nos elucida pontos relevantes sobre o papel dessa função-autor, que seria:

[...] a função-autor não resulta simplesmente da espontânea “atribuição de um discurso a um indivíduo”, mas “de uma operação complexa” que tem por efeito “um ser de razão” portanto construído, e segundo determinadas regras (por exemplo, o autor é definido “como um certo nível constante de valor”; “como um certo campo de coerência conceptual ou teórica”; “como unidade estilística”; .como momento histórico definido e ponto de encontro de um certo número de acontecimentos.) (MUCHAIL, 2002, p.131)

Percebo aqui, ser necessário a definição de outro conceito caro nas análises foucaultianas - o conceito de discurso. Em sua conferência de posse no *Collège de France* intitulada *A Ordem do Discurso*, Foucault nos apresenta uma elucidativa definição de discurso: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta o poder de que queremos nos apoderar.” (FOUCAULT, 2010, p.10).

E segue nos apresentado a função do discurso em nossa sociedade: “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.” (FOUCAULT, 2010, p.9). Se pensarmos a função autor nos termos propostos por Foucault (2010), acredito que a produção de discursos configure o campo ocupado em grande medida por Gilberto Freyre, não apenas pela sua própria vontade, mas pelo conjunto de múltiplas circunstâncias.

Foucault (1969) nos apresenta que “(...) o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer “isso foi escrito por tal pessoa”, ou “tal pessoa é o autor disso”, indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível.” (p.13). Tal máxima, ratifica uma das possíveis compreensões acerca do autor Gilberto Freyre. A complacência majoritariamente

nacional em relação a tudo aquilo por ele escrito, decorre justamente do fato de Freyre não ser somente um nome próprio, e sim, um *discurso*.

É por isso que sempre foi oportuno alocar Freyre em todos os campos possíveis das humanidades. Então quando falarmos de Freyre, estamos falando dos interesses e valores da elite política e intelectual brasileira. Conforme salienta Fernando Henrique Cardoso no prefácio a obra *Casa - Grande & Senzala* (2003), “no fundo a história que ele conta era a história que os brasileiros, ou pelo menos a elite que lia e escrevia sobre o Brasil, queriam ouvir.” (p.22).

Uma das maiores preocupações da elite nacional à época, era a consolidação de uma nação forte, o que deveria perpassar pelo processo de branqueamento para superar o estigma da escravidão no país. Neste sentido, o Brasil passou por longos e calorosos debates sobre a construção da nação, e o amálgama que assombrava a aristocracia brasileira era o contingente de negros, pois a máxima era que uma nação forte e desenvolvida só seria possível com brancos. Então, o que fazer com os negros? Lilia Schwarz em seu livro *Racismo no Brasil* nos oferece um bom exemplo das preocupações urgentes das elites políticas no século XIX. “Já em 1844 o recém-criado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tinha realizado seu primeiro concurso, apresentando como mote o seguinte desafio: ‘como escrever a história do Brasil’” (SCHWARZ, 2010, p.22). Essa preocupação se estendeu por todo século XIX e início do XX.

Vamos encontrar várias propostas para eliminar o contingente negro da sociedade brasileira, alguns propuseram a extradição dos negros para o continente africano, outros, leis que tratassem de forma diferente os negros, além de uma vasta produção no campo da antropologia médica que produziu uma ligação direta dos negros entre crime e uma série de doenças. E Gilberto Freyre relaciona-se diretamente no estabelecimento de respostas a tais “demandas sociais” em seu tempo.

Penso que as respostas de Freyre não correspondem à realidade brasileira. O fato de até hoje está em voga a máxima de que no Brasil não há racismo e conforma uma peculiar harmonia racial, também conhecida como democracia racial, é algo que extrapola o fôlego argumentativo para esta dissertação, tendo em vista, as atrocidades vivenciadas historicamente pela população negra no país até os nossos dias. O Brasil do final da década de vinte e início da década de trinta, contexto vivido por Freyre, vinha produzindo obras que tentavam construir, ou melhor, consolidar um símbolo nacional. A princípio com o índio, em

obras como *Iracema*, depois com o livro *Macunaíma*, que retratou a questão do branqueamento da população. Macunaíma o herói nacional nasceu negro e ficou branco. Contudo, mesmo essas obras exercendo muita influência sobre o imaginário nacional, não tinham o peso necessário para consolidar um ideal de nação. É neste mesmo contexto que Gilberto Freyre escreveu *Casa-Grande & Senzala*, e, também é nesse momento que a função autor emerge, e que a massa de textos produzidos por Freyre ganha estatuto de obra.

Parece-me que de alguma forma Freyre sabia que seus textos haviam ganhado um novo estatuto e por isso passou a reescrever muitos dos textos que havia escrito antes de sua grande obra, e passou a escrever novos prefácios para obras antigas. A esta prática desenvolvida por Gilberto Freyre caberia uma pesquisa a parte. São inúmeros os textos de prefácios escritos pelo autor, há livros, como por exemplo, *Os Escravos nos Anúncios de Jornais*, em que há mais prefacio do que texto propriamente dito.

Existia na produção desses novos prefácios uma busca incansável de criar uma coerência entre toda sua produção. Porém esses novos textos introdutórios acabavam por construir, ou melhor desconstruir sua coerência histórica. Em *História da Loucura* Foucault apresenta um perspicaz argumento, sobre a irrelevância de se escrever um novo prefácio para uma nova edição de seu livro. Neste meta-prefácio, Foucault nos apresenta de forma breve um debate sobre a história dos livros, e conseqüentemente sobre a relação saber e poder que cerca esse objeto. Segundo o filósofo, um livro depois de escrito deveria seguir seu curso sem nenhum tipo de interferência de seu mentor.

Gostaria que um livro, pelo menos da parte de quem o escreveu, nada fosse de eu é feito; que ele não se desdobrasse nesse primeiro simulacro de si mesmo que é um prefácio, e que pretende oferecer sua lei a todos que, no futuro, venham a forma-se a partir dele. Gostaria que esse objeto-evento, quase imperceptível entre tantos outros, se recopiasse, se fragmentasse, se repetisse, se simulasse, se desdobrasse desaparecesse enfim sem que aquele a quem aconteceu escrevê-lo pudesse alguma vez reivindicar o direito de ser seu senhor, de impor o que queria dizer, ou dizer o que o livro devia ser. (FOUCAULT, 2010, p. VIII).

As interferências que o filósofo chamou de *duplos*, que seriam as novas produções e questionamentos da obra deveriam ser sempre externas. Mas não foi isso que aconteceu com os textos escritos por Freyre, ele se tornou senhor supremo de seus textos, exerceu uma tirania sobre sua produção dilacerando os contextos e intenções das quais cada texto foi escrito. Essa

prática senhorial ainda vem sendo produzida pelos seus discípulos. E vem reescrevendo novos prefácios para velhos livros como já foi supracitado, produzindo assim nas novas gerações de leitores, novos significados, que têm por sua vez, que manter sempre atual e justificada a produção discursiva de Gilberto Freyre, ou melhor, da função-autor.

O autor-Freyre serviu, conforme nos descreveu a filósofa Muchail, como ponto de encontro de certo número de acontecimentos⁹. Podemos aqui descrever dois grandes acontecimentos. O primeiro seria os valores do Estado Novo varguista. A grande crise de 1929 nos Estados Unidos que levou à falência dezenas de empresários, afetou drasticamente a realidade brasileira com altas taxas de desemprego, desvalorização da moeda, dentre outras mazelas. Neste momento, o Brasil estava passando por calorosas disputas sobre quem iria ocupar a cadeira de presidente da jovem república. O presidente Washington Luís havia em 1929, apresentado oficialmente Júlio Prestes trazendo um mal-estar para a relação São Paulo e Minas Gerais, que há anos haviam revezando o poder. Essa política ficaria na posteridade conhecida como política do café com leite. Ao saber da indicação os políticos mineiros passaram a conspirar. O atual governador de Minas desenvolveu uma colisão com o Estado do Rio Grande do Sul e a Paraíba, ambos estados que ficavam de fora da política Minas & São Paulo, e escolheram como nome para as disputas eleitorais, Getúlio Vargas e como vice o presidente da Paraíba João Pessoa. Esse episódio ficou conhecido como aliança liberal. É importante lembrar que a Paraíba tinha como objetivo político desbancar Pernambuco e se tornar a força política da Região Nordeste.

A aliança liberal trabalhou duro, lotou praças, modificou as estratégias políticas levando o candidato a rua, prática desenvolvida até hoje no Brasil. Mas o candidato Getúlio Vargas perdeu as eleições de 1930. Essa derrota levou a uma longa e incessante articulação militar que acabou, conforme nos apresenta a professora Lilia Schwarcz, tendo como estopim a morte de João Pessoa em Recife: “(...) João Pessoa foi assassinado, com três tiros à queima roupa, enquanto tomava chá e debatia a situação política, em campanha de correligionários, na elegante e concorrida Confeitaria Glória no Recife” (SCHWARZ, 2010, p.257). Foi o momento da tomada do poder presidencial pelas armas e também foi o momento do exílio de Gilberto Freyre para a Europa ao lado de Estácio Coimbra acusado de estar envolvido com a morte de João Pessoa.

⁹ O conceito de acontecimento de Foucault entende, antes de tudo, de maneira negativa, um fato para o qual algumas análises históricas se contentam em fornecer a descrição.

Esse foi o início do chamado governo provisório, políticos destituídos de seus cargos, as assembleias legislativas estaduais e municipais foram destituídas, a imprensa até então hegemônica, foi censurada e muitas foram as reformas e transformações realizadas pelo governo provisório, que de provisório só teve o nome, haja vista, que Getúlio Vargas passou mais de uma década no poder. Por perceber que havia uma tentativa de se perpetuar no poder a elite paulista se organizou pedindo eleições diretas. Cabe lembrar que os ferrenhos opositores de Vargas estavam em São Paulo.

Nesse mesmo contexto surgiu a Universidade de São Paulo a USP que tinha a função de produzir novos discursos que opusessem ao governo de Vargas. Vale apontar que novos autores, e toda produção discursiva tem como características: “[...] Um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagógica, é claro como o sistema de livros, de edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios de outrora, os laboratórios de hoje.” (FOUCAULT, 2010, p.16).

Foi nesse momento, ou pelo menos, nesse contexto, em que Vargas localizou o autor-Freyre. São muitos os motivos da eleição de Freyre para compor os interesses varguistas, o primeiro foi a rusga criada acidentalmente por Freyre anos antes com os paulistas, ao se contrapor ao movimento da semana de arte moderna, propondo o regionalismo.¹⁰ Dessa crítica surgiu o manifesto regionalista que seria a base de seu nacionalismo, um nacionalismo-regionalista. Vargas fez uso da rusga freyrana aos paulistas e do nacionalismo para ter o seu próprio autor, alguém que pudesse fazer frente ao discurso da USP. Segundo comentário do próprio Freyre (comentário que devemos olhar com bastante ressalvas), Getúlio Vargas havia lhe convidado para ocupar um ministério. Um dos resultados desse encontro é a obra escrita por Freyre Casa-Grande & Senzala, e que de alguma forma ainda convém, para muitos, como modelo hegemônico no ensino sobre a formação do pensamento social brasileiro.

¹⁰ No texto: *Manifesto regionalista*, o Professor Antonio Dimas comenta que tal Manifesto “foi lido no Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo que se reuniu na cidade do Recife, durante o mês de fevereiro de 1926 e que foi o primeiro do gênero, não só no Brasil como na América, só depois do Congresso do Recife tendo se reunido nos Estados Unidos a Conferência Regionalista de Charlottesville (Virgínia), com o apoio de Franklin D. Roosevelt e de outros eminentes norteamericanos e do qual participou o autor do "Manifesto de 1926" do Recife, por iniciativa e convite do seu colega Ruediger Bilden. Divulgado em parte por jornais da época, este "Manifesto" é, pela quinta vez, publicado na íntegra, agora por iniciativa do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Apareceu em primeira edição em 1952, lançado pela Editora Região. A presente edição - a 5ª - aparece, como a 4ª, revista e prefaciada pelo autor. Mas sem nenhuma alteração essencial ao texto lido em 1926 e publicado em 1952.”(Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cdrom/freyre/freyre.pdf>). Devo frisar, que existe uma polêmica sobre o ano em que de fato foi escrito o Manifesto de 1926.

Em outros dois momentos de grande efervescência e ufanismo do nosso esquizofrênico nacionalismo o autor-Freyre apareceu como gatilho. Depois de servir a ditadura varguista, o autor apareceu como pedra angular do regime militar na década de sessenta e novamente voltou a reaparecer, ou melhor, a ganhar força, já que desde a década de trinta o discurso freyrano sempre esteve presente no Brasil. E no Brasil de hoje.

Gostaria de apontar que a década de cinquenta, configurou um período em que o discurso-Freyre, ou o autor-Freyre perdeu bastante força, e um novo discurso passou a dominar o pensamento, ou parte do pensamento da elite intelectual brasileira. Tomemos como exemplo as postulações do sociólogo Florestan Fernandes. Parte dos trabalhos deste autor vieram por questionar os escritos de Gilberto Freyre. Na obra *A integração do negro na sociedade de classe* (1965) este autor descortina, por exemplo, o mito da harmonia racial no Brasil, tão propagado por Freyre, ao evidenciar o processo desigual de acolhimento dos negros na sociedade industrial, que passa a vigorar nos países em desenvolvimento, tal como, o Brasil.

Esse foi o período que o autor-Freyre passou a produzir sua obra transnacional e passou a compor um novo discurso, diga-se de passagem, por encomenda: o discurso do luso-tropicalismo.

III

FABRICAÇÃO DO LUSO-TROPICALISMO

Como já foi supracitado, todo conceito tem sua história. Mas existem campos epistemológicos que se debruçam sobre os debates em torno do conceito enquanto objeto. No palco da história, temos um grande expoente o historiador Reinhart Koselleck, que produziu uma vasta obra sobre esse debate. No campo da filosofia muitos pensadores travaram e desenvolveram contendas colocadas sobre conceitos, tais como Derrida, Foucault Deleuze e muitos outros antes desses. Mas gostaria de apresentar o ponto de vista forjado pelo filósofo Deleuze.

Gilles Deleuze e Félix Guattari em seu livro *O que é a filosofia?* Provoca-nos a pensar a gênese, ou para ser fiel à filosofia “deleuzegauattariana”, o plano de imanência do conceito. Nas palavras dos autores,

Não há conceito simples. Todo conceito tem componentes, e se define por eles. Tem portanto uma cifra. E uma multiplicidade, embora nem toda multiplicidade seja conceituais. Não há conceito de um só componente: mesmo o primeiro conceito, aquele pelo qual uma filosofia “começa”, possui vários componentes, já que não é evidente que a filosofia deva ter um começo e que, se ela determina um, deve acrescentar-lhe um ponto de vista ou uma razão. Descartes, Hegel, Feuerhach não somente não começam pelo mesmo conceito, como não tem o mesmo conceito de começo. Todo conceito é ao menos duplo, ou triplo, etc. Também não há conceito que tenha todos os componentes, já que seria um puro e simples caos: mesmo os pretensos universais, como conceitos últimos, devem sair do caos circunscrevendo um universo que os explica (contemplação, reflexão, comunicação...). Todo conceito tem um contorno irregular, definido pela cifra de seus componentes. (DELUEZE e GUATTARI, 1992, pag.25).

A partir da obra *O que é a filosofia* de Deleuze e Guattari, ou ainda, dos argumentos sobre a multiplicidade do conceito, busquei entender quais elementos constituíam o conceito de luso-tropicalismo. Partir rumo às leituras das obras buscando encontrar o conceito elementar que fosse a base do conceito gilbertino, e a cada leitura que fazia parecia estar cada vez mais distante, pois não encontrava nenhum elemento primordial que possibilitasse fazer alguma atribuição inicial ao conceito. E passei a perceber que esse conceito “fundante” não existia.

Na verdade, o que não existia era um conceito com a mesma terminologia que fosse reorientado ou ressignificado por Freyre, ou ainda, um único conceito que possibilitasse o surgimento do conceito de luso-tropicalismo. O que havia era uma série de termos cunhados por Freyre, os quais listo logo abaixo, e que não necessariamente foram pensados para servir como base do conceito de luso-tropicalismo, mas foi reivindicado para fortalecer seus argumentos em momentos propícios.

Muitos desses termos apareceram em sua *opus magnum* Casa-Grande & Senzala. Reafirmo não ter a mesma certeza de que esses termos tenham sido pensados como gênese do conceito de luso-tropicalismo como alguns autores insistem em argumentar. Porém, concordo que foram usados, ou reivindicados por Freyre no momento de aparição do seu “conceito” transnacional. Os termos foram cunhados para apresentar uma justificativa da colonização

portuguesa no Brasil que, segundo G.F, teria sido a construção de um império e não uma colonização.

Foram muitos os termos inventados por Freyre no percurso de *Casa-Grande & Senzala*, querendo aqui, destacar apenas dois, pois acredito serem muito relevantes para o debate do luso-tropicalismo. São eles: miscibilidade e aclimatabilidade, ambos usados como chaves para o suposto sucesso da colonização portuguesa. Gilberto Freyre nos diz no primeiro capítulo intitulado: *características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida* que “a miscibilidade, mais que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas,” (FREYRE, 2003, p.71).

A *miscibilidade* freyriana teceu uma mobilidade supra-humana para os portugueses, que se moviam quase na velocidade da luz para dar conta, nas palavras do autor, “dos quatro cantos do mundo.” Mas essa mobilidade supersônica só foi possível graças a outra grande habilidade única entre todos europeus, segundo Freyre, a sua aclimatabilidade.

Nas condições físicas de solo e de temperatura, Portugal é antes África do que Europa. O chamado ‘clima português’ de Martone, único na Europa, é um clima aproximado do africano. Estava assim o português predisposto pela sua mesma mesologia ao contato vitorioso com os trópicos: seus deslocamentos para regiões quentes da América não trariam graves perturbações de adaptação nem as profundas dificuldades de aclimação experimentadas pelos colonizadores vindos de países de clima frio. (FREYRE, 2003, p.72).

A aclimatabilidade apresentada por Freyre finalizou a construção de um super-humano apto à colonização, o português. Atrelado a essas duas super capacidades, poderemos atribuir ao catolicismo português mais uma forma singular de ser. Um catolicismo, como diria Freyre, ecumênico. Com essa tríade terminológica, Portugal chegou à América, Ásia e África.

Antes de passarmos para outros textos e obras em busca de novos termos que foram usados para sustentar o termo luso-tropicalismo, gostaria de levantar algumas questões pois acredito que sejam de suma importância para minarmos a eficácia ou a veracidade desses “conceitos”. Sabemos que no início das navegações portuguesas as embarcações passavam longos períodos para chegarem aos seus destinos, e, muitas vezes, nem chegavam, pois

muitos naufragavam. Isso impossibilitava uma mobilidade com eficácia, ou, para ser fiel ao autor impossibilitava uma *miscibilidade*.

Sabemos também das dificuldades enfrentadas por portugueses por falta de material humano para manter suas colônias tanto na América quanto em África. Compete-me trazer a lembrança que Portugal no ano de 1554 dividiu o Brasil em catorze capitâncias, quinze lotes e doze donatários para tentar livrar sua colônia de invasores, na sua grande maioria formada por franceses.

É válido frisar que um dos motivos do fracasso das capitâncias foi a dificuldade dos donatários que aqui chegaram em se mobilizar, e quando digo que não havia, ou melhor, que havia uma precária mobilidade não estou falando de mobilidade transnacional, estou, antes, falando que havia dificuldade de mobilidade entre as capitâncias, sendo essa uma das principais causas da derrota portuguesa nessa empreitada.

Outra tática utilizada por Portugal para manter e até mesmo expandir seus territórios em África não se deu pela *miscibilidade*, mas pelo estratagema geopolítico. Ancorando-se em uma perspectiva geográfica da *Sociedade geográfica de Lisboa* fundada em 1875, os políticos portugueses tentaram manter e até mesmo expandir seu território com a justificativa que haviam chegado primeiro em solos africanos. Para esse empreendimento foi construído um mapa que ficou conhecido como *O Mapa Cor-de-rosa*.



Figura 1

O historiador Malyn Newitt em seu livro *História de Moçambique* descreve esse acontecimento:

[...] os portugueses alimentavam esperanças do reconhecimento das suas reivindicações em conformidade com O Mapa Cor-de-rosa, mas a Alemanha, tal como a França, enquanto permitia que o Mapa fosse anexado ao tratado, limitavam-se a reconhecer genericamente os direitos de Portugal no interior, não especificando quaisquer fronteiras em concreto. Os tratados não foram ratificados pelas Cortes senão em Junho de 1887, e, aquando de sua publicação, a Grã-Bretanha deixou bem claro que o Mapa não era aceitável, e reiterou a sua reivindicação de que só através da ocupação de facto se constituía o direito internacional ao território. (NEWITT, 2012, p.310).

A assertiva gilbertina de que com um punhado de homens, ou para ser fiel a Gilberto Freyre, com um pessoalzinho ralo, Portugal conseguiu colonizar os quatro cantos do mundo, não se sustenta ao verificarmos que foram múltiplas as estratégias criadas pelos portugueses para manter suas colônias na Ásia, África e América.

Passemos para a análise da *aclimatabilidade*, outro termo que também não se sustenta. Gilberto Freyre afirma que Portugal teria um clima aproximado do africano, Freyre parte de uma ideia, ou melhor, de um conceito muito reivindicado pelas teorias racialistas do século XIX. O conceito de clima. Como nos apresenta Fernanda Rabelo em seu artigo: *Raça, clima e imigração no pensamento social brasileiro na virada do século XIX para o XX*,

O clima foi o fator mais invocado como principal causa da distinção racial. Para alguns, embora geradas sob a influência do clima, as diferenças já estavam definidas e eram irreversíveis, para outros, havia a possibilidade de reversão se o grupo passasse a viver num meio ambiente adequado. E ainda, alguns degeneracionistas achavam que os resultados benéficos do clima não se manifestariam com rapidez suficiente para provocar algum tipo de repercussão na história humana [...] (RABELO, 2007, p.164)

Freyre inverte o debate, mas se mantém filiado aos debates travados entre monogenistas e poligenistas. Esses dois grupos acreditavam que o continente africano teria um clima único e, por sua vez, “infernal” onde nasciam seres inferiores. Freyre apresenta uma suposta adaptação portuguesa ao clima africano, partindo da mesma máxima, que teria o continente africano um único clima. Sabe-se que o continente africano é composto por uma grande diversidade climática, no entanto, e para me manter no circuito visitado por Freyre

quero apresentar as mudanças climáticas existentes apenas em um único país, e ex-colônia portuguesa visitada por Freyre na década de 1950- Moçambique.

Aqui, o leitor poderá se perguntar, por que Moçambique emerge na presente discussão. Por isso, antecipo a resposta: Moçambique figura um dos países de África e também ex-colônia portuguesa, sobre o qual posso falar com o resguardo da experiência empírica, tendo em vista, que pude visitá-lo em minha pesquisa de campo, quando desenvolvia o trabalho de conclusão de curso superior. Devo dizer, que Moçambique é um país situado na África austral, tendo 801.590 Km² de extensão. Sua capital, Maputo faz fronteira com a África do Sul e Suazilândia têm em sua composição territorial um número de dez províncias, sendo as províncias de Niassa e Cabo Delgado as mais distantes da capital, conforme ilustra o mapa abaixo:



Figura 2

Apesar de Moçambique possuir de forma geral um clima quente e úmido não podemos produzir generalizações. “Em Moçambique existem duas estações: estação quente e chuvosa e estação seca e fresca. A estação quente e chuvosa tem início no mês de Outubro e termina em Março. A estação seca e fresca vai de Abril a Setembro”. (CUMBE 2001, p.46). Na estação quente e chuvosa temos os dias mais quentes do ano que podem variar entre 38° a aproximadamente 44° graus, porém na região litorânea a média anual é de 24°, sofrendo uma grande amplitude térmica durante a noite, podendo chegar em menos de 19° graus. Além de existirem variações climáticas nas regiões montanhosas de Niassa, Zambezia, Tete e Manica, ocorrem temperaturas inferiores a 16°C, condicionadas pela altitude.

Saindo dos termos produzidos no contexto do livro *Casa-Grande & Senzala*, outros termos apresentados pelo autor, desta vez os que apareceram no final da década de 30 e que chegaram ao público brasileiro nas conjunturas de 1940. Em 1937, Gilberto Freyre promove uma série de conferências em Londres e nas principais universidades portuguesas, Porto, Coimbra e Lisboa, sendo que essas conferências foram (re)editadas com o título *O Mundo que o português criou* (1940).

Centro minha atenção na conferência: *Aspectos da influência da mestiçagem sobre as relações sociais e de cultura entre portugueses e lusodescendentes*. Nesse ensaio, Freyre nos apresenta um novo termo, o de lusodescendente, e retoma termos centrais de *Casa-Grande & senzala* para explicar o mundo que os portugueses haviam criado. A *mestiçagem* e o *Nordeste* aparecem agora como alianças de uma trans-nacionalidade. Porém, uma trans-nacionalidade lusodescendente. O *Nordeste* (Bahia e Pernambuco) seria o jardim do Éden no sucesso colonial, e a *Mestiçagem* (...). Cabendo ter em vista que a monocultura latifundiária sustentada pela escravidão seria a pedra angular do projeto feliz e bem sucedido da colonização portuguesa nos escritos freyrianos.

O lusodescendente em Freyre seria o resultado perfeito do caráter humano da colonização portuguesa que gerou uma “espécie” mestiça espalhada pela Ásia, África e América, continentes que mantiveram valores morais, estéticos, inclinações sentimentais, aspirações sociais e políticas do Português, e por isso, seriam todos lusodescendentes. “A tendência geral do colonizador português para a mestiçagem parece ter dado aos povos da América, da Ásia e da África, de formação portuguesa, condições especialíssimas de unidade psicológica e de cultura” (FREYRE, 2010, p.28).

A mestiçagem é um fenômeno comum na humanidade, como nos diz o professor Kabengele Munanga em seu livro *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Porém, quando falamos de mestiçagem no contexto gilbertino, estamos falando de uma mestiçagem de supremacia branca. Os lugares dos autóctones donos dessas terras e dos africanos que aqui chegaram em uma migração forçada, são suprimidos e aprisionados em um tempo estático de suas produções; noutros termos, uma relação direta do negro e do indígena com a natureza, em detrimento da cultura.¹¹

¹¹ Para maior compreensão ver a obra *Tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objeto* (2013) do antropólogo Johannes Fabian.

Assim, o nordeste fabulado por Freyre no seu nacionalismo- regionalista como um lugar encantado, mítico ou até mesmo mágico, como nos apresenta o professor Osmundo Pinho ao afirmar que o regionalismo

[...] a partir dos anos 30, e com inspiração modernista, começou a se incorporar ao repertório de definição de um ideal nacional, o qual reservou para o Nordeste brasileiro um lugar quase mítico de reserva de autenticidade ou de *locus* de um Brasil profundo e essencial, ainda não deteriorado pela industrialização. (PINHO, 2007, p.85).

No trans-nacionalismo, o Nordeste ocupou a posição responsável pela perfeição do projeto português no Brasil, um exemplo a ser exportado para outras partes do mundo luso-tropical. Freyre nos diz que

Foi sem dúvida o açúcar que tornou possível, que favoreceu, que estimulou toda essa atividade intelectual, científica e artística em país tão novo. O mesmo açúcar cujos lucros vinham permitindo aos patriarcas portugueses da colonização da Nova Lusitânia cercarem-se de confortos e de graças da civilização européia e até asiática – casa-grande, igrejas, colégios, aulas de latim, vinhos finos, teatros, palanquins, colchas e louças da Índia – em terra há tão pouco tempo conquistado aos bugres e desbastada de mata virgens. (FREYRE, 2010, p83).

O Nordeste ou a Nova Lusitânia como Gilberto Freyre assim gostava de chamar, foi mais uma vez usado como sinônimo do Brasil que deu certo e que possibilitou a civilização do açúcar ou a primeira grande civilização luso-tropical.

Chego, então, à mesma conclusão de Claudia Castelo em sua dissertação: *O modo português de estar no mundo*, ao afirmar que “sem conhecimento das novas realidades que elege como objecto, o autor limita-se a generalizar, a partir do caso brasileiro. Ao invés de um estudo científico, o leitor depara com uma invenção idealizada do mundo que o português criou.” (CASTELO, 1998, p35).

A autora afirma que Freyre parte do caso brasileiro e generaliza sem nenhum critério de cientificidade usando apenas a imaginação. No caso brasileiro, lugar de onde Freyre parte para produzir as generalizações apresentadas pela autora, é também o lugar em que, sem critérios de cientificidade e muita imaginação, este autor produziu inúmeras invenções sobre o

Brasil que atendesse aos interesses de um determinado grupo. Um Brasil sem racismo, sem intolerância religiosa, sem machismo e, porque não dizer, sem mácula.

Com o intuito de analisar os termos que possibilitaram o surgimento do luso-tropicalismo, voltaremos ao debate em torno da ciência dos termos pensados por Gilberto Freyre. Dois outros termos serviram como sustentáculos para o luso-tropicalismo foram eles: *aventura e rotina* que aparecem com força no ensaio, *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. A base dos termos *Aventura e Rotina* parece ter sua gênese como uma crítica ao pensamento de outro suposto intérprete do Brasil, o renomado autor, Sergio Buarque de Holanda que apresentou uma tese defendendo a máxima de que o português não era afeito ao trabalho. Para contrapor essa ideia Freyre forja esses termos que aparecem em Casa-Grande e reaparecem, como já foi citado, no texto *Uma cultura ameaçada*. É válido frisar que esses termos se tornaram o título de seu diário de campo, aparentemente escrito em suas viagens as colônias portuguesas em 1953.

Em 1940 Freyre proferiu no Gabinete Português de Leitura em Recife a conferência *Uma cultura ameaçada: a Luso-Brasileira*, que seria sua defesa ao projeto português que ao se misturar possibilitou o surgimento da cultura luso-brasileira, luso-africana e luso-asiática, e se via ameaçada pela expansão do imperialismo nazista. O nazismo, símbolo das teorias racistas em voga na Europa, e a cultura lusa, o contraponto ao racismo, o antídoto para o mal do racismo no mundo. E neste contexto situava-se o Brasil, prova de uma democracia racial, nas ideias do autor e que, então, se encontrava ameaçada.

Dentro desse debate, ou melhor, dessa defesa, Freyre produz uma série de argumentos em torno dos termos aventura e rotina. Ele nos diz: “nada mais falso. Em primeiro lugar, no desenvolvimento português, os triunfos sempre têm sido alcançados pela combinação daquelas duas constantes do caráter lusitano: o espírito de aventura e o gosto pela rotina.” (FREYRE, 2010, p.30). Esse argumento tenta responder que a colonização portuguesa não se desenvolveu a partir da máxima da colonização exploratória. Portugal teria produzido em suas colônias uma nova morada, que havia se estabelecido na forma do trabalho, da vida missionária e da produção intelectual, e isso tudo a partir da mistura.

A fábula na qual Portugal seria o povo escolhido para produzir uma cultura mestiça, sem conflito de raça, através de mais uma peculiaridade portuguesa, a *aventura* e a *rotina* (agora ameaçadas pela expansão nazifascista nos termos de Freyre), não se confirmam quando vamos estudar a ascensão dos movimentos nacionalistas, fenômeno que ocorreu em grande

parte da Europa e que em Portugal ficou conhecido como Estado Novo, no qual encontramos uma filiação portuguesa ao modelo nazifascista de militarização do Estado.

Esse movimento que derrubou em 1926 o regime republicano teve como principal expoente o professor de Coimbra, Antonio Salazar, convidado para resolver problemas econômicos em 1928 e que, em 1930, tornou-se o homem do regime. O professor Newitt nos apresenta que grande parte das estratégias do regime salazarista advinham do fascismo: “Salazar e Caetano aprenderam muito com o fascismo contemporâneo – o uso do termo ‘estado’ para descrever o seu regime fazia lembrar a ênfase italiana e alemã nas necessidades do estado por oposição aos direitos e liberdade do indivíduo. (NEWITT, 2012, p. 390).

O regime salazarista promoveu grandes transformações em suas colônias que acirraram os conflitos entre colonos e a metrópole. Em Moçambique umas das mudanças foi o trabalho forçado: “A obra de grande mudança assinalada pela publicação do código de 1928 foi a de mão-de-obra forçada, recrutada e levada para as plantações, que transitou para um sistema de cultivo forçado que obrigava o africano a permanecer na sua aldeia e a trabalhar a própria terra” (NEWITT, 2012, p. 408). Podemos crer que houve bastante criatividade da parte de Gilberto Freyre na construção de seus argumentos, de um Portugal ameaçado pelo nazismo.

Em seguida, como nos apresenta a professora Lilia Schwarcz, o que definia o lugar de nobreza no Brasil estava ligado ao mando não ao trabalho. O trabalho, e principalmente o ligado à terra (braçal) era visto como trabalho de cativo.

O que definia a nobreza no Brasil era o que ela não fazia. Dedicar-se ao trabalho braçal, cuidar de uma loja, atuar como artesão e demais atividades eram coisas para gentios e cativos. Talvez por isso persista aqui o preconceito contra o trabalho manual considerado símbolo de atividade ‘inferior’ e menosprezado. (SCHWARCZ, 2015, p.68).

O que Freyre chama de *rotina* como sinônimo de trabalho do português no Brasil colônia, podemos traduzir como ócio. Essa total ausência de trabalho era o lugar que definia o privilégio do senhor em detrimento do escravo e do trabalhador livre, e como aponta Schwarcz, elementos constitutivos da tradição brasileira.

Deste modo, o conjunto de termos até aqui apresentados e sempre reivindicados pelos estudiosos do luso-tropicalismo, serviram de plataforma para a justificativa da criação do luso-tropicalismo por Freyre demonstrando uma continuidade do pensamento nos seus textos,

desde seus dias de menino até a sua maturidade intelectual. No esforço intelectual até aqui empregado, buscando a compreensão das possibilidades de criação do conceito de Luso-tropicalismo em Freyre, verifico nas obras analisadas uma acentuada necessidade por parte do autor de transmitir uma ideia de genialidade e sistematização do seu próprio pensar.

Entretanto, procuro neste trabalho analisar os seus termos e obras a partir de rupturas e não de continuidades. Entendendo ruptura como um corte em que cada obra precisa ser compreendida dentro de seus contextos históricos e políticos, na tentativa de não cair em mais labirintos gilbertinos. Diversos autores caíram em um desses labirintos forjados por Freyre, supostamente buscando respostas para a origem e continuidade dos seus ditos conceitos postos em seus diários e suas autobiografias que foram escritos e reescritos pelo próprio autor, talvez na tentativa de borrar sua história.

Apesar dos termos *miscibilidade*, *aclimatabilidade*, *lusodescendente*, *nordeste*, *aventura* e *rotina* terem um elo entre si, a Portugal fabulosa, existente apenas nas histórias de Freyre, podemos considerar que cada termo foi pensado para responder a questões específicas de momentos históricos.

Os termos *miscibilidade* e *aclimatabilidade* foram pensados como justificativa do suposto sucesso da colonização portuguesa principalmente no Brasil. O *nordeste*, *aventura* e *rotina*, apesar de aparecerem também como comprovação da colonização, são ressignificados no contexto de início de segunda Guerra mundial para apresentar o caráter antirracista de Portugal e o resultado material desse caráter antirracista: o Brasil. País em que brancos, negros e índios vivem em plena harmonia de raça.

Assim também se deu com o luso-tropicalismo. A primeira vez que o termo apareceu, foi no contexto das viagens realizadas por Gilberto Freyre a convite do governo português para conhecer todas as colônias portuguesas na África e Ásia. O contexto era o fim da segunda guerra mundial, e a suposta guerra ao racismo na Europa. Sobre isso, a pesquisadora Claudia Castelo em seu prefácio à obra de Gilberto Freire: *Um brasileiro em terras portuguesas*, apresenta que,

O Estado Novo português, confrontado a partir de 1945 com a pressão internacional favorável à autodeterminação dos territórios coloniais, tentou delimitar uma argumentação capaz de legitimar a manutenção do status quo nas possessões portuguesas. Esse processo de legitimação do colonialismo português exigiu alterações na legislação, uma reformulação doutrinária e medidas inéditas de modernização e fomento econômico em Angola e Moçambique. Dois meses depois da consagração da 'unidade nacional na

Constituição da República Portuguesa, Gilberto Freyre inicia uma visita por terras lusitanas a convite de Sarmiento Rodrigues, ministro do Ultramar. (CASTELO, 2010 apud FREYRE, 2010 p.14)

Sinalizo que não houve uma boa recepção das doutrinas gilbertianas em Portugal no campo político na década de trinta com sua obra *Casa-Grande & Senzala*. Tema bastante discutido em dissertações e teses de doutoramento, a recepção de Casa-Grande se deu apenas no campo da arte. Houve uma grande movimentação de literatos em torno dessa obra. Entretanto o governo português por ser simpatizante aos regimes fascistas não viu com bons olhos uma teoria que “enaltecia” a mistura das raças.

Porém, vinte anos depois da publicação de *Casa-Grande & Senzala* a conjuntura geopolítica portuguesa havia mudado. Existiam pressões internacionais que levaram a elite política portuguesa a rever, ou melhor, a encontrar em Gilberto Freyre a saída para seus problemas. Freyre tinha sido convidado pela UNESCO para compor um grupo de intelectuais que buscariam a solução para o racismo da Europa que levou ao caos e ao extermínio de milhares de judeus, negros e homossexuais. Surgiu o projeto UNESCO no Brasil, que organizou uma agenda tendo este País como centro da pesquisa. Conforme nos afirma Marcos Chor Maio,

Diante desse cenário, a UNESCO, munida da razão iluminista, procurou encontrar soluções universalistas que cancelassem os efeitos perversos do racismo. O Brasil foi escolhido, em perspectiva comparada com a negativa experiência racial norte- americana, para ser um dos pólos de investigação dos dilemas vividos pelo mundo ocidental. (MAIO,2007, p.12)

A relação de Freyre com o projeto UNESCO, ainda que tenha sido prejudicial para suas teses sobre o paraíso da mestiçagem no Brasil, lhe possibilitou uma abertura que até então não existia com a geopolítica portuguesa. Gilberto Freyre passou a sair de cena, ou melhor, a ser sistematicamente questionado por intelectuais que ocupavam lugares de prestígio, como Florestan Fernandez. Contudo, cabe lembrar que Freyre já vinha sofrendo duras críticas sobre o teor ideológico de suas doutrinas, por intelectuais como Guerreiro Ramos, que, devido ao racismo, não ocupou nenhuma cadeira nas universidades de grande prestígio.

Ao que parece, Freyre abraçou a porta que havia sido aberta em Portugal, onde seus termos passaram a ter uma aceitação no campo político e, como já foi dito, realizou viagens nas colônias portuguesas a fim de produzir uma imagem positiva de Portugal frente às Nações Unidas e união europeia. Foi nesse contexto que o termo de luso-tropicalismo surgiu, conforme as palavras do autor, como uma epifania. Freyre escreve que “esta viagem, apenas, confirmou em mim a intuição do que agora, mais do que nunca, me parece uma clara realidade: a de que existe no mundo um complexo social, ecológico e de cultura que pode ser caracterizado como ‘lusotropical’” (FREYRE, 2010, p. 32). O lusotropical escrito em 1952 como conferência intitulada *Em torno de um novo conceito*, foi apresentada na sala dos Capelos, da Universidade de Coimbra.

O lusotropical ou luso-tropicalismo, intuição que só veio a ser confirmada quando Freyre estava em viagem pelas colônias africanas e asiáticas, compõe uma agenda portuguesa para manutenção de suas colônias. Podemos enquadrar Gilberto Freyre como um membro, ou melhor, um produtor de uma ideologia sobre uma neocolonização portuguesa que criou uma supremacia branca portuguesa mascarada em mestiçagem. O luso-tropicalismo criou uma ideia de seres humanos tão superiores quanto a ideia do homem ariano propagada pelos regimes nazifascistas, a única diferença é que esse ser era mestiço, mas o conteúdo de sua superioridade nessa mistura consistia na extraordinária superioridade dos portugueses e suas peculiaridades supra-humanas.

Quero aqui, voltar ao termo desenvolvido por Freyre no contexto transatlântico. O luso-tropicalismo é mais um dos muitos termos inventados por Gilberto Freyre que carece de uma base científica. Ao que parece a falta de rigor desse termo e de muitos outros, (rigor tão propagado por pensadores brasileiros e estrangeiros) foi intencionalmente esquecido, não somente no campo da teoria, mas tragicamente no campo da prática. Em muitos prefácios das obras de Freyre escritos por autores de grande destaque no cenário nacional e internacional podemos observar essas críticas do campo teórico.

O professor Fernando Henrique Cardoso na apresentação comemorativa do livro *Casa-Grande & Senzala*, intitulada *Um livro perene* nos fala da falta do rigor metodológico e teórico da obra. Leiam o que ele diz:

Assim ocorreu com Gilberto Freyre. Sendo correta ou não a minúcia descritiva e mesmo quando a junção dos personagens faz-se em uma

estrutura imaginária e idealizada, brota algo que, independentemente do método de análise, e às vezes mesmo das conclusões parciais do autor, produz o encantamento, a iluminação que explica sem que se saiba a razão” (CARDOSO, 2003 apud FREYRE, 2003, p.21)

Em outra passagem desta mesma obra, FHC justifica a falta de rigor como a única forma de se produzir uma obra única, singular, e nos sugere a crer que apenas com essa falta de rigor, seja teórico ou metodológico foi possível produzir uma obra como Casa-Grande, afirmando: “não é pesquisa que, repetida nos mesmos moldes por outrem, produza os mesmos resultados, como prescrevem os manuais na versão pobre do cientificismo corrente.” (CARDOSO, 2003 apud FREYRE, 2003, p.24).

E segue produzindo uma imagem, ou melhor, uma aura, um espectro, algo maior que lhe possibilitou produzir um livro único que jamais poderia ser reproduzida. Durante esta emblemática apresentação ao livro *Casa grande e Senzala*, FHC infere que “Todo verdadeiro criador sabe que nos momentos da criação alguma coisa de mais forte do que ele próprio lhe guia a mão.” (CARDOSO, 2003 apud FREYRE, 2003, p.21). E acrescenta que talvez o sucesso da obra tenha sido porque Gilberto Freyre tenha dito o que a elite branca da academia queria ouvir ou nas palavras do próprio FHC: “no fundo, a história que ele conta era a história que os brasileiros, ou pelo menos a elite que lia e escrevia sobre Brasil queriam ouvir.” (CARDOSO, 2003 apud FREYRE, 2003, p.22).

A professora Cláudia Castelo, prefaciando o livro *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, na verdade uma coletânea de artigos e comentários que compõem uma enorme obra, é mais uma autora que nos alerta sobre a falta de critérios científicos de mais uma das obras produzida por G. F. ela nos diz: “fruto de um compromisso assumido com o ministro do Ultramar, *Um Brasileiro em Terras Portuguesas* é um trabalho de pendor mais literário do que científico.” (CASTELO, 2010 apud FREYRE, 2010, p.18)

Mesmo havendo críticas pontuais em algumas introduções e prefácios sobre a ausência de cientificidade nas obras do Gilberto Freyre, esse debate tem passado quase despercebido pelos autores que sustentam suas obras como grande intérprete do Brasil. Não pautam nenhum aspecto que verse sobre ausência de critérios científicos nos escritos desse autor.

No campo prático, (ou seria político?) os termos freyrianos passaram a ter estatuto de conceitos e, conseqüentemente, passaram a ter um grande teor de verdade. Essas vontades de verdades, utilizando os contributos de Foucault, produziram realidades catastróficas. No

Brasil, um país sem racismo, sem intolerância religiosa, um verdadeiro paraíso racial um novo jardim do Éden, e em África e na Ásia uma extensão desse paraíso que primeiro se desenvolveu no Brasil graças à superioridade dos portugueses.

Há um debate que aloca o pensamento produzido por Gilberto Freyre em um período ensaístico, como se em seu tempo ainda não houvesse uma ciência estabelecida, favorecendo a abertura para uma não cientificidade. Neste mesmo debate, se pressupõe que não estavam bem definidos os limites entre as ciências, fato controverso pois se fizermos estratificações em torno da “ciência” encontraremos divisões bem estabelecidas e descobriremos ciências no Brasil desde o século XVII com a invasão holandesa no contexto pernambucano, e a vinda dos médicos Guilherme Piso e Jose Marcgravl componentes da comitiva de Mauricio de Nassau. No século XVIII temos trabalhos no campo da química com Vicente Coelho Seabra (1741-1811) e justamente no século XIX com a vinda da família real em 1808 e as aberturas dos portos que teremos o “boom” das pesquisas científicas no Brasil com a vinda de intelectuais de vários países.

Ainda sobre essa breve estratificação das ciências, verificamos a criação da faculdade baiana de medicina, que entre os seus membros teve o médico Raimundo Nina Rodrigues, editor chefe da Gazeta Médica da Bahia e um dos periódicos científicos do Brasil. Seus trabalhos tiveram eco em grandes centros médicos espalhados pelo mundo. No campo da psiquiatria temos o psiquiatra Juliano Moreira, fundador da psiquiatria brasileira, conhecido e respeitado nacionalmente e internacionalmente e considerado na Europa como maior psiquiatra brasileiro. E em última sinalização, os respeitados irmãos Rebouças no campo da engenharia. O Brasil produziu grandes cientistas que lançaram uma ciência bastante respeitada na Europa, Ásia e EUA, principalmente na Europa já que muitos brasileiros haviam sido formados por lá. Constata-se que devemos repensar a divisão entre o período ensaístico que é sinônimo de pré-científico e a ideia de um marco da produção científica com a vinda do projeto UNESO para o Brasil, até mesmo porque os outros autores que compõem esses períodos tiveram mais rigor com os seus trabalhos. A exemplo desta última assertiva, temos o Arthur Ramos com seus trabalhos notadamente sofisticados e que dialogavam com a psicanálise.

Não quero com essa abordagem produzir um discurso em favor da ciência, pois acredito que podemos produzir conhecimento tão importante e valorativo quanto o científico no campo da literatura. Porém, venho levantando essas questões para podermos pensar o lugar

do pensamento gilbertiniano nas ciências brasileiras. Tenho analisando inúmeras contradições de autores e autoras que alocam Freyre como autor de um período de transição da produção científica, mas, ao mesmo tempo tratam seus conceitos com o maior rigor de cientificidade. Autores que mesmo percebendo a falta de rigor nos trabalhos de Gilberto Freyre produzem certa potencialidade dos termos pensado por Freyre.

O professor Paul Feyerabend pode nos ajudar a pensar o possível privilégio que foi dado ao pensamento de Gilberto Freyre. FEYERABEND (2007) incorre que “a ciência do Primeiro Mundo é uma ciência entre muitas; ao proclamar ser mais do que isso, ela deixa de ser um instrumento de pesquisa e transforma-se em um grupo de pressão política”.(p.22) Mesmo o Brasil não estando no circuito da ciência do primeiro mundo, acredito que a citação nos cabe, uma vez que Freyre alcançou notório privilégio nos ditos grandes centros científicos do mundo.

É válido apontar que o luso-tropicalismo, objeto dessa dissertação, configura-se como tema de pesquisa e crítica desde o fim da década de 50 com autores anti-coloniais, dentre os quais podemos destacar o angolano Mario Pinto de Andrade com texto *Qu'est-ce que se lê luso-tropicalismo*, assinado com pseudônimo de Buanga Fele e escrito em 1955; o Norte Americano Gerald J. Bender em sua tese de doutoramento editada no ano de 1978 sobre o título: *Angola sob o Domínio Português – Mito e Realidade*; a pesquisadora portuguesa Claudia Castelo escreveu uma tese de dissertação chamada *O modo Português de estar no mundo (o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa)* escrito em 1999; E a tese escrita pelo professor moçambicano José Luís Cabaço em 2003, onde também critica o luso-tropicalismo.

Até aqui, é possível compreender que foi forjada uma cientificidade, ou para ser mais específico, houve uma tentativa de borrar o que era ficção no pensamento de Freyre classificando-o como ciência na busca por legitimar um grupo de pressão política. Do mesmo que Freyre e seu pensamento foi usado por grupos políticos brasileiros que precisavam de um novo olhar para velhas questões, o termo de Luso-tropicalismo foi amplamente utilizado por grupos políticos em colônias portuguesas. Cabe agora tentarmos elucidar os usos do luso-tropicalismo no contexto africano.

IV

OS USOS DO LUSO-TROPICALISMO

Em toda a história das colonizações sempre houve uma espécie daquilo que venho chamando de *Colonização conceitual*. Essa colonização conceitual vem sendo a base das políticas dos países europeus, e com o passar nos séculos ganhou força e se institucionalizou. Ao chegar aos novos territórios, esta era a prática: primeiro se construía conceitualmente os lugares sociais e depois se encaixava os sujeitos nesses arquétipos. Preciso apontar, que reflito a colonização primeiro como uma produção discursiva, entendendo discurso como produção de saber-poder. Uma prática discursiva que primeiro potencializa o saber sobre os outros para em seguida potencializar o poder. Essa prática pode ser percebida em muitos momentos da história do ocidente. Parte desta reflexão pauta-se na esteira argumentativa de Edward Said (1990) e Michael Foucault (2010), sobre os quais apresentarei algumas inferências no que diz respeito a consolidação do entendimento de *Colonização conceitual*, ora citado.

O ensaio *Orientalismo* do crítico literário Edward Said (1990) no qual o autor versa sobre a construção do conceito de *orientalismo*, verifiquei três definições de orientalismo que são capazes de ratificar, em certa medida, aquilo que venho chamando de *colonização conceitual*. A princípio Said (1990) descreve o orientalismo acadêmico, que se refere às pesquisas realizadas por sociólogos, historiadores, antropólogos e outros profissionais sobre e em países orientais; O orientalismo ontológico que possibilitou a construção de uma massa densa de documentos, romances, tratados filosóficos; e ainda um orientalismo discursivo que se materializou como instituição em meados do século XVII e tinha por finalidade “negociar com ele fazendo declarações a seu respeito, autorizando opiniões sobre ele, descrevendo-o, colonizando-o, governando-o: em resumo, o orientalismo como estilo ocidental de dominar, restaurar e ter autoridade sobre o oriente” (SAID, 1990, p. 15).

Do mesmo modo, o debate em torno do conceito de *loucura* desenvolvido pelo filósofo Michael Foucault (2010) contribuiu, sobremaneira, em meu processo de busca argumentativa para demonstrar esta possível prática colonial, no termo aqui empregado: *Colonização conceitual*. O autor nos afirma que “(...) na própria medida em que não sabemos onde começa a loucura, sabemos, através de um saber quase incontestável, o que é o louco.”

(FOUCAULT, 2010, p. 181). Essa afirmação demonstra que a categoria loucura criou o louco, e os loucos por sua vez acabaram sendo os epiléticos, pobres, alcoolistas, todos aqueles que não eram mais vistos como força produtiva. Foi como instituição médica¹² que a loucura consolidou-se como saber.

o conceito de *raça* foi a mola mestra para a construção do racismo, que por sua vez possibilitou e legitimou, os mais diversos crimes. A *raça* foi primeiramente usada pela botânica para classificar plantas e animais, e, concomitantemente passou também a fazer parte dos debates filosóficos que ficaram conhecidos como racialismo, como nos descreve o filósofo Tzvetan Todorov (1993) no livro *Nós e os Outros* ao designar as doutrinas racialistas. O racialismo alimentou o racismo que como categoria conceitual (saber), colonizou junto com a colonização (poder).

Apresentei aqui os conceitos de Orientalismo, Loucura e *raça* para demonstrar que todos esses conceitos serviram como condições de possibilidades de um poder letal, não há saber sem poder, porém ao que parece que a metodologia colonial se utilizou massivamente da produção de saberes para fortalecer sua relação de poder. Esses saberes, em grande parte, apareceram em forma sintética de conceitos, ao que classifico como *Colonização conceitual* que seria o primeiro ato de colonizar.

Assim também sucedeu com o termo luso-tropicalismo. Depois da sua paradoxal fabricação o luso-tropicalismo passou a servir não mais como um termo que tentava definir uma miraculosa sociologia, geopolítica, antropologia e ecologia para sustentar a superioridade da colonização portuguesa, mas sim, como um instrumento de controle dos corpos e de construção de nação. Desta forma, e na busca de melhor entendermos o regime salazarista e a utilização do “conceito” de luso-tropicalismo é necessário apresentar um breve histórico da colonização portuguesa em África.

No período das grandes navegações o mundo tornou-se global e grande parte dessa globalização deve-se ao pioneirismo de Portugal. O historiador Marc Ferro em seu livro

¹² Em meados do século XIX a medicina, ou melhor, o saber médico orientou e legitimou as tomadas de decisão por parte do Estado na figura de suas instituições sociais. Para maiores esclarecimentos sobre tal análise, recomendo a leitura da obra *História da loucura* (2010) do filósofo Michael Foucault.

Histórias das Colonizações nos diz que não havia na Europa uma frota naval tão preparada quanto a frota portuguesa “dispondo de uma superfície de velas duas vezes maior do que as usadas até então, as caravelas podiam navegar à bolina, isto é, manobrar constantemente o velame para avançar em ziguezague, contra o vento se necessário. (FERRO, 1996, p. 44).

E com o passar dos anos surgiram embarcações maiores como os “galeões, mais espaçosos e adaptados a guerra no mar, Portugal tornou-se o centro europeu da construção naval” (FERRO, 1996, p.44). As naus portuguesas que poderiam ter sido chamadas de naus da morte, por onde passaram deixaram um rastro de sangue e destruição, muito superior do que as deixadas pela segunda guerra mundial.

Havia dois grandes objetivos na colonização portuguesa: dominar as rotas marítimas e propagar a fé cristã. Porém, para que essa empreitada fosse promissora, seria necessário o domínio de outros povos. Nesse processo novos objetivos foram anexados, dentre eles a monocultura e a venda de seres humanos para realização de trabalho escravo, prática existente desde a antiguidade. Devo apontar que Portugal empreendeu o maior tráfico de escravizados depois do Império Romano. Segundo a historiadora Lilia M. Schwarcz (2010), a colonização no Brasil fomentou a maior concentração de negros escravizados em perímetro urbano, desde o império romano, citando sobre isto, a realidade do Rio de Janeiro à época.

A historiografia ocidental descreveu que o início da história dos povos africanos se deu a partir do suposto descobrimento. Atrelado ao descobrimento o uso da escrita também serviu para legitimar tal afirmação, se não havia escrita não existia história. Todos que ali habitavam eram povos sem história, sem cultura e sem religião, por isso a cada “descoberta” um forte e uma igreja eram erguidos. Seria através da fé e da espada que os povos colonizados deveriam chegar ao status de civilizados. O historiador Hampâté Bâ (1972) em seu texto a tradição viva nos apresenta um importante contraponto: “A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiam.” (p.167)

Concordando com as sábias colocações de Hampâté Bâ, é possível considerar que a historicidade dos povos africanos antecede a chegada dos portugueses naquele continente. Sendo assim, em 1444 quando Portugal chega a Guiné¹³, se inicia a colonização e não a

¹³ Termo designado na época para falar da África negra.

história de África. De modo específico, Portugal chegou em Cabo Verde em 1444, em 1460 a Serra Leoa. Em 1487-8 Bartolomeu Dias dobrou o cabo das tormentas, e 1498 Vasco da Gama chega a ilha de Moçambique. Por fim, 1502 chega ao território das Américas, dois anos antes Cabral chegava ao que viria se chamar Brasil. E para finalizar a expansão, em 1598 Portugal chega a Índia.

Após ter exposto esta breve rota da expansão portuguesa, gostaria de apresentar algumas características da colonização que este país conseguiu realizar. Apesar de ter uma estrutura pautada no uso extremo da força, imposição religiosa, e um sofisticado sistema burocrático, Portugal se viu forçado a usar estratégias diferentes em cada “colônia”. Em 1505, instalou-se em Sofala e Quíloa duas antigas cidades comerciais em Moçambique, e que estavam sobre o domínio mulçumano. Lá, a frota portuguesa destruiu toda resistência existente na região, tanto árabe, quanto africana. Isso custou o declínio das duas cidades comerciais, como aponta Malyn Newitt:

Os violentos acontecimentos de Quíloa e Sofala e a destruição evidente de muito do antigo sistema de comércio de ouro, quando vistos a par do elevado declínio do comércio aurífero, pode levar-nos a concluir que a chegada dos portugueses contribuiu largamente para a destruição da vida comercial na costa (NEWITT, 2012, p.42)

Em Angola o processo de colonização, podemos assim dizer, foi o mais perverso da colonização portuguesa. Angola era uma espécie de desterro de Portugal. Para lá eram enviados todos os indesejáveis da metrópole: ladrões, homicidas, estupradores e todos aqueles que de alguma forma contrariava a ordem estabelecida. A política de enviar para as colônias os criminosos da metrópole se deu em outras colônias de Portugal, tais como, Cabo Verde e Moçambique. Para estas eram enviados colonos de todos os lugares, e entre estes, incluíam-se, os exilados da metrópole. Os degradados como eram chamados formaram os primeiros e únicos colonos de Angola por mais de trezentos anos, e Angola por sua vez se transformou no primeiro e maior presídio a céu aberto da história.

O horror causado pelos degradados aos povos angolanos dificilmente pode ser mensurado. O cientista social Gerald Jerry Bender nos apresenta um pouco das atrocidades praticadas pelos degradados, afirmando que “as transgressões dos degradados em Angola não se limitavam ao roubo e à vigarice; eram condenados por quase todos os crimes imagináveis

na colônia, desde assassinio e a burla até à violação de raparigas órfãs.” (BENDER, 2004, p. 145)

Já no arquipélago de Cabo Verde a colonização demonstra conotações peculiares, a começar pelo fato de ter sido uma colônia inventada. Não haviam habitantes africanos no início de sua colonização, ou melhor, no período de seu “descobrimento.” Por haver uma demografia negativa, houve uma grande migração de colonos portugueses e africanos. É possível afirmar que esse processo migratório de diferentes grupos étnicos constituiu a base da história Cabo-verdiana. Há uma celeuma em torno da identidade em Cabo Verde, debate que se estende a mais de um século.

Podemos dizer que durante os três séculos de expansão portuguesa, houve uma colonização costeira em, África, entretanto, não devemos subestimar os seus estragos. A fase mais violenta se deu no período que ficou conhecido como imperialista e sobre as fases da colonização, sabemos que não existe um marco que possibilite o surgimento de uma nova, tendo em vista que todo novo momento histórico existe por causa de uma miríade de eventos. Os eventos que possibilitaram a fase do imperialismo, tiveram como estopim, a Conferência de Berlim que tinha como finalidade resolver um impasse ainda colonial. Como nos descreve Ferro:

Cogitado para solucionar as desavenças em torno do Congo, disputado pelo rei Leopoldo, a título particular, por Stanley, seu funcionário, e Savorgnan de Brazza, em nome da França, a conferencia de Berlim foi, na verdade, organizada por um Bismarck que queria confirmar seu próprio papel de árbitro nos conflitos internacionais, mas também participar, doravante, do rateio dos despojos. (FERRO, 1996, p.99)

Todavia, esse acordo entre catorze potências européias fez nascer uma das maiores brutalidades da humanidade, se não a maior. O fruto da conferência perdura até os dias atuais, sem termos um horizonte para seu fim. Ainda segundo as análises proposta por ferro a conferencia de Berlim,

Não oficializou realmente a partilha da África negra, como se afirmou [...] Apenas formulou as ‘regras do jogo’, permitindo essas orgias de operações e de anexações que ficaram conhecidas como a ‘corrida de obstáculos’ pois cada potencia européia saia em disparada para fincar sua bandeira no maior numero possível de território. (FERRO, 1996, p.102)

Portugal logo reivindicou seu suposto direito na busca de consolidar as suas “colônias” e a disputar por novos territórios no continente africano. Assim sucedeu a ocupação quase plena do continente africano pelas potências européias e da mesma forma adveio uma luta de proporção continental de resistência. Essa fase imperialista tem algumas singularidades em relação a fase conhecida como colonial. Uma delas é que os debates sobre as atividades exploratórias das colônias não dizem respeito apenas a um grupo restrito de pessoas, a colônia agora é um bem da nação, ou como disse Ferro: “o imperialismo é um fenômeno público.” (FERRO, 1996, p.33)

Por se tornar algo público as populações das metrópoles acabavam por se envolver e opinar sobre os assuntos da colônia e uma das consequências disso é que inúmeras iniciativas foram criadas para justificar essa fase, tais como, teorias científicas e obras literárias. Neste momento fica instituído o racismo científico (ou teórico) que havia ganhado grandes proporções entre as elites europeias. No campo acadêmico a maioria dos grandes intelectuais eram racistas convictos. O racismo científico foi estruturante para o projeto de expansão do ocidente, neste sentido, penso ser relevante dedicarmos algumas linhas para descrever esse processo.

O racismo científico surge, conforme nos apresenta Renato da Silveira (2000) quando “(...) o etnocentrismo espontâneo e racionalizações mais ou menos fragmentarias dão lugar a sistemas de representação elaboradas, integradas a uma concepção geral do mundo” (p.94), Não havia unidade dos discursos raciais, cada país desenvolvia suas teorias pautadas na sua suposta superioridade, a única unidade era a subjugação dos povos colonizados. Podemos destacar a França como um dos países pioneiros na consolidação do racismo científico, herdeiro do racialismo filosófico Francês que teve como grande expoente o naturalista Georges-Louis Leclerc (conde de Buffon), adepto do monogenismo¹⁴ e o filósofo Voltaire, partidário da teoria poligenista¹⁵.

Na Inglaterra e na Alemanha o racismo, ainda segundo Silveira (2000) “desenvolveu-se a partir de tentativa de unir o povo em torno de um sentimento nacional, com aliança política da aristocracia e da burguesia emergente.” (p.95). Em Portugal o racismo se

¹⁴ Tal doutrina partia do pressuposto de que todas as raças humanas emergem de um único ancestral.

¹⁵ Teoria que abordava a existência de diferentes origens da raça humana.

desenvolveu a partir da teoria poligenista que acreditava na existência de diversas raças. Tal assertiva fica evidente na tese da pesquisadora Rosa Cabecinhas (2002):

[...] Não haverá, porém, motivos para supor que esse facto do limite da capacidade intelectual das raças negras, provado em tantos e tão diversos momentos e lugares, tenha uma causa íntima e constitucional? Há decerto, e abundam os documentos que nos mostram no negro um tipo antropológico inferior, não raro próximo do antropóide, e bem pouco digno do nome de homem. (MARTINS,1953, Apud, CABECINHAS,2002,p.78).

Acredito que é com todo este impulso que Portugal parte para a criação de um Estado colonial em Moçambique, Angola e Cabo Verde. Ressalto que foram muitas às mudanças ocorridas na colônia, mas, neste momento, gostaria de enfatizar o uso da burocracia como ferramenta na colonização. Em 1890 foram elaboradas novas políticas que pretendiam dar mais autonomia a colônia, foi nesse período que ocorreram as divisões territoriais. Moçambique passou a ter duas províncias separadas, Zambeze e Lourenço Marques. Em 1894 foi criado sete comarcas, ou melhor, distritos judiciais, e neste mesmo ano foi criado o cargo de alto-comissário, uma espécie de ministro.

Em 1902, Lourenço Marques transformou-se em capital da colônia, frutos dos acordos firmados entre 1897 e 1899 entre a República da África do Sul e Moçambique o que possibilitava o recrutamento de moçambicanos para o trabalho nas minas. Foi sobre esse acordo que foi estabelecida uma nova Lei laboral, a lei laboral de 1899, que dizia: “todos os indígenas [...] estão sujeitos à obrigação moral e legal de tentarem obter, através do trabalho, os meios de que carecem para subsistir e melhorar sua condição social.” (NEWITT,2012, p. 341). Apesar de todas as espoliações existentes nesse processo, houve certo desenvolvimento social e econômico. Essas idas e vindas de trabalhadores, transformaram Lourenço Marques em uma capital bastante dinâmica.

Alguns historiadores atribuem o desenvolvimento de Moçambique a lei laboral de 1899, a mesma forçou a descentralização administrativa e autonomia da colônia. A idéia dessa possível autonomia gerou um embate entre as duas correntes políticas que desejavam participar de certo controle, ou melhor, do poder sobre a colônia. De um lado estavam os republicanos que apostavam na autonomia colonial, do outro os políticos ligados ao antigo regime monárquico que aspiravam por total centralização da metrópole sobre a colônia. Nesta quebra de braços os republicanos venceram, pelo menos os primeiros rounds.

No início do século XX os republicanos assumem o poder político em Portugal e, conseqüentemente, em Moçambique, uma vez que, configurava uma das colônias portuguesas. Na busca de pôr em prática seu projeto de autonomia da província, foi redigido em 1911 uma constituição, a fim de resolver juridicamente o impasse. O artigo 67º era bastante claro sobre essas intenções, conforme vemos em NEWITT (2012): “predominará na administração das províncias ultramarinas, o sistema descentralização, com leis específicas adequadas ao estado de civilização de cada um deles” (p.347). E para poder dinamizar a constituição, foi anunciada a criação de uma lei orgânica a fim de promover autonomia financeira as colônias. As leis ficaram prontas em 1913, porém o advento da primeira guerra mundial impediu que fossem oficializadas. Nesse mesmo ano o governo republicano substituiu as missões católicas pelas missões laicas com intuito de acabar com o ensino religioso, fato que seria destituído em 1926. Outra medida tomada pelos republicanos foi a separação entre a Igreja e o Estado e os subsídios para à igreja foram retirados. Ressalto que uma das principais dificuldades para se por em prática a autonomia da colônia residia no fato de grande parte do capital que movia a economia moçambicana vir das empresas estrangeiras. O banco BNU - Banco Nacional Ultramarino que exercia a função de banco central não era controlado pelo governo.

Vale afirmar que as conseqüências da 1º guerra mundial foram nefastas para a administração colonial em Moçambique. “Durante a primeira guerra mundial, o governo de Moçambique deixou de vender o seu ouro ao BNU, que começou a ter cada vez mais dificuldade no apoio à emissão de notas.” (NEWITT p375), e em 1919, quando foi renovado o contrato com BNU, foi vetada a compra de notas com ouro, as transações deveriam ser realizadas através de moeda portuguesa. Ocorria à época, que o escudo português desvalorizava-se a cada dia em relação a libra, incidente que contribuiu para um longo desgaste entre os republicanos e os tecnocratas do BNU.

Com a pausa da primeira guerra, houve uma corrida armamentista. O mundo havia mudado e não haveria mais espaços para um projeto republicano de governo. Foi assim que em 1926, Antonio Salazar assume o poder através de um golpe que derrubara o regime republicano e constituiu, como nos disse o ativista senegalês Mojhemout Diop, “uma ditadura civil semifascista, o Estado Novo” (DIOP, 2010, p.73), que tinha como principal objetivo subordinar os interesses econômicos da colônia à metrópole. Essa ditadura civil semifascista

teve como estratégia o uso massivo do sistema burocrático, uma guerra feita por outros meios, como nos disse Michael Foucault.¹⁶

Enxergando a segunda guerra mundial como acontecimento decisivo, no sentido de transformações radicais, Diop (2010) alerta-nos para o fato de que “[...] a década de 1935-1945 corresponde não ao apogeu do colonialismo, mas ao começo de sua decadência” (p 69). Todavia, cabe apontar que a política imperialista portuguesa se desenvolveu muito antes de Salazar chegar ao poder. A independência do Brasil, por exemplo, forçou a coroa portuguesa a tomar partido sobre suas colônias em solos africanos, como nos aponta Mendonça (2010),

Portugal teve duas alternativas econômicas: ou desenvolvia a agricultura na metrópole, ou continuava a sobreviver à custa do “Pacto colonial”, substituindo o Brasil pelas colônias africanas, pois o país se encontrava em uma quase ausência de atividades industriais e uma agricultura arruinada, tolhida por direitos e privilégios do tipo “semi-feudal”(p.30)

A escolha portuguesa foi sobreviver do Pacto colonial¹⁷, tarefa nada fácil, tendo em vista que os investimentos vinham, majoritariamente, da Inglaterra e da França. A exemplo disto podemos frisar a Companhia de Moçambique fundada em 1888 que tinha 100% de capital estrangeiro - Inglês e Frances. Contudo, Portugal buscava incessantemente obter o controle e o monopólio das companhias que atuavam em solos africanos. Vale dizer que entre os acontecimentos que possibilitaram uma maior autonomia econômica de Portugal foi a partilha da África por uma dúzia de países em um encontro que ficaria conhecido como a conferência de Berlim, bem como, o início da primeira guerra mundial. Esses dois acontecimentos geraram mudanças profundas nos países colonialistas e conseqüentemente em suas colônias.

Foi do fruto dessa celeuma que Salazar ascende ao poder, derrubando o regime republicano conforme apontado acima. Adotando a perspectiva apresentada pelo historiador Eric Hobsbawn (1995) no livro *Era dos extremos: o breve século XX*, consigo ponderar que a primeira e a segunda Guerra Mundial fazem parte de uma única guerra dividida em duas

¹⁶ Para maiores esclarecimentos ver Michael Foucault na obra *Em defesa da sociedade*.

¹⁷ Ficou conhecido como Pacto colonial o acordo de exploração das colônias, amparado no monopólio comercial.

partes. Sendo que, as consequências da primeira parte permitiram a Salazar chegar ao poder e a segunda parte, acelerou a sua queda.

E é justamente do desespero de manter a qualquer custo o controle da colônia no início de 1950 que Antonio Salazar contratou os serviços do escritor brasileiro Gilberto Freyre, com a incumbência produzir uma análise sobre as colônias. Nesse contexto, brota, conforme já vimos, o termo luso-tropicalismo.

O luso-tropicalismo foi o que o regime salazarista precisava para construir todo o seu artifício de manutenção de seu projeto colonial. E para que este projeto fosse bem-sucedido foram empregados todos os meios possíveis. Em termos de resultados, o empreendimento de Salazar foi uma verdadeira obra prima que ressoa até a contemporaneidade.

A estratégia usada por Portugal seguiu o compasso das políticas totalitárias em voga na Europa: o uso massivo dos meios de comunicação. Em outros termos, seriam práticas de manipulação de todos os meios informativos, tais como, Cinema, literatura, produção científica, jornais impressos e os programas de rádio. Essa tática foi usada desde o início do salazarismo.

Podemos destacar os trabalhos cinematográficos produzidos pelo cineasta António Ferro que esteve por mais de duas décadas a frente do SPN-Secretariado de Propaganda Nacional e do SNI- Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo. Produzindo material estético-ideológico que nesse contexto tinha como pano de frente as teorias do Darwinismo social, bandeira máxima do Estado Novo. O principal filme naquele momento foi a *revolução de maio* (1937) de António Lopes Ribeiro com parceria de António ferro.

Assim também se sucedeu com a literatura, e os trabalhos científicos, no período de 30 a início da década de 50. Estavam todos de forma declarada sobre a égide das teorias racistas. No campo da literatura podemos destacar os trabalhos de Rodrigues Junior, no campo da antropologia podemos apresentar os trabalhos da *escola da antropologia do porto* fundada pelo antropólogo Mendes Correia¹⁸, que demonstrava a afiliação portuguesa as teorias da superioridade racial pregadas pelo nazismo Alemão e pelo fascismo Italiano.

Entretanto, foi partir das visitas realizadas por Freyre na década de 50 que a teoria do Darwinismo social empregadas nas ciências, na literatura, no cinema e nos demais meios de comunicação, passou a ser camuflada por traz do discurso luso-tropicalista, que por sua vez,

¹⁸ Mendes Correia foi o principal expoente da antropologia portuguesa até aos anos 50 do século XX.

já era uma camuflagem produzida por Gilberto Freyre sobre a expansão e colonização de Portugal. O luso-tropicalismo passou a servir como pedra angular das propagandas do Estado Novo. Podemos então evidenciar que a estratégia do uso dos meios de comunicação foi utilizada desde o início do salazarismo. Porém, a partir de cinquenta, as mudanças consistiram em escamotear o racismo declarado e propagar uma unidade racial através da mistura.

Devo ressaltar que os primeiros trabalhos de cunho luso-tropical começaram a aparecer em meados de cinquenta. Mas foi no início da década de 60 que ganhou mais força, por causa da insurreição em Angola (que levou a guerra de independência) e pela pressão exercida da ONU - Organização das Nações Unidas, para o fim da colonização.

O principal mentor da articulação e produção do ideal luso-tropicalista foi o ministro da colônia Armindo Monteiro, que construiu uma alegoria imperial pautada na supremacia portuguesa para a colonização propagada por Gilberto Freyre. Assim surge, ou ressurgiu a máxima do *Império* português que seria disseminada pela historiografia portuguesa e pela literatura. Nesse mesmo contexto surge outro conceito que reverbera até os dias atuais e em todos os campos do conhecimento. O conceito de *o modo português de estar no mundo* criado pelo Advogado, professor e ex-ministro, Adriano Moreira.

Saliento que o Armindo Monteiro, um dos mais proeminentes políticos do regime Salazarista, foi também um dos principais articuladores do uso propagandista do luso-tropicalismo. Suas atitudes garantiram que Portugal continuasse com seu projeto de camuflagem do caráter fascista de seu regime político, tendo em vista, que em muitos de seus discursos, Monteiro reivindicava a harmonia das raças entre os portugueses. Sobre isto, o historiador João Alberto da Costa Pinto afirma que,

O governo de Salazar mobilizou gigantesco esforço de propaganda para justificar internacionalmente um país, uma nação de extensos territórios, extensas províncias que do Minho ao Timor faziam de Portugal um só território. É neste momento crucial que a obra e o pensamento de Gilberto Freyre tornaram-se instrumentos da máquina de propaganda salazarista. E isso não aconteceria à revelia de Freyre, muito ao contrário, acabou por aceitar de bom grado o papel de ideólogo salazarista e em alguns momentos foi percebido como um dos mais eficientes cães de guarda do Império. (PINTO 2009, p.147)

Das muitas estratégias desenvolvidas por Monteiro, gostaria de destacar o concurso de literatura colonial¹⁹ que tinha como principal objetivo promover o imaginário colonial, a fim de incentivar a migração dos portugueses para as colônias. “Em 1960, a Agência Geral do Ultramar atribuiu o prémio *Fernão Mendes Pinto* no Concurso de Literatura Colonial a Rodrigues Júnior pela obra *Muende*” (SOUSA, 2013, p.158).

Todo esse corpo literário que surgiu desde o início do Estado Novo e durou até o fim da colonização portuguesa possibilitou o surgimento de um conceito - filho primogênito do luso-tropicalismo - a forma mais sofisticada e atual da disseminação luso-tropicalismo nos dias atuais: o conceito de lusofonia, sobre o qual retornaremos mais adiante.

Devo dizer que a produção cinematográfica portuguesa parece ter sido um pouco mais ousada em relação a produção literária, que produziu romances de circulação apenas local, ou melhor, entre Portugal e suas colônias. A produção fílmica desenvolveu-se de forma internacional produzindo filmes que circulariam por toda Europa e fora da Europa. Talvez por saber o peso e o alcance do cinema, como nos disse o cineasta Noun Bouzid, o cinema é mais colonizador que o colonialismo.

Apesar de haver uma vasta produção cinematográfica o foco do Salazarismo se deu na produção de documentários. Como nos informou Luís Reis Torgal,

Os documentários foram, porém, em termos de Propaganda, o núcleo mais importante. Os seus centros de produção foram, entre outros, ou a SP AC (Sociedade Portuguesa de Actualidades Cinematográficas), a Agência Geral das Colónias, através das Missões Cinegráficas, ou o próprio SPN, que, a partir de 1944, com a operação de cosmética que o levou à mudança de nome, sendo então apelidado de Secretariado Nacional de Informação Cultura Popular e Turismo (SNI), passou a ter actividades alargadas de "protecção" ao cinema. (TORRAL, 1996, p. 297)

A estratégia usada por Salazar para a internacionalização do cinema foi a contratação com total sigilo, de documentários. Como nos indica Mario do Campo Piçarra,

O financiamento desta produção supostamente independente - em que o Brasil era apontado como o modelo social em recriação em Angola enquanto que o funcionamento da Commonwealth era assumidamente inspirador em

¹⁹ “Tendo sido promovido pela, na altura designada, Agência Geral das Colónias, o Concurso de Literatura Colonial teve início em 1926.”

Moçambique -, dando enfoque ao desenvolvimento económico e social, foi mantido confidencial. “Do Minho a Timor somos todos portugueses” era a “evidência” que este cinema encomendado queria impor. (PIÇARRA,2016, p.43)

Esses documentários produzidos pelos “franceses Jean-Noel Pascal e Jean Leduc, foram exibidos internacionalmente no circuito comercial de distribuição cinematográfica, em festivais, nas televisões e mostrados às principais organizações não governamentais.” (PIÇARRA,2016 p.43). Alavancou a imagem de Portugal no âmbito internacional. Cabe frisar que o regime de Salazar já havia conseguido consolidar perante a ONU- Organização das Nações Unidas, a imagem de um país anti-colonial, desde 14 de dezembro de 1955 quando ocupou uma cadeira na referida Organização. E com a massificação do cinema, essa imagem de anti-colonial só crescia. É válido lembrar que o uso do cinema não ficou restrito aos regimes fascistas. A antiga união soviética fez uso do cinema como instrumento ideológico.

Pautado na teoria luso-tropicalista Salazar construía o mais sofisticado regime fascista da Europa, que se afastava, ao menos, aparentemente dos ideais totalitários. Como nos afirma Torgal, “há, pois, sempre a ideia, presente no Salazarismo, de que o nosso regime é diferente de outros regimes autoritários e que por isso os seus meios de propaganda teriam outra linguagem. ” (TORRAL, 1996, p. 318).

Essa máxima deu certo através da massiva produção de livros e consequentemente de bibliotecas que não paravam de receber novos periódicos de filmes, documentários e programas de rádio. Essa produção “fordista” construiu na população portuguesa a ideia que Portugal era um país livre de preconceitos raciais e que a colonização era mais que necessária. Essa vontade de verdade se perpetuou na malha social.

A partir do luso-tropicalismo correntes teóricas foram criadas, dezenas de novos conceitos surgiram e alguns desses conceitos, tais como: *modo português de estar no mundo e lusofonia*, buscaram refletir um *ethos* português que se impôs e impõe ao resto da Europa e ironicamente se impõe contemporaneamente ao Brasil. Podemos inferir que a partir dos escritos produzidos por Gilberto Freyre no contexto da década de 50, emergiu uma nova forma de praticar a colonização pautada nos estudos construídos no Brasil.

A máxima Portuguesa ancorada nos estudos brasileiros, em especial, nos escritos de Freyre, passava agora a reivindicar a ausência de diferença racial, e, consequentemente, a negação do racismo entre a metrópole e a colônia. Na verdade foram retiradas as barreiras geopolíticas, ficando as colônias denominadas também enquanto império, e nesta unificação

ganha força uma suposta unificação racial. Salazar e seus ministros passaram a produzir inúmeras afirmações negando as práticas de atos racistas nas colônias. Cabendo frisar que as bases para a criação daquilo que ficou conhecido aqui no Brasil como Democracia racial, a luz de Freyre, serviram como substratos para a utilização do conceito de luso-tropicalismo por Salazar. Conforme nos diz a historiadora Claudia Castelo, no prefácio a obra *Um brasileiro em terras portuguesas* (Freyre, 2010),

No novo contexto, procurou-se igualmente inculcar nos portugueses a idéia de benignidade da colonização lusa. A propaganda encarregou-se disso, de forma incansável: era urgente moldar o pensamento para formar a ação. Nas vésperas do fim do império, quando os movimentos de libertação nacional combatiam o colonialismo português em Angola Guiné e Moçambique, o processo de apropriação discursiva do luso-tropicalismo pelo Estado Novo foi “radicalizado”: paradoxalmente, o estado colonial português esforça-se para inculcar a norma antirracista nos portugueses e adaptar o comportamento dos funcionários administrativos e dos colonos no ideário lusotropicalista. (p. 17).

Ressalto que assim como o Brasil ficou internacionalmente conhecido como um país exemplo a ser seguido depois da Segunda Guerra Mundial no combate ao racismo, Portugal conseguiu construir uma imagem que se enxerga até os dias atuais, como um país que não praticava o racismo. Tal imagem foi consolidada graças a ajuda do escritor Brasileiro Gilberto Freyre, que por sua vez, enaltecia a colonização portuguesa no Brasil. Dado explícito na cópia de informação dirigida por José Osório de Oliveira ao agente das colônias datada de 25.01.1951, a qual podemos verificar no prefácio da obra *Um brasileiro em terras portuguesas*, nos dizendo o seguinte:

O Mundo Que o Português Criou (...) é, sem dúvida, o mais eloqüente e fundamentado elogio erguido, ate hoje, ao gênio colonizador do Português. Alias ninguém melhor do que Gilberto Freyre defende, no Brasil, o valor primordial da contribuição portuguesa, a ele se devendo, além de O Mundo Que o Português Criou. A defesa da Cultura Lusíada que é Uma Cultura Ameaçada: o Luso-Brasileira. A ele se deve, como deputado, a defesa da concessão de direitos especiais, na constituição do Brasil, aos emigrantes portugueses. Temos, no Brasil, amigos mais retóricos; não temos nenhum que, pelo estudo e pelo poder de síntese, pela base científica dos seus juízos e pela clareza da prosa de grande escritor de idéias, contribua mais para nos tornar respeitados, quer no seu país, quer na America do Norte, onde é muito grande o prestígio mestre de renome internacional. (FREYRE, 2010, p.15)

Esse *neo-colonialismo brasileiro*, não teve origem em Freyre. Muitos intelectuais brasileiros, tais como, Oliveira Viana, Raimundo Nina Rodrigues, Fores da Fonseca e Euclides da Cunha, contribuíram para o seu surgimento no Brasil. A grande maioria dessas teorias tinham como base as teorias biológicas do século XIX surgidas na Europa, que configurou o Darwinismo social. Hoje tentamos desqualificar essas teorias classificando-as como pseudociência, presumindo ser impossível a ciência produzir conhecimentos desta natureza. Não devemos perder de vista que a ciência vem produzindo conhecimentos abomináveis em toda a sua história e em todos os campos, sobre isto, basta citarmos a nível de exemplo, o *saber médico*, que no percurso da história, veio construindo seus monstros.²⁰

Dito isto, ressalto que foi com a literatura produzida por Gilberto Freyre que esse *neo-colonialismo brasileiro* ganhou uma identidade local, um olhar do local para o global, ganhando uma projeção internacional. Freyre construiu grande parte de suas obras pautando a região nordeste como pedra angular para entender e interpretar o Brasil, sendo mais específico, Freyre quando fala do nordeste tinha em mente a capital baiana - a cidade de Salvador, a cidade de Cachoeira - no recôncavo da Bahia e o estado de Pernambuco. Estas Cidades configuram-se para Freyre como o Nordeste brasileiro, sobre as quais existia um elo de ligação: os engenhos de cana de açúcar que giravam em torno da figura do patriarca, que seria a base da família brasileira. Lembremos que o sub-título do livro *Casa Grande & Senzala* é justamente - *Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*.

É sobre a égide da economia patriarcal do nordeste que Gilberto Freyre constrói todos seus argumentos sobre a importância da colonização portuguesa, e de certa forma, sua base do *neo-colonialismo brasileiro*. Neste sentido, nos diz que:

O sistema patriarcal de colonização portuguesa do Brasil, representado pela casa-grande, foi um sistema de plástica contemporização entre duas tendências. Ao mesmo tempo que exprimiu uma imposição imperialista da raça adiantada à atrasada, uma imposição de forma europeia (já modificada pela experiência asiática e africana do colonizador). (FREYRE, 2003, p.35)

²⁰Para mais esclarecimentos ler *os anormais; A história da Loucura* e *O nascimento da clínica*, do filósofo Michael Foucault.

Nestes passos, o Brasil nordestino pensado por Freyre, tendo como pano de fundo a supremacia de Portugal, passou a servir como o melhor resultado da colonização deste país. Servia agora (o Brasil), como exemplo para todas as colônias portuguesas. A super valorização dos portugueses nos escritos de Freyre contribuiu para que tais escritos adquirissem uma projeção nacional. E foi, estrategicamente, sobre esta projeção que Portugal deu início a nova fase colonial em África- a fase luso-tropical.

Tudo girou e ainda gira em torno de uma única obra - o livro *Casa-Grande & senzala*. Com esta obra Freyre produziu uma narrativa homogênea e harmônica tanto das relações raciais no Brasil, quanto do processo de colonização portuguesa, configurando uma espécie de “miopia” induzida, disseminada em doses homeopáticas. Em todos os seus escritos posteriores a *Casa grande & senzala*, este autor conseguia remontar a obra ora citada, como se tudo que produzia já estivesse nela, contido. Gilberto Freyre fez muito para que essa ideia fosse abraçada, e foi muito bem em seu empreendimento, tendo em vista que desde 1933, Casa grande e senzala vem funcionando como uma verdadeira ferramenta para esta dita “miopia”.

A princípio pensei em apresentar os usos do luso-tropicalismo apenas no regime no Estado novo, que se gestou em múltiplos campos, como foi supracitado. Porém os usos do luso-tropicalismo pelo Estado Novo apresentavam um caráter diferente do uso atual. Esses usos, pelo que tenho pesquisado, eram estritamente políticos-partidários, já que grande parte dos autores que usavam esse termo tinham declaradamente filiação às teorias raciais.

Por isso, devo aqui me aprofundar nos argumentos que me levam a afirmar que Freyre produziu uma espécie de “miopia” induzida. No levantamento bibliográfico para a confecção deste trabalho, percebo que existe um uso contemporâneo do “conceito” de luso-tropicalismo, consegui encontrá-lo em quase todas as referências utilizadas nesta dissertação. Portanto, considero relevante me debruçar sobre os desdobramentos do luso-tropicalismo nos livros, artigos e teses que me auxiliaram na escrita deste texto.

Sobre este aspecto, tanto os autores do Estado Novo quanto os autores atuais erraram, em acreditar que o pensamento gilbertino se pautava em uma teoria anti-racista, ou ainda, em uma teoria da igualdade racial pautada na cultura. Os autores africanos que desenvolveram críticas sobre o pensamento lusotropical também caíram na armadilha de atribuir uma cientificidade pautada no pensamento do antropólogo Franz Boas, como vimos anteriormente.

Ressalto que os autores atuais além de acreditar fielmente nos ensinamentos de Freyre, especificamente o da mestiçagem, que desencadeia no luso-tropicalismo, passaram também a serem, de alguma forma, gilbertinianos e assim fizeram da obra de Freyre um suporte para entender o “mundo que o Português criou”. Nesta filiação uma constelação de novos conceitos passou a brotar. Contudo, há um problema epistemológico na base desses conceitos que seguem sendo citados em artigos, livros e teses com estatuto de científico. Penso que todos esses novos conceitos foram construídos sem a devida observância às ambiguidades presentes nas palavras do autor Gilberto Freyre em torno do luso-tropicalismo.

Gilberto Freyre sempre buscou, como já discutimos, legitimar seus textos a partir de autores já consagrados. Fez isso ao se proclamar discípulo de Franz Boas e assim continuou a fazer com uma dezena de outros pensadores. Mas grande parte dos seus termos foram criados sem nenhuma filiação teórica, seja do campo da ciência ou no campo da filosofia.

Conforme aponto anteriormente, não pretendo defender ou legislar sobre a ciência, mas devo dizer que todos os debates até aqui travados pelos autores que citarei neste momento do texto, partem de uma idéia fixa de cientificidade, que por sua vez tem como regulação a ideia de verdade. Suponho que não podemos afirmar que algo científico logo seja verdadeiro, ou ainda, que toda verdade seja científica. Durante muito tempo no século XIX e início do século XX a ciência produziu inúmeros dados pautados em pré-noções. Podemos afirmar categoricamente que muitos dos conhecimentos produzidos ancorados na inferioridade dos negros e das mulheres foram edificados sobre a égide de uma inverdade. E não basta dizer que foi uma pseudociência, para livrar a ciência de seus erros. A ciência, muitas vezes, se valeu da retórica²¹ para legitimar suas afirmações. Neste sentido, a verdade não se dá apenas através de uma técnica, a verdade, em diversos momentos se desenvolve fora dela, por meio de atitudes. Como nos apresenta Foucault em seu debate sobre a *Parresía*:

A Parresía não é uma profissão, é algo mais difícil de apreender. É uma atitude, uma maneira de ser que se aparenta a virtude, uma maneira de fazer. São procedimentos, meio reunidos tendo em vista um fim e, com isso, claro, se aproxima da técnica, mas também é um papel, um papel útil, precioso, indispensável para a cidade e para indivíduos. A parresía em vez de [uma]

²¹ “A retórica é uma arte, uma técnica, um conjunto de procedimentos que permitem a quem fala dizer alguma coisa que talvez não seja em absoluto o que ele pensa, mas que vai ter por efeito produzir na pessoa [a] quem ele se dirige certo número de convicções, que vai induzir certos números de condutas, que vai estabelecer certos números de crenças.” (FOUCAULT, 2017, p.14)

técnica [à maneira da] retórica, deve ser característica como uma modalidade de dizer-a-verdade.(FOUCAULT,2017,p.15)

Mas essas ditas verdades, ou seriam vontades de verdades, precisam de um terreno para serem postas em prática e são as conseqüências dos usos dessas verdades que me levam a questionar suas bases epistêmicas. Neste sentido, e buscando não ser leviano ou injusto em minhas reflexões, selecionei duas das principais obras que versam sobre o luso-tropicalismo em África e Portugal, sendo elas: “*O modo português de estar no mundo*” da professora Claudia Castelo e “*Angola sob o domínio português*” do Gerald J. Bender. Tentarei mapear nos escritos destes pesquisadores os elementos que atribuem ao luso-tropicalismo o estatuto de cientificidade, haja vista, conforme sinalizado, ser está a máxima necessária para a legitimação de uma dada verdade.

Deste modo, comecemos pela tese do Gerald J. Bender. Em 1967 Bender viajaria para Portugal com intuito de iniciar suas pesquisas sobre Angola. A primeira parada da pesquisa seria em Portugal, porem o destino principal seria a colônia de Angola. O que o pesquisador havia ignorado era que “[...] havia mais de um quarto de século que os portugueses não concediam um visto a qualquer acadêmico estrangeiro para estudar aspectos da política contemporânea em Angola. ” (BENDER, 2004, p.17). Desta forma, e de acordo com este autor, a sua solicitação de um visto figurava um assunto muito sensível. Depois de vários impasses diplomáticos Bender foi autorizado a desenvolver sua pesquisa em Angola sobre o olhar atento da PIDE-Polícia Internacional e de Defesa do Estado, que foi a polícia política portuguesa entre 1945 e 1969, responsável pela repressão de todas as formas de oposição ao regime político vigente.

Gerald Bender para ter êxito em suas pesquisas se viu obrigado a mudar o foco de seus estudos e passou a investigar os *degredados*²², tema que acabou se tornando o eixo duro da sua tese de doutoramento. A partir dos *degredados* Bender acabou construindo, ou melhor reconstituindo, o seu tema original que versava sobre a *socialização política* em Angola, e assim desenvolveu um sofisticado estudo que se encontra na fronteira entre a história, sociologia, antropologia e as ciências políticas.

²² Nas formulações de Gerald Bender, esta categoria comportava todos aqueles considerados criminosos, e consequentemente, indesejáveis para a metrópole.

Em grande parte de sua pesquisa Bender demonstra que a tese das sociedades multirraciais propagada em Portugal se deu apenas nos meios de comunicação, porquanto em solos africanos a prática era de extrema segregação racial. Na segunda parte da tese intitulada o povoamento branco o autor nos apresenta preciosas informações sobre a sociabilidade entre brancos e negros. Em 1846 havia apenas 1830 brancos em Angola em sua grande maioria *degradados* que por sua vez eram temidos pelos africanos e colonos brancos estrangeiros ou mesmo portugueses. As práticas dos *degradados*, como já supracitamos, giravam em torno de quase todos os crimes indo do homicídio ou estupro de africanas.

Foram esses *degradados* que os incumbidos de formar as fileiras de soldados portugueses. Também eram eles que formavam a elite comercial nas principais cidades de Angola, Luanda e Benguela. Bender (2004) disserta sobre o medo dos oficiais em disponibilizar armas para os *degradados*, por receio dos mesmos usarem as armas para matar os seus superiores. Este autor, nos afirma ainda, que não havia sociabilidade entre os brancos tampouco, entre os brancos e africanos. Os brancos que não eram *degradados* eram partidários das teorias raciais em voga na Europa da supremacia branca. Como haveria lugar para uma sociedade multirracial?

Na terceira e quarta parte da tese o autor nos descreve sobre a dominação racial portuguesa e os entraves da implantação de uma colonização plena com a vinda de famílias que fossem formados por não *degradados*. E nos apresenta as estratégias catastróficas para conter o avanço das forças africanas que se multiplicavam na luta por independência. A resposta portuguesa foi o reordenamento da população que era de dois tipos:

O primeiro tipo, aldeamento (doravante referidos como reordenamento estratégicos), eram vastas aldeias organizadas pelos militares, muitas vezes rodeadas de arame farpado, onde se agrupavam africanos anteriormente dispersos [...] O outro tipo de reagrupamento, o reordenamento rural ocorreu na maior parte de Angola, fora das zonas directas de combate. (BENDER 2004, p.265).

A remoção de populações inteiras para outras áreas, levou a fragilizar ainda mais o sistema colonial português em Angola e a evidenciar a segregação racial existente na colônia. A tese de Gerald Bender, cujo título é, *Angola sob o domínio Português: mito e realidade*, posteriormente transformada em livro, constitui um clássico sobre os estudos sobre Angola e

sua colonização. Aqui tecerei algumas observações, de modo específico, sobre a primeira parte de seu trabalho: o luso-tropicalismo.

O autor inicia a tese com a seguinte afirmação, “para se compreender Angola sob o domínio dos portugueses, deve-se em primeiro lugar, entender o luso-tropicalismo a ideologia que se utilizava para explicar e justificar a presença portuguesa em África” (BENDER, 2004, p.43). O autor segue argumentando que para muitos não portugueses o luso-tropicalismo seria um mito romântico, para outros uma odiosa mentira. Porém, para muitos portugueses o luso-tropicalismo representava verdadeiramente a política e as práticas dos portugueses.

No percurso do capítulo Bender, apresenta uma bifurcação do luso-tropicalismo. Vejamos nas palavras do autor: “No entanto, apesar das semelhanças e diferenças entre as versões portuguesas e brasileiras do luso-tropicalismo, o ponto focal da ideologia foi, para ambos os países, a afirmação de um colonizador português singularmente não racial. (BENDER, 2004, p.51). A partir do entendimento do qual o debate racial em Angola e Brasil eram diferenciados o autor propôs repensarmos o luso-tropicalismo, ou melhor, o autor propôs dois luso-tropicalismos, levantando algumas questões: “Até que ponto são os portugueses responsáveis pelo carácter do Brasil contemporâneo? Serão as sociedades brasileiras e angolanas suficientemente similares para uma generalização para a outra? (IDEM, p.52). E segue nas indagações, também acerca da variante racial: “manifestou o colonizador português atitudes e comportamentos raciais semelhantes em toda parte do Mundo colonizadas por Portugal? Seria o tratamento dos negros nas colônias portuguesas, conforme às doutrinas não raciais da ideologia luso-tropical? (IDEM, 2004, p.52).

Se seguirmos os questionamentos do Bender (2004) para pensarmos o luso-tropicalismo, cairemos em uma miríade de erros principalmente se tratando do Brasil. O autor parte da idéia que havia uma doutrina luso-tropicalista para pensar as questões raciais no Brasil, se pensarmos por esse caminho cometeremos um erro comum que alguns autores que debatem esse termo acabam por cometer: o anacronismo. O termo luso-tropicalismo que de modo repentino emergiu no contexto da viagem realizada por Gilberto Freyre em 1951 não existia no Brasil. Talvez o principal problema esteja na máxima de que o luso-tropicalismo já existia desde o livro *Casa-grande & Senzala*. Tenho realizado uma análise inversa: Freyre buscou legitimar o termo luso-tropicalismo nos pressupostos de sua *opus Magnus* por esta ter alcançado um estatuto de ciência.

Os debates travados sobre o racismo, ou melhor, sobre a ausência do racismo no Brasil se deu a partir da “*teoria da mestiçagem*” que segundo alguns autores, valorizava pela primeira vez a contribuição dos negros e índios na construção da nação. Surgindo desta máxima o termo de democracia racial. Seria essa a base do debate racial brasileiro proposta por Gilberto Freyre. Se fizéssemos uma pergunta do tipo: o que foi a democracia luso-tropicalista? Para intelectuais no Brasil da década de 30, 40 e início de 50, não teria nenhum sentido. A análise luso-tropicalista só faz sentido se a pensarmos em seu contexto. Pensar dois luso-tropicalismos, conforme sugere o Bender (2004), um praticado no Brasil e outro praticado nas colônias, demonstra fragilidades para possíveis interpretações.

Agora tomemos os escritos da obra de Claudia Castelo. A pesquisadora e professora Castelo vêm produzindo inúmeros trabalhos em torno do “conceito” do lusotropicalismo, ao ponto de ser convidada para prefaciar o livro *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*. Nosso foco será sobre sua dissertação intitulada: *O Modo Português de Estar no Mundo (o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa 1933-1961)*. Já no título da obra podemos observar que a autora compreende o termo luso-tropicalismo desde 1933 período de publicação de Casa-Grande & Senzala. Evidenciando desde o título o anacronismo da obra.

Apesar do anacronismo a obra produzida pela professora em muitos pontos merece o lugar que vem ocupando no campo dos estudos sobre a colonização portuguesa. A autora dividiu a obra em quatro capítulos, nosso foco será o capítulo I e III. O primeiro sobre a gênese e estruturação da teoria do luso-tropicalismo, nesta parte a autora põe em xeque o termo luso-tropicalismo chamando de teoria “inventada”, mas em seguida ao apresentar o percurso intelectual de Freyre afirma que o autor introduziu novos métodos nas ciências sociais, sem apresentar quais. Em seguida a autora parte para a explicação nos motivos que levaram Freyre a viajar e nessas viagens a elaborar sua grande obra *Casa-Grande & Senzala* e como grande parte dos autores, Castelo reproduz a idéia da influência de Franz Boas sobre o escritor.

Segundo Castelo (1999) Freyre “começa por usar Franz Boas para atacar a carga ideológica que inferiorizava o seu país – a idéia geralmente aceita de que o Brasil estava inevitavelmente condenado devido a herança africana” (CASTELO,1999, p.27), mas como muitos autores, ela também não explica quais seriam as ideias Boasianas. Cabendo apontar que o conceito de cultura não é bem definido em *Casa grande & senzala*.

Ao analisar o “conceito” de luso-tropicalismo a professora Claudia Castela sustenta a hipótese de que o luso-tropicalismo seria uma espécie de,

(...) teoria, inventada, com base em pressupostos históricos e numa imagem essencialista da personalidade do povo português, além de ter servido interesses políticos-ideológicos conjunturais durante o Estado Novo, ajudou a perpetuar uma imagem mítica da identidade cultural portuguesa, concedendo-lhe a autoridade “científica” de que até ai não dispunha. (CASTELA,1999,p.14)

Me parece que CASTELA (1999) esqueceu-se de sua máxima de *conceito inventado* para o luso-tropicalismo ao buscar aquilo que chamou de obras mestras e que seriam a base deste conceito, citando: *O mundo que o português Criou; Um Brasileiro em terras portuguesas; Integração Portuguesa nos Trópicos* e *O Luso e o Trópico*. Segundo ela e outros autores, existiam nestas obras aquilo que seria o embrião do “conceito” de luso-tropicalismo.

No capítulo dois, em linhas gerais, a autora apresenta as manobras políticas que levaram Salazar ao poder, cujo marco histórico se deu com o *Acto Colonial*²³ que inaugurou, segundo a autora, uma nova fase da administração colonial rompendo com o passado republicano. Em seguida apresenta o desmonte do *Acto colonial* que se deu no pós-II guerra mundial e a forte pressão que começou a sofrer para pôr fim às colônias, bem como, as novas estratégias desenvolvidas por Salazar para manter o poder sobre as colônias.

Na terceira parte do livro a autora nos apresenta a recepção em Portugal da doutrina de Gilberto Freyre. Se o luso-tropicalismo segundo a autora já existia nas décadas de 30-40, em suas palavras:

[...] distinguem-se dois momentos na recepção do luso-tropicalismo em Portugal: um primeiro momento, situado nos anos 30-40, em que a tese de Freyre são recebidas com muitas reticências; e um segundo momento, a partir dos anos 50, em que o luso-tropicalismo é incorporado e adaptado pelo discurso oficial do salazarismo. (CASTELO, 1999, p. 69)

Quais os motivos levaram a marginalização desse conceito na década de 30 e 40 pelo Estado Novo? Talvez a marginalização se deu pelo mesmo entendimento que venho tentando levantar, que não existia luso-tropicalismo em 30 nem em 40 por isso a não aceitação por

²³ O acto colonial começou por reafirmar a vocação e o direito histórico de Portugal à colonização: E da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que nelas de compreendam, exercendo também a influência moral que lhes é adstrita pelo padroado do Oriente.

parte do salazarismo. O que existia era uma teoria da mestiçagem das três raças - a negra a indigna e a branca - construída e projetada para ser uma plataforma política nos debates sobre a nação no Brasil. Como já evidenciamos o luso-tropicalismo pode retomar a teoria da mestiçagem, mas não é a teoria da mestiçagem.

O termo luso-tropicalismo tenta transcender a idéia da mestiçagem propondo não mais a mistura das três raças mais sim um novo tipo de homem, o homem luso-tropical. Como a própria Castelo (1999) nos informa “surge uma conclusão mais “ousada”. Estaria em curso um processo de formação de um terceiro homem ou de uma terceira cultura, simbioticamente luso-tropical” (CASTELO,1999, p. 40).

Todavia, mesmo nos brindando com essa instigante citação a autora nos descreve outros motivos para a não aceitação do luso-tropicalismo no campo político no período destacado (décadas de 30-40), já que no campo da cultura, que podemos também chamar de campo literário, houve uma ampla aceitação. A não aderência do suposto luso-tropicalismo em 30 e 40 vinculava-se a filiação do Salazarismo a supremacia da raça branca. (Como se em 50 os membros do Estado Novo tivessem deixado de acreditar na supremacia da raça branca e realmente se afiliassem a teoria luso-tropical). A autora construiu dois usos do para o luso-tropicalismo, um pelos literatos portugueses no período de 30-40 e outros pelo regime salazarista.

Permitam-me retornar a indagação feita linhas acima: o que foi a democracia luso-tropicalista? Se fizéssemos esta indagação para intelectuais no Brasil da década de 30, 40 e início de 50, reitero a afirmação de que a mesma não seria compreendida. Me parece que se perguntássemos a membros do Estado Novo em 30, 40 o que foi o luso-tropicalismo, também evidenciaríamos dificuldades de compreensão, pois, tal como a primeira indagação, não teria nenhum sentido. Acredito que não seja possível alguém buscar entender a não aceitação nas décadas de 30 e 40 de um termo (luso-tropicalismo) que ainda não existia. Castelo (1999) se enveredou nesta busca, e é possível que tenha cometido um sério anacronismo.

Fica cada vez mais evidente, que se seguirmos as pistas forjadas por Gilberto Freyre, e levarmos a cabo que o luso-tropicalismo sempre esteve presente em seu livro *Casa Grande & senzala* desde os tempos de sua meninice, nos perderemos em muitos labirintos.

Os dois autores ora discutidos se mostraram relevantes no debate sobre o luso-tropicalismo, porem seja de forma intencional ou de forma equivocada, ambos produziram um novo lugar, ou melhor, um novo uso para o luso-tropicalismo. Esses usos têm ressonância no

livro “*Luso-tropicalismo uma teoria social em questão*”, organizado por Adriano Moreira e José Carlos Venâncio, em comemoração ao centenário de Gilberto Freyre em 1999.

O luso-tropicalismo passou a ter um caráter de teoria social, ou ainda, de uma teoria antropológica, como nos diz um dos organizadores do livro, citado no parágrafo anterior, o professor catedrático da Universidade da Beira, José Venâncio:

Verifica-se, a partir das razões apontadas, que a nossa preocupação não foi discutir as conotações políticas do luso-tropicalismo durante o Estado Novo, sobre cuja problemática se dispõe hoje de uma boa síntese, mas sim entendê-lo como uma teoria social ou, ainda talvez melhor, como uma teoria antropológica explicativa da presença portuguesa nos trópicos (MOREIRA e VENÂNCIO, 2000, p.11)

Posto isso, pretendo apresentar alguns pontos dessa nova teoria social luso-tropical. O livro agora analisado tem duas introduções uma chamada de introdução e a outra chamada *revisitar Gilberto Freyre*, cada uma escrita por um dos organizadores e treze artigos, apenas sete versam sobre o conceito de luso-tropicalismo. Fora as introduções citaremos apenas um dos artigos como base para a construção do nosso argumento sobre os novos usos do luso-tropicalismo.

O sociólogo e superintendente do Instituto de Tropicologia da Fundação Joaquim Nabuco, Sebastião Vila-Nova em seu artigo intitulado *Gilberto Freyre: Bases Teórico-conceituais do Seu pensamento, Especialmente da Tropicologia*, desenvolve um debate em torno da suposta teoria e metodologia das obras de Gilberto Freyre, afirmando que “relacionado ao seu interesse pelo singular está a sua notória aversão a qualquer sistema teórico simplificador da condição humana e da vida social. [...]” (VILA-NOVA, 2000, p.27).

A contribuição de Gilberto Freyre para a nova teoria social segundo Vila-Nova (2000) seria uma superação dos limites existentes nos clássicos das ciências sociais. Como podemos ver nessa citação:

Sem uma concepção de Ciências Sociais distante tanto do idealismo radical de Durkheim quanto do reducionismo economicista de Marx e Engles e do idealismo mal disfarçado em relativismo de Max Weber, não seria possível a Tropicologia, antecedidas do Luso-tropicalismo, da Luso-tropicologia e da hispano-tropicologia, não como conhecimento do mundo dos trópicos em sua dimensão estritamente sócio-cultural, incluindo, portanto, o político e econômico, embora não apenas estes campos institucionais das sociedades

situadas nos trópicos, mas igualmente atenta às interações entre o sócio-cultural e o natural, o ecológico, o geográfico. (VILA-NOVA, 2000, p.29).

Na perspectiva apresentada, Gilberto Freyre superou os clássicos construindo um sofisticado sistema teórico-metodológico que abarcou múltiplos campos, tais como: a literatura, geografia, sociologia, antropologia, história, ecologia, economia, criando assim uma nova teoria social, a teoria social luso-tropical. A partir dessa criativa interpretação o sociólogo Sebastião Vila-Nova transcende o luso-tropicalismo nos propondo um novo uso do luso-tropicalismo agora como teoria social.

Essa suposta teoria social luso-tropical apresentada não apenas por Vila-Nova mais por grande parte dos autores que compõem o livro, encontrarão, se é que já não estão encontrando, forte resistência até mesmo entre autores simpatizantes do pensamento Freyreano, pois dificilmente encontraremos bases teóricas para exemplificar esdrúxulas afirmações.

Porém há um novo, na verdade nem tão novo assim, uso do luso-tropicalismo que vem há anos ganhando força e de uma forma ou de outra nem sempre é apresentada como filha mais proeminente do Luso-tropicalismo - o conceito de Lusofonia. Há um profícuo debate em torno do conceito de lusofonia, alguns desses debates encontram-se no campo da literatura. Sendo um dos focos, a busca por melhor definição da literatura produzida em países ex-colônias de Portugal. Segundo a professora Ana Cláudia da Silva (2010) o termo usado hoje pelos principais pesquisadores do tema é “literaturas africanas de língua portuguesa” (p. 25). Entretanto, alguns autores acreditavam que o melhor termo seria literatura lusófona, justificando que o termo seria livre dos valores colônias. A exemplo desta opção pela literatura lusófona, Silva (2010) apresenta os argumentos de Russell G. Hamilton (1981), que a reafirma como a mais adequada, pois, no seu entender, seria a designação mais livre de conotação colonialista.

Na contramão deste argumento, Ana Cláudia da Silva (2010) nos mostra que o conceito de lusofonia não estava imaculado da colonização. Argumentado que “(...) a própria palavra ‘lusofonia’ para (...) portugueses, e para os escritores africanos não está isenta de suspeitosas contaminações dos tempos do colonialismo” (SILVA,2010, p.22).

Todavia foi a partir da criação da CPLP- A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa em 17 de julho de 1996, como nos diz a professora Claudia Castelo: “Entre

alguns sectores da intelectualidade portuguesa, as suas idéias (particularmente o luso-tropicalismo) permanecem actuais e potencialmente actantes, agora no quadro da recém-criada Comunidade de Países de Língua Portuguesa” (CASTELO, 1999, p.19).

No artigo 1º do seu Estatuto: “A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, doravante designada por CPLP, é o foro multilateral privilegiado para o profundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros” dando ênfase a idéia de amizade mútua apresentado no artigo 1º entre seus membros. É bastante complicado discorrer sobre uma suposta amizade entre Portugal e suas ex-colônias já que por mais de quatrocentos anos Portugal foi seu o principal algoz.

A suposta unidade pelo amor, pela amizade e pela língua foi um dos pilares do luso-tropicalismo. Freyre nos apresenta essa visão romanesca da colonização quando tenta pela primeira vez definir o “conceito” de luso-tropicalismo:

Tais as características do que se pode denominar hoje de civilização lusotropical: complexo que, social e culturalmente, inclui o Brasil, todo ele nascido do amor português ao tropico: aos valores tropicais de vida e de cultura na sua plenitude e não apenas aos econômicos, pitorescos e paisagísticos. Amor da parte do português, homem comum, tanto quanto da parte do português, homem superior ou homem de gênio” (FREYRE, 2010,p.111)

A língua portuguesa que em todo processo de colonização serviu para separar, ou melhor, classificar os africanos pondo de um lado os que falavam bem o português enquanto assimilados e pondo do outro lado como primitivo os não falantes que tinham o estatuto dos indígenas, que lhes mentiam como subumanos. Essa mesma língua que por séculos serviu para segregar tem agora buscado uma suposta unidade lusofônica que ganhou em 1996 uma instituição responsável por regular e unificar a língua portuguesa. Não há na CPLP uma referência sequer ao processo colonial que impôs aos países colonizados o uso da língua e nem uma menção que há nos países africanos colonizados por Portugal um numero pequeno de falantes do português em comparação as línguas maternas. É manifesto que por mais que a CPLP tenha membros de todas as ex-colônias, ainda assim, é um projeto com fortes aspectos coloniais e com influências romanescas do escritor Brasileiro Gilberto Freyre.

V

OS ANTI-LUSOTROPICALISTAS

O debate sobre o anti-lusotropicalismo é antes de tudo um debate sobre um odioso empreendimento etnocidário, como disse Mario de Andrade. Foi para esse fim que o termo luso-tropicalismo que ganhará estatuto de conceito foi pensado, e aplicado, pelo Estado Colonial português, um conceito que tinha como finalidade esconder sobre sua égide as múltiplas formas de violências praticadas pelos portugueses nas colônias. O luso-tropicalismo ambigualmente, agia, como o paraíso racial e um necro-conceito.

A colonização foi sem sombra de dúvidas o maior empreendimento genocida da história da humanidade. Foram poucos os países europeus que encabeçaram essa empreitada sangrenta, mas com o passar dos anos quase toda a Europa fazia parte desse projeto. Nessa desenfreada busca, para conquistar novos territórios, ou melhor, invadir e saquear esses solos, para dele extrair única e exclusivamente suas riquezas, houve uma extraordinária criatividade para compor essa mortal empreitada.

Instrumentos que outrora eram usados para outros fins foram transformados em armas letais. As penas dos poetas transformaram-se em afiadas adagas, os sermões dos teólogos em amoladas navalhas, a cruz símbolo de redenção do seu cristo, como muito se sabe, transformou-se em espada; o livro “sagrado” do cristianismo, converteu-se em uma espécie de caixa de pandora do mal, de onde eram retirados de forma triunfante novos ensinamentos para novas torturas. E o diabo teofanizou-se em todos os outros. E assim se constituiu nos europeus, aqueles a quem foi dado o direito divino de matar e os outros (nós) o direito único e exclusivo de ser eliminado. Contudo, cabe apontar que a violência comprovadamente existia entre os povos africanos antes do processo de colonização. Não reconhecer isso, é também, negligenciar a historicidade destes povos. Ocorre, que com a expansão colonial portuguesa a violência se estabelece como mecanismo de dominação com o intuito de subjuga-los, utilizando estratégias pautadas na desumanização. O que torna a violência praticada pelos colonizadores um acontecimento histórico, cujas marcas podem ser percebidas até os nossos dias.

O rastro de destruição que chegou ate os dias atuais, o que hoje apenas apontamos como desigualdades sociais de alguns grupos étnicos, inferioridades econômicas de países terceiro-mundistas, que lutam para agradar e estabelecerem-se sobre o mesmo jugo, da

devastadora fome que assola o mundo, das grandes ondas de migrações que vem ocorrendo... Todos esses fatos tem uma mesma origem, o passado colonial. Passado este, que vem sendo escamoteado, empurrado para debaixo do tapete da história, através de um projeto em conjuntos de múltiplas instituições, e a ciência encabeçou esse projeto.

A ciência produzida no primeiro mundo como já citado produziu um olhar eurocêntrico sobre o mundo. Como nos aponta Almé Cesaire em seu clássico texto *Discurso Sobre o Colonialismo*, “Gobineau dizia: ‘só há história branca’ o senhor Caillois por sua vez, constata: só há etnografia branca” (CESAIRE, 1954, p.60). E há um lugar mais que especial para a antropologia na consolidação desse projeto.

A antropologia seguindo a esteira do filosofo Hegel que havia afirmado categoricamente que a África não tinha história, construiu uma temporalidade estanque como nos informa Johannes Fabian:

Em lugar algum ela se mostra mais claramente vivível, ao menos assim que procuramos por ele, do que nos usos que a antropologia do tempo faz quando se esforça para construir seus próprios objetos – o selvagem, o primitivo, o outro. É pelo diagnóstico do discurso temporal da antropologia que se redescobre o óbvio, ou seja, que não há conhecimento sobre o Outro que não seja um ato temporal, histórico, político (FABIAN, 2013, p. 39-40).

Para todos os não europeus (entendendo aqui como não europeus, os povos indígenas, os negros do continente africano e negros da diáspora, os asiáticos e os indianos), restou a categoria de *Outros*. Consigo perceber que o autor-Freyre fez uso do lugar de antropólogo no início da década de cinquenta produzindo um longo diário de campo, utilizando estratégias clássicas da antropologia, atribuindo uma temporalidade para suas análises das colônias portuguesas.

Cabe salientar, que a prática unilateral que tendemos em fazer, ao acusarmos apenas europeus e nortes-americanos de produzirem obras etnocêntricas, é bastante equivocada. Pensadores de países tidos como subalternos também contribuíram para esse colossal projeto, o qual podemos chamar de ocidental, como por exemplo, o escritor Gilberto Freyre. E confirmando mais uma vez a crítica produzida por Almé Cesaire, a antropologia, “é o ocidente que faz a etnografia dos outros, não os outros que fazem a etnografia do ocidente.” (CESAIRE, 1954, p.60).

O raio de alcance dessa nova tecnologia discursiva colonial - o luso-tropicalismo - pode ser sentido em todas as colônias portuguesas especificamente em: Angola, Moçambique e Cabo Verde, e foram dessas colônias que também vieram as primeiras críticas. O primeiro grande crítico do luso-tropicalismo foi o intelectual angolano Mario Pinto de Andrade que no contexto da aparição do luso-tropicalismo escreveu um artigo intitulado *Qu'est-ce que 'le tropicalismo?* (O que é luso-tropicalismo?), escrito com o pseudônimo de *Fele Buanga*. Mario Pinto apontava para a inconsistência teórica do luso-tropicalismo evidenciando que era incongruente a aplicação do conceito nos países africanos já que a mestiçagem era bastante pequena.

Segundo o professor João Medina, Mario Pinto de Andrade recorreu ao censo populacional de Moçambique do ano de 1955 para questionar a suposta mistura, ou melhor, a suposta mestiçagem pregada por Freyre:

Pinto de Andrade socorre-se do censo populacional de 1955 em Moçambique, observando que, numa população total de 5.732.317 habitantes, seriam europeus 18.213 (portugueses: 15.599), chineses 1.613, indianos 12.630, mestiços 12.630 e nativos “não civilizados” ou “indígenas” 5.640.363, restando ainda os nativos ditos “civilizados” ou “assimilados”: apenas 4.349. A crueza destes números oficiais desmentia a tão apregoada assimilação ou mestiçagem, e deles se podia concluir que a exploração econômica daquela colônia lusa na África oriental repousava essencialmente nos tais 5.640.363 nativos negros “paralisados por um estatuto particular” (MEDINA, 2000, p.52).

Seguiu se baseando em censos demográficos de outras colônias para embasar sua crítica a teoria da mestiçagem:

Na Guiné-Bissau, por exemplo, os assimilados eram 1.478 em 510.777 habitantes, e em Angola, se a população total era de 4.145.266 habitantes, os negros seriam 4.036.687 e os assimilados apenas 30.089. As estatísticas oficiais demonstravam, deste modo, a debilidade do fenômeno da *mestiçagem*. E se, em Angola, de 1940 a 1950, a população branca aumentara 79%, a indígena crescera apenas 10% (10). (IDEM, p.53)

Mario Pinto de Andrade (1998) alegava que a falta de consistência da sociologia produzida por Gilberto Freyre em solos africanos se dava porque Freyre se recusou a olhar a

especificidade da colonização portuguesa em África preferindo usar a experiência brasileira para analisar a realidade africana. A realidade da mestiçagem brasileira segundo Andrade (1998) se deu pela falta de mulheres Brancas nos primórdios da colonização brasileira. Ponto que voltaremos mais adiante.

Seguindo na esteira da crítica produzida por Mario Pinto de Andrade ao Luso-tropicalismo temos também o proeminente intelectual e líder político Amílcar Cabral que não poupou críticas ao pensador Brasileiro, como nos descreve a pesquisadora Thais Pimentel Cabral em sua dissertação intitulada: *O luso tropicalismo reflexões sobre a cultura política luso-brasileira*:

Criou-se um mito com todas as peças. E como todos os mitos, sobretudo quando eles dizem respeito à dominação e exploração dos povos, não lhe faltou o ‘homem de ciência’, no caso um sociólogo renomado, para dar-lhe uma base teórica: o lusotropicalismo. Gilberto Freyre confundiu, talvez involuntariamente, realidades (ou necessidades) biológicas e realidades sócio-econômicas, históricas, e fez de todos nós, povos das províncias colônias portuguesas, os bem-aventurados habitantes do paraíso tropical. (PIMENTEL, 2010, p. 68).

Cabral fez uma leitura bastante coerente da proposta nefasta do luso-tropicalismo em transformar todos os povos em uma unidade transnacional. E também acertou em cheio sobre o uso do colonialismo, do lugar de homem de ciência que Gilberto Freyre gozava no período da sua viagem as colônias.

A professora da Universidade Agostinho Neto em Luanda, Maria Conceição Neto em um texto intitulado: *Ideologias, Contradições e Mistificações da Colonização de Angola no Século XX*, do mesmo modo, produziu uma crítica ao luso-tropicalismo. A autora nos apresenta como mesmo depois de quatro décadas acadêmicos insistem em manter viva a máxima luso-tropical. E segue nos apontando como a história, a literatura produzida em Portugal ainda insiste em manter viva pressupostos infundados.

No Brasil, até onde a pesquisa me deixou caminhar, o trabalho que apresentou ainda que de forma modesta, uma crítica ao luso-tropicalismo e sem ser anacrônico²⁴, foi o trabalho

²⁴ Alguns pesquisadores atribuírem as críticas feitas pelo Sociólogo Guerreiro Ramos ao pensamento de Gilberto Freyre como uma crítica ao luso-tropicalismo. Mas as críticas que realizou ao escritor Freyre foram pensadas dentro do contexto Brasileiro não africano.

do professor Omar Tomaz: *Ecos do Atlântico Sul*. Em poucas linhas ao tema o autor conseguiu trazer boas questões.

É possível verificar a ausência de críticas consistentes sobre a interpretação do Brasil feita por Gilberto Freyre por parte de intelectuais africanos. De modo contrário, conseguimos verificar críticas mordazes ao luso-tropicalismo, ratificando o fato de que a ruptura de intelectuais africanos com alguns dos postulados Freyrianos, se deu apenas no contexto da aparição do luso-tropicalismo. Entretanto, houve, ao que parece, por parte de muitos africanos uma continuidade, ou melhor, uma espécie de afiliação aos pressupostos da *Casa-Grande* de Freyre, talvez por isso, parte das críticas africanas ao luso-tropicalismo deixam intacta a ideia de Brasil.

Gostaria de apontar alguns desses motivos da ausência dessas críticas. A exemplo de Angola podemos destacar dois pontos: a relação dos angolanos com imigrantes brasileiros vindos de Pernambuco compondo um dos poucos grupos de imigrantes livres que constituiu a sociedade Angolana. Essa relação de Angola e Brasil vem desde o século XVII como nos apresenta a professora Maria Neto: “as estreitas relações históricas entre Angola e Brasil do sec. XVII ao sec. XIX, nomeadamente as ligações Pernambuco-Luanda e, mais tarde, Rio de Janeiro-Benguela. (NETO, 2007, p.330).

Outro ponto que seduziu os angolanos ao deslumbre da obra *Casa-Grande*, foi a imagem produzida por Freyre do Brasil. Um Brasil regionalizado, ou melhor, um Brasil nordestino. “O Gilberto Freyre de Casa grande e senzala seduziu intelectualmente não poucos leitores angolanos, que viram traços comuns na realidade nordestina e numa certa Angola litorânea (Luanda e Benguela).” (NETO, 2007, p.330).

Os Cabo-verdianos também louvaram a aparição da obra *Casa-Grande & Senzala*, como escreveu Taciana Almeida Garrido de Resende em seu artigo “*Colonialismo e Cabo Verde: discussões sobre a colonização portuguesa na África (1950 e 1960)*”:

Para essa construção culturalista para Cabo Verde, a obra de Gilberto Freyre foi fundamental. Desde a publicação de *Casa Grande & Senzala*, em 1933, os intelectuais caboverdianos acompanharam de perto a produção do sociólogo pernambucano, exaltando-a na imprensa local, como demonstra o artigo do cabo-verdiano claridoso Henrique Teixeira de Sousa, de 1951: “o entusiasmo foi tanto que houve quem dormisse com *Casa Grande & Senzala* na banquinha de cabeceira, e o manuseasse com o mesmo fervor com que os crentes leem as Sagradas Escrituras”. (RESENDE, 2014, p.190-191)

Os motivos foram outros, é claro. Muitos cabo-verdianos encontraram na obra de Freyre um suporte para enaltecer a miscigenação e os Portugueses. Dentre esses podemos destacar: Manuel Lopes, Baltasar Lopes, Jorge Barbosa e João Lopes. Esses intelectuais fundaram uma revista entre 1936 e 1960 chamada de *Claridade*, que tinha como objetivo divulgar as ideias desses pensadores. Com o passar dos tempos ficaram conhecidos como *movimento claridoso*. Os textos versavam sobre a vida no arquipélago, aspectos sociais, e sua relação com Portugal e com o Brasil.

Esses mesmos intelectuais eram correspondentes de uma revista portuguesa em que escreviam sempre de forma elogiosa sobre a colonização portuguesa. Portugal se valia muito desta complacência para justificar a ausência de racismo em todas as colônias usando, como sempre, o exemplo de Cabo Verde. Havia dissidência desse pensamento entre intelectuais cabo-verdianos, como por exemplo, o Almícar Cabral e outros africanos, como Mario Pinto de Andrade que criticaram duramente a postura dos *claridosos*.

A mudança de olhar, se é que podemos assim chamar, em relação ao pensamento de Gilberto Freyre se deu depois da visita do escritor a ilha. Quando Freyre teceu críticas a cultura cabo-verdiana principalmente a língua crioula. A partir desse incidente Baltazar Lopes escreveu uma crítica-desabafo, a qual não classifico como um anti- lusotropicalismo.

Pensando o ponto não abordado pelos africanos, que diga-se de passagem não aconteceu por não conhecerem a realidade brasileira, à obra *Casa Grande*, é possível afirmar que essa crítica inicial não se figura como crítica ao luso-tropicalismo, como supracitado. É importante não confundirmos as críticas realizadas por africanos às obras formadoras do pensamento brasileiro, com críticas ao luso-tropicalismo. Reafirmando a tese que venho apresentando no corpo desse trabalho, de que não há continuidade entre as máximas da *Casa-Grande* e do luso-tropicalismo, ou ainda, de que não há luso-tropicalismo em *Casa-Grande*, pretendo apresentar uma crítica, no sentido de tentar sanar a lacuna deixada pelos africanos quando falamos das obras produzidas antes da década de cinquenta.

Sabemos que existe uma tradição de autores que criticaram o pensamento propagado por Gilberto Freyre e sabemos também que esses autores foram e ainda são marginalizados dos cânones do pensamento social brasileiro. A Grande ausência de críticas da maioria dos autores que compõem os ditos cânones do pensamento social em relação às ideias de Brasil pensado por Freyre se deu e ainda se dá, porque muitos de seus autores foram e continuam

sendo membros da *Casa-Grande*. É confortável pensar o Brasil da sacada da Casa-Grande, da varanda dos sobrados. Escrever livros sobre aquilo que nos une, ou o que faz do Brasil, Brasil.

Casa-Grande representa não apenas o lugar de origem de muitos dos principais autores brasileiros, representa a manutenção de um projeto de nação, de ciência, e de exclusão.

Como nos disse Audre Lorde: “pois as ferramentas do senhor nunca vão dismantelar a casa-grande Elas podem nos permitir temporariamente vencê-la no seu próprio jogo, mas elas nunca nos permitirão trazer à tona mudança genuína” (LORDE, 1997,p.4).

Mas, esta crítica se dá de outro lugar, muito mais perto do chão, ou ainda, dos porões sem sacadas, sem janelas, muitas vezes distantes dos olhos e mais perto dos ouvidos. Fazendo frente a valorização da arquitetura, como nos propôs Gilberto Freyre essa crítica vem da herança das senzalas dos barracos, das casas de alvenarias vem da margem. Venho trabalhando não para vencer a *Casa-Grande* em seu próprio jogo, até mesmo, porque não conhecemos todas as regras desse jogo e todas as vezes que achamos que estamos vencendo, o jogo muda e continuamos acreditando que se continuar a jogar um dia venceremos. Trabalho tendo em mente mudanças genuínas, não mudanças macros, revoluções, mais mudanças micros, curtos-circuitos, brechas que acredito só ser possível em lugares outros.

Entretanto, depois de examinar a sua “grande obra” gostaria que alguém me apontasse a suposta valorização do negro e do indígena na sua obra. Não vejo mérito em trazer para sua literatura esses sujeitos, da forma que o fez o Gilberto Freyre. Que negro e índio são esses nos escritos de Freyre? Que cultura é essa? Devemos ser gratos pelo simples fato de citar traços distorcidos da nossa história? Devemos aplaudir por sermos lidos como mais uma das muitas máquinas de engrenagem de tração como, tais como os bovinos²⁵?

A partir da publicação desse livro diferente do que se pensa, não passamos a ser vistos, não passamos a ter nossos nomes reconhecidos: passamos sim, a desaparecer. Porque segundo Freyre “todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma quando não na alma e no corpo - [...] a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro. ” (FREYRE, 2003, p.367). Deixamos de ter nossas idiosincrasias, para nos tornarmos plurais – brasileiros. “[...] Como brasileiros, senão um povo por excelência antissegregacionista: querer o

²⁵ Os escravos vindos das áreas de cultura negra mais adiantada foram um elemento ativo, criador, e quase que se pode acrescentar nobre na colonização do Brasil [...] longe de terem sido apenas animais de tração e operário de enxada, a serviço da agricultura, desempenharam uma função civilizadora. Foram a mão direita da formação agrária brasileira. (FREYRE, 2003, p.390)

segregacionismo siga a mística da “branquitude”, querer que siga o mito da “negritude”. Ou o da “amarelitude”. (FREYRE, 2010, p.171).

Agora somos todos mestiços. Ser mestiço é pertencer a um novo espécime: “porque a mestiçagem é sobretudo isso: ‘mobilidade social horizontal’; mobilidade social vertical. E na sua fase ativa, pode-se acrescentar que também mobilidade biológica, ou seja, aquela criação de uma variedade de tipos novos” (FREYRE, 2010, p. 35). Por outro lado, nós os negros passamos a ser exclusivamente seres biológicos aptos ao sexo²⁶ nos trópicos²⁷, seres instintivos que exalam o odor do prazer ao ponto de existirem Brancos que só conseguem gozar se for com negras.²⁸ Ora! o que difere esse olhar dito cultural de Freyre das teorias raciais?

O antropólogo e professor Osmundo Pinho em seu artigo: *Lutas culturais: relações raciais, antropologia e política no Brasil*, dialogando com Mariza Correia, nos apresenta uma resposta:

Raça e cultura participam assim de um mesmo *continuum* estratégico inserido no movimento mais amplo de acomodação entre uma elite branca, ou orientada por valores simbolizados como brancos e ocidentais, e a grande maioria da população, em um ambiente de modernização. Repetido através de suas mutações, vemos o mesmo movimento de incorporação de uma população inoculante como um mal interno transformado de tabu em totem por uma elite antropófaga. Essa passagem parece tornada possível justamente pela mutação mulata da natureza (raça) em cultura.

A raça agora culturalizada não precisa mais de desculpa para se fazer crescer na tessitura social. Os negros têm ritmos no sangue, temos a ginga, não é mesmo? A mulher negra brasileira é diferente, ela é quente, e fogosa, há! Não posso esquecer que as negras são boas parideiras. Não é por tudo isso que Salvador é a terra da alegria? Porque se somos todos iguais não temos motivos para tristezas.

²⁶ O europeu saltava em terras escorregando em índia nua; os próprios padres da companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne, muitos clérigos, dos outros, deixaram-se contaminar pela devassidão. As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. (FREYRE, 2003, p.161)

²⁷ Pode-se juntar, a essa superioridade técnica e de cultura dos negros, sua predisposição como que biológico e psíquico para a vida nos trópicos. Sua maior fertilidade nas regiões quente (FREYRE, 2003, p. 370)

²⁸ Conhecem-se casos no Brasil não só de predileção mas de exclusivismo: homens brancos que só gozam com negras (FREYRE, 2003, p. 368)

Gostaria de continuar com as consequências da mestiçagem. Vamos ver quão nefasto foi e ainda é para as mulheres os frutos da grandiosa obra *Casa-Grande*. Neste sentido, insisto na polaridade entre brancos negros e índios, e antes que me perguntem o porquê, antecipo algumas colocações. Como disse Pinho (2004): “É obvio e auto-evidente que sem raça não pode haver miscigenação” (p.101). Mas, antes da formação do produto final - o mestiço – houveram serias consequências para as mulheres que geraram esse suposto ser superior, mais adaptado e cabe lembrar que essas mulheres não eram brancas.

Todo ato de mistura entre brancos e índias e entre brancos e negros, quase em sua totalidade se deu através de um ato de abuso, transgressão. Há uma romantização Freyrana nesses atos. Quando Freyre diz que a primeira colonização se deu por meio da sífilis ou nas palavras do autor “a sifilização do Brasil resultou, ao que parece, dos primeiros encontros, alguns fortuitos, de praia, de europeus e índias” (FREYRE, 2003, p. 111). E segue argumentando que “bem ou mal nela é que madrugou essa sociedade. ” O que está dito, porém suavizado, é que foi do abuso e milhares de mortes de índias que essa mistura se iniciou. A sífilis e outras doenças transmissíveis destruíram comunidades inteiras.

Entre as negras, além das doenças, houveram alguns outros agravantes. Não quero com isso, dizer que as índias sofreram menos, todavia quero enfatizar as especificidades da mestiçagem. Freyre nos apresenta inúmeras atribuições para as negras, foram elas que contribuíram para a precoce devassidão do menino branco, retirando sua pureza e lhe iniciando na concupiscência da carne²⁹, foram elas com seu cheiro de suor que magnetizavam os meninos brancos para lhe buscar seu leite durante a noite.³⁰Nas palavras de Freyre as negras brasileiras envelheciam mais mantinham a concupiscência, a devassidão típica de mulheres mais jovens³¹ sendo as mais jovens o símbolo da sexualidade brasileira. A mulher negra brasileira foi hipersexualizada, não apenas em *Casa-Grande*, mas em outras obras deste autor.

Estas são evidências que não gostaria de demonstrar, mas de fato, estão presentes nos escritos de Freyre envolvidas em um ar romanesco, que figura boa parte do estilo de escrita deste autor. Nos escreve que as negras eram doces, boas mucamas, boas amas de leite e com o

²⁹ “Ninguém nega que a negra ou a mulata tenha contribuído para a precoce depravação do menino branco da classe senhoril[...].” (FREYRE, 2003, p.457)

³⁰ Outro caso curioso refere entre sério e gaiato o padre-mestre: o de meninos, estes brancos e de família, que se habituaram a ir para a cama, embriagando-se antes do cheiro do socavo; vício talvez adquirido quando crianças de peito, nos braços da mãe preta (FREYRE, 2003, p.458).

³¹ Parece que as negras não ficam velhas tão depressa, nos trópicos[...]. Uma preta quarentona é ainda uma mulher apenas querendo ficar madura; ainda capaz de tentações envolventes (FREYRE,2003, p.530)

contato com as sinhazinhas se iniciavam nos mistérios do amor. As negras eram segundo Freyre, biologicamente diferentes das mulheres brancas e acreditava que talvez estivesse aí o seu pendor para o sexo.

Contudo, gostaria de apontar um último ponto sobre a “nossa” tríplice formação que possibilitou a superioridade intelectual do povo brasileiro, nas palavras de Freyre, “eugenicamente superior.” Cabe ressaltar o interessante fato de que esta tal superioridade foi transmitida em geral aos descendentes branco, o que possibilitou entre estes, vantagens sociais, culturais, intelectuais e de riquezas. Logo no momento da suposta superioridade da raça, Gilberto Freyre deixou o negro e o índio de fora, sobrando apenas o lugar para os mestiços que só herdaram a suposta superioridade por causa dos genes dos brancos³².

Sobrou para nós negros e indígenas, nessa tríplice “aliança”, sermos os braços fortes dos senhores na engrenagem que move essa terra, sobrou para nós a falta de terra, os presídios e sobre este último, é possível afirmar utilizando os dados do relatório INFOPEN-Levantamento Nacional de Informações penitenciárias, que o Brasil conta com uma população carcerária de 726.712 pessoas, ocupando a posição do terceiro país com o maior número de presos no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da China, estima-se que 75% dos prisioneiros em regime fechado são negros, sendo as regiões norte e nordeste as que comportam o maior índice de negros encarcerados, 80% e 83% respectivamente. Sobrou para nós os extermínios sistemáticos, o que pode ser confirmado nos estudos do IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada que verificou em nota técnica sobre a violência no País em 2016 que um indivíduo afrodescendente possui probabilidade significativamente maior de sofrer homicídio no Brasil, quando comparado a outros indivíduos. E tal probabilidade é maior no período da juventude (entre 15 e 29 anos). De acordo com este Instituto, aos 21 anos de idade, se estabelece o nível mais elevado de chances de um indivíduo ser assassinado por aqui, e neste momento pretos e pardos possuem 147% a mais de chances de serem as vítimas em comparação a indivíduos brancos, amarelos e indígenas. Para nós sobrou ordenadamente a

³² Acresce que a atividade patriarcal dos padres, embora exercida, muitas das vezes, em condições morais desfavoráveis, trouxe à formação do Brasil a contribuição de um elemento social eugenicamente superior. Homens das melhores famílias e da mais alta capacidade intelectual. Indivíduos educados e alimentados como nenhuma outra classe, em geral transmitiram aos dependentes brancos e mesmos mestiços, essa superioridade ancestral e de vantagens sociais. Inclusive a da cultura intelectual e a de riqueza. É o que explica tanto filho de padre, cuja ascensão social, quanto branco ou mestiço claro, tem se feito sempre com grande facilidade abrindo-se para eles as profissões e carreiras mias nobres, ao mesmo tempo que os casamentos no seio das famílias mais exclusivas. (FREYRE, 2003, p.535).

margem. Ser negro ou indígena no Brasil é viver exilado em seu próprio país é viver sabendo que para nós não há pena de morte, mais sim, morte sem pena.

Porém não é essa imagem de Brasil que chegou para o mundo. O Brasil de Freyre é o Brasil do carnaval, do futebol, o Brasil da alegria, o Brasil da igualdade de gênero, de raça, o Brasil é o único país do mundo em que o catolicismo é genuinamente inter-religioso onde não há diferença religiosa.

Permitam-me contar um caso ocorrido a alguns meses atrás, que retrata bem a imagem construída por Gilberto Freyre. Estava em um evento internacional para falar sobre minha pesquisa a respeito da IURD- igreja universal em Moçambique. Tinha sido convidado por uma amiga que havia organizado o evento e era a primeira vez que tal evento iria ocorrer em solo baiano. Aceitei o convite que na verdade era um verdadeiro desafio! O evento era no campo da história e eu era o único antropólogo ali presente. Outro ponto bastante relevante era que tinham apenas quatro negros. O evento versou sobre as missões em África. Mas, mais uma vez, os negros eram em um evento o famoso *negro tema*, como disse Guerreiro Ramos.

Vamos ao acontecido. Horas antes da minha apresentação, resolvi mudar a minha exposição. Passei a reescrever minha fala... Depois de algum tempo tinha um novo rascunho. Minha fala caminhava para um conjunto de questões que vinham me acompanhando sobre os estudos Brasil-Moçambique, e com ela esperava receber críticas e indicações que me possibilitassem refazer, ou reorientar novos caminhos de pesquisa.

Falei sobre a Igreja universal e suas estratégias de evangelização. Em seguida apresentei minha pesquisa de mestrado e tentei demonstrar qual lugar a África ocupava em minhas pesquisas. Dizia eu: não me vejo como um pesquisador que pesquisa sobre a África, mas sim, um pesquisador que olha para a África na busca de pensar o Brasil. Nesse instante falei de como foi importante olhar para a IURD em Moçambique para ver o Brasil. E como estava sendo importante da mesma forma, olhar para o Luso-tropicalismo de Gilberto Freyre em África para rever o Brasil. Nesse instante fui de forma grosseira interrompido por uma professora portuguesa que de modo militante levantou e disse: “não posso me calar ao ouvir tamanha infâmia sobre o maior pesquisador brasileiro. ” E continuou: “o Brasil é o que é graças a Freyre”.

Retomei a palavra, respirei e lhe apresentei alguns argumentos que justificavam o meu olhar. Falha tentativa. A professora portuguesa não se deu por satisfeita e me buscou após a mesa, oferecendo-se para ajudar em minha pesquisa, que segundo ela, estava indo por um caminho perigoso. Pensei: e não estaria a fala dela indo também pelo mesmo caminho? Este episódio serve e me serviu para ilustrar o imaginário de Freyre ainda no século XXI, em que uma pesquisadora portuguesa se acha no direito de questionar um pesquisador brasileiro apenas pelas leituras que fez dos escritos de Freyre anulando toda a minha vivência.

Penso que se os autores africanos conhecessem o Brasil das senzalas ao invés do Brasil da *Casa-Grande*, talvez acrescentassem, de modo concomitantemente, essa crítica junto a crítica luso-tropical.

Apenas reiterando o já dito, o luso-tropicalismo é antes de qualquer definição, um instrumento sofisticado de morte que sobre o véu de ciência serviu como cortina de fumaça para escamotear as atrocidades praticadas pelas políticas coloniais. A crítica ao luso-tropicalismo que tento desenhar neste trabalho, é antes de tudo uma crítica a ciência e se inicia em torno da esteira de produção e distribuição desse termo - a academia.

Retomando a já citada fala do físico Paul Feyerabend (2007) “a ciência do Primeiro Mundo é uma ciência entre muitas; ao proclamar ser mais do que isso, ela deixa de ser um instrumento de pesquisa e transforma-se em um grupo de pressão política”. (p.22). Esse grupo de pressão política foi o principal responsável pela propagação e disseminação do termo luso-tropicalismo.

A ciência caminhou lado a lado de todas as atrocidades produzidas na história. Tema bastante presente nas obras do filósofo Michel Foucault³³, nos escritos de Georges Canguilhem³⁴ e por Paul Feyerabend.³⁵ Da mesma forma a ciência caminhou no contexto do Estado Novo legitimando sobre a sua égide as atrocidades coloniais. Há um grande debate que indaga se a ciência deve seguir livre ou se deve seguir com a intervenção do Estado. Mas, de qual ciência estamos falando? Sabemos que a ciência hoje não é mais vista, ou pensada no singular, falamos hoje em dia de ciências, como assinala Feyerabend, respondendo a pergunta “A - o que é ciência?”

³³ Ver Michael Foucault em *As palavras e as coisas*(2007) e *Arqueologia do saber*(2014).

³⁴ Ver Georges Canguilhem em *O normal e o patológico* (2011)

³⁵ Ver Paul Feyerabend em *A ciência em uma sociedade livre* (2011).

A pergunta A não tem apenas uma resposta, mas muitas. Cada escola na Filosofia da Ciência dá uma descrição diferente daquilo que é Ciência e como ela funciona. Além disso, há descrições feitas por cientistas, políticos e pelos chamados porta-vozes do público geral. Não estamos muito longe da verdade quando dizemos que a natureza da Ciência ainda está envolta em escuridão. (FEYERABEND, 2011, p. 92)

Mesmo sem uma clara e evidente definição, a ciência da qual aqui estamos nos referindo se mantém-se vinculada, ou herdeira direta, da clássica ideia de ciência no singular, com letra maiúscula, única e detentora da verdade. Essa ciência que ocupou o lugar da Igreja. “A excelência da ciência é presumida, ninguém argumenta a seu favor. Aqui cientistas e filósofos da Ciência agem exatamente como defensores da Uma Única Igreja Romana agiam antes deles: a doutrina da Igreja é verdadeira, tudo o mais é um absurdo pagão. (FEYERABEND, 2011, p.92).

Depois que houve um rompimento oficial da Igreja com o Estado no Brasil houve quem ocupasse seu lugar - a ciência. Esse casamento entre Estado e ciência no Brasil foi tão profícuo que dificilmente encontraremos onde termina um e inicia o outro. O que cabe nesse momento, é apresentar de forma ordenada a falha da produção dita científica de Gilberto Freyre e evidenciar como as lacunas foram protegidas e camufladas pelo Estado, tendo em vista que o que havia sido propagado interessava diretamente ao Governo.

Depois de receber do Estado brasileiro o estatuto de verdade, as doutrinas gilbertinas puderam ser usadas com selo de cientificidade pelo Estado português. Posto isso, cabe remontar um pouco da institucionalização do fazer científico, lembrando que a relação Estado & Ciência se solidificou apenas com a chegada da família real no Brasil em 1808 com a criação da escola baiana de medicina, que em muito produziu discursos que fortaleceram essa relação. Todavia, como o intuito aqui não é apresentar uma genealogia da relação Ciência e Estado no Brasil passarei, conforme estabelecido acima, para a relação constituída no contexto da produção do livro *Casa-Grande* até o contexto da década de 60 com os usos do Estado português da produção do escritor brasileiro.

Alguns historiadores da ciência apontam que o marco da implantação das atividades de pesquisa científicas no Brasil se deu nas décadas de 30, 40, e 50. Em 1931 temos a criação do instituto das universidades brasileiras, entre 1933 e 1934 temos a criação da Universidade de São Paulo a USP que foi cercada dos debates políticos daquele momento, início da era Vargas. Entre os opositores do regime varguista estava o ex-aluno da escola politécnica de

São Paulo Armando de Salles Oliveira que encabeçou a criação da USP. Armando Oliveira seria candidato a presidência do Brasil no ano de 1938, porém isso não aconteceu porque Vargas deflagrou um golpe de estado em novembro de 1937 instalando o Estado Novo.

Armando Oliveira, seu cunhado Julio César Ferreira de Mesquita Filho e seu amigo Fernando de Azevedo, Theodoro Augusto Ramos foram os intelectuais que em encabeçaram a criação da universidade de São Paulo, todos políticos brasileiros que acabaram por fazer frente a Vargas usando a USP como base. Getulio Vargas buscou como aliado o pernambucano Gilberto Freyre o convidando para assumir o ministério da saúde e educação. Freyre não aceitou o convite, mas não sabemos os reais motivos. Sabemos, entretanto, que Freyre e Vargas mantiveram uma relação muito próxima.

A obra *Casa-Grande* serviu como base para a política centralizadora de Vargas no período da implantação do Estado Novo. Como nos informa Gustavo Rodrigues Mesquita:

Trata-se de diagnosticar os efeitos da participação de G. Freyre em um conjunto articulado de instituições sobre a modernização. Para tanto, deve-se compreender que a experiência participativa estava inserida no contexto mais amplo referente à constituição da estrutura do mercado central de postos públicos no Brasil moderno, processo realizado pelo regime de Vargas no qual se consolida a tradição de recrutamento de intelectuais pelo Estado para atuarem *além* do campo intelectual propriamente dito, isto é, para servirem, direta ou indiretamente, ao trabalho de dominação na nova ordem em construção. (MESQUITA, 2012, p.129)

Essa cooptação pelo Estado varguista não se deu apenas com Gilberto Freyre mas com outros intelectuais e escritores. Muitos transformando-se em servidores do Estado ou como denominou Sérgio Miceli, funcionários-escritores. Cabia a esses funcionários-escritores e aos que não se prenderam como funcionários, mas mantiveram-se como aliados, produzir a base teórica que legitimasse os interesses do Estado. A partir da relação do Estado com a Ciência (e não a cientificidade da obra) que a obra *Casa- Grande* passou a ser vista e usada como bússola que indicava a direção que o Brasil deveria seguir. Durante mais de uma década foi o Estado varguista que garantiu o estatuto de ciência as obras de Freyre. É por isso, como já foi supracitado em outro momento desse trabalho, que autores que escreveram sobre as obras de Freyre teceram críticas sobre a cientificidade do seu trabalho

Assim Freyre chegou no final da década de 40 como um nos grandes pensadores brasileiros sendo conhecido e respeitado internacionalmente e foi na esteira desta fama de grande pensador e cientista que Freyre cai como uma luva em mais um projeto de Estado. Se

o termo luso-tropicalismo forjado por Freyre não tivesse sido legitimado e patrocinado pelo Estado português e brasileiro, será que teríamos no campo científico, legitimados os seus escritos?

Gostaria de apontar que a ciência nunca foi neutra, a ciência no Brasil muito menos. Não foi os critérios de cientificidade que garantiram as obras de Freyre o estatuto de científico, mas sim os interesses ideológicos de quem legitimava o que deveria ser visto como científico e o que deveria ser entendido como panfletário. Por isso que vejo com espanto os debates sobre uma ciência engajada, porque a ciência sempre foi engajada, o que importa saber é para quem ela servia. No Brasil essa ciência no singular serviu para legitimar um projeto de nação excludente, que negava humanidade a negros, índios e mulheres, mas que usava elementos culturais desses grupos para forjar uma brasilidade. Venho percebendo com as leituras, que desenvolver uma crítica a pensadores requer também desenvolver uma crítica a nossa construção de ciência.

AURORA

Transvalorar o luso-tropicalismo só será possível se antes tranvalorarmos o seu criador. Precisamos proclamar que Gilberto Freyre está morto, assim como *Zaratustra*³⁶ anunciou a morte de Deus. E não basta divulgarmos sua morte, precisamos ser intermitentes nesse projeto homicida e devemos assumir esse homicídio. “É chegada “a hora do grande desprezo”, é chegado o momento de desdenhar tudo o que até então se venerou e, pelo mesmo movimento, afirmar tudo o que até então se negou.” (MARTON, 1999, p.139).

E quando cito Scarlett Marton para desdenhar de tudo o que por tempos veneramos, não quero com isso negar as contribuições dos portugueses, não nego a mestiçagem. Nego a superioridade dos portugueses, nego a ideologia da mestiçagem proposta por Freyre. Nego o uso de sua obra como pedra angular para se entender o Brasil, nego sua perpétua manutenção

³⁶ Personagem de Friedrich Nietzsche, na obra “Assim falava *Zaratustra*.”

como intérprete do Brasil. Como se depois de quase cem anos ainda fosse impossível pensar o Brasil diferente do que se pensou.

Porém, antes de continuarmos com essa dialética das negações e afirmações é importante apresentar o conceito de transvaloração. Podemos dizer com muita segurança, que dentre todos os possíveis lugares que alocaram o filósofo Friedrich Nietzsche, ele também foi o filósofo da transvaloração. Nietzsche propôs transvalorar o dualismo metafísico, a moral, e a própria filosofia. Podemos apontar três formas de transvaloração em seu pensamento. Transvalorar é suprimir, inverter, é criar novos valores.

Ao longo desse trabalho venho pensando a transvaloração como supressão e como inversão não apenas do luso-tropicalismo, mas uma transvaloração de seu criador. Porém nessa breve desfeche gostaria de pensar e apresentar a transvaloração como criação de novos valores. Para que algo seja criado na contramão do que está posto, não basta um: *haja luz!* Devemos construir redes que extrapolem o mundo tão pequeno da academia. Devemos militar neste propósito.

Foi pensando em produzir essa prática que em sua gênese é também teoria, e também depois de participar de uma banca de mestrado na UFPE-Universidade Federal de Pernambuco, como já citei nesse trabalho, que pude perceber que todos os membros da banca tinham muito conhecimento sobre Gilberto Freyre e ver um jovem pesquisador apresentando o trabalho sobre Freyre com bastante apropriação desse autor, tal como os membros da banca, tudo isso em um Estado onde Freyre ainda ecoava como se estivesse vivo, na universidade em que ele havia lecionado e que parecia estar em uma sala ali ao lado; foi também neste contexto que pensei na minha geração, ou ainda, na minha universidade que era tão jovem e estava tão distante dos debates que circundavam esse autor e seu pensamento. Lembro-me que em doze anos o Centro de Arte Humanidade e Letras CAHL/ UFRB apenas uma disciplina havia sido ministrada sobre esse escritor.

Foi a partir desses pensamentos que me atravessavam e dá duvida do alcance tão pequeno dos trabalhos acadêmicos nos últimos tempos, que ainda em Recife resolvi construir um curso sobre Freyre. Passei alguns meses pensando no formato do curso e havia uma preocupação latente, não queria produzir algo que tivesse como objetivo “falar mal de Freyre” mais sim, analisar seus textos, confrontar seus textos a partir de outros textos seu, analisar a conjuntura do surgimento de seus livros, pensar a paratextualidade em seus livros e novas edições.

Em 26 de setembro de 2017 iniciei o curso intitulado: *intérprete do Brasil? Uma leitura crítica de Gilberto Freyre* com carga horária de 20h. O curso tinha como público alvo professores da rede pública, estudantes secundaristas, e estudantes universitários. O objetivo central era para quem não conhecia a obra de Freyre pudesse conhecer, e os que já conheciam pudessem reler a partir de outra perspectiva. O curso foi construído, em sua grande maioria, pensando Freyre por ele mesmo. Freyre é muito comentado mais pouco lido. Tivemos uma aula inaugural ministrada pelo meu orientador o professor Osmundo Pinho que fez uma aula panorâmica sobre Freyre.

Não tivemos um número significativo de inscritos, não tivemos nenhum professor da rede pública e também nenhum aluno da rede pública. O curso foi formado por alunos de graduação e pós-graduação da UFRB e UFBA e em nossas aulas adotamos a seguinte metodologia: os livros foram enviados previamente e os capítulos de cada aula eram indicados e cada membro tinha que apresentar um capítulo e em seguida abríamos um debate. Esperava com o curso, que os participantes pudessem refletir sobre como o pensamento de Freyre permanecia vivo em nossa sociedade, bem como, a importância de lermos seus textos e produzirmos novas críticas. Há quase um ano da realização deste curso senti a necessidade de verificar os reflexos de tudo o que foi discutido durante os encontros, de modo específico, os reflexos das discussões para aqueles participantes cujos interesses acadêmicos dialogavam de algum modo, com possíveis críticas ao pensamento Freyreano. Neste sentido, solicitei destes participantes específicos, que redigissem comentários sobre a experiência no curso. Aspirando poder contar com tamanha disponibilidade estabeleci o contato, e as respostas que obtive me fizeram refletir sobre os caminhos desta dissertação, e do mesmo modo, alimentaram minha compreensão de que práticas como essa figurem caminhos acertados para aquilo que venho defendido neste trabalho: a importância da transvalorização do lusotropicalismo. Assim, e identificando os autores dos comentários com nomes dos países africanos visitados por Gilberto Freyre, apresento nas próximas linhas fragmentos das respostas que obtive. Penso que compartilhar tais respostas neste trabalho seja fundamental, afinal tratam-se de desdobramentos potenciais de uma prática anti-lusotropicalista. Seguem abaixo:

Quando Valdir me convidou para o mini-curso sobre Gilberto Freyre estava, ao mesmo tempo, cursando as aulas da disciplina de Teoria Antropológica, componente curricular das aulas do mestrado em Ciências Sociais. Neste período, durante uma das aulas da disciplina,

especificamente tratando do tópico sobre antropologia urbana, onde, na ocasião o nome de Freyre surge como sujeito que positivou o Brasil sendo colocado como pensador de extrema importância para alicerçar o pensamento social brasileiro, pois, teria sido a partir das suas ideias em torno do processo de miscigenação que o Brasil elabora um perfil consolidado sobre sua identidade nacional. Curiosamente, tendo em vista esse episódio, no mesmo lugar onde as aulas ocorriam, tive a oportunidade através deste mini-curso de perceber também que, o nosso olhar sobre o conhecimento perpassa sobretudo pela nossa posição política e ideológica de mundo. (Angola)

Comentário [2]

Gilberto Freyre é um autor do qual sempre ouvi falar, em especial, o seu famoso livro casa grande e senzala. Reconhecer nos escritos de Freyre muito daquilo que é disseminado nos discursos racistas e machistas em nossa sociedade, foi algo estarrecedor. Nunca senti a necessidade de ler nenhum escrito deste autor, até o momento em que conheci o trabalho do professor Valdir através de um minicurso por ele proferido juntamente com o professor Osmundo, na fundação Hansen. Nesta oportunidade pude reeducar o meu olhar sobre a formação do pensamento social brasileiro e percebi que não basta apenas conhecer o que Freyre escreveu, mas sim, reconhecer as consequências negativas de seus postulados (Moçambique)

Comentário [3]

O curso "Gilberto Freyre, intérprete do Brasil?" teve uma importância significativa na minha formação. Destaco que estava no penúltimo semestre do mestrado, já havia cursado todas as disciplinas da matriz curricular e, nesse processo de formação que culminou na escrita da dissertação, o curso teve um destaque ímpar. Os novos jeitos de olhar a realidade da produção e reprodução do conhecimento acadêmico que a análise dos efeitos do pensamento de Gilberto Freyre para a construção do pensamento da sociedade trouxe mexeu muito com a forma como eu pensava a produção de conhecimento que a academia legitima e o seu impacto na sociedade e na construção dos imaginários. Os diálogos estabelecidos no curso tiveram um papel fundamental na construção da minha dissertação de mestrado, pois, direcionou meus objetivos para pautar críticas e proposições para a construção de conhecimentos críticos, responsáveis e que trabalhem a favor da justiça social. (Cabo Verde)

Devo dizer que a leitura destes comentários provocou em mim um misto de sensações. A princípio a sensação de impotência frente a tamanhas atrocidades que deveriam ser extintas e que estão substancialmente embrenhadas na malha social do Brasil, sobretudo, pela

contribuição dos escritos Freyrianos. Mas atrelou-se a esta sensação de impotência um sentimento de “esperança”. Foi necessário apenas suscitar a leitura crítica de determinadas referências do Gilberto Freyre para que algumas pessoas se atentassem aos perigos ali camuflados, ou para que reforçassem entendimentos críticos que já tinham.

Neste impulso de sensações, ora de impotência, ora de “esperança”, continuo em minhas ações no mundo real e concreto. Seguindo nessa cadeia de ações, venho atuando como professor de sociologia em uma escola quilombola no município de Valença BA. Nesta segunda unidade escolar, escolhi trabalhar com os primórdios da sociologia brasileira, que ficou conhecida como o pensamento social brasileiro. As atividades pertinentes ao tema serão desenvolvidas com as minhas turmas de segundo e terceiro ano. O intuito desta unidade não é construir um olhar distorcido sobre os autores e o período histórico, mas sim, possibilitar um olhar crítico para a sociedade em que vivem.

Devo dizer que imerso em um Brasil “confuso”, em que se propagam idéias de escolas sem partido, será uma tarefa arriscada discutir temas tão caros à manutenção do projeto há muito tempo pensado e consolidado para o Brasil. Contudo, pretendo trabalhar na atividade com estes estudantes secundaristas e quilombolas com as seguintes referências: *Os sertões* do Euclides da Cunha; *Casa-Grande & Senzala* do Gilberto Freyre e *Raízes do Brasil* do Sérgio Buarque de Holanda. Tais autores e tais obras foram escolhidos por seus autores além de construírem uma imagem do Brasil distorcida construíram essa idéia de Brasil forjando antes de tudo uma imagem do nordeste e seu povo. E entender os reflexos desse pensamento será um de nossos principais objetivos. Darei nessa unidade um foco todo especial ao livro *Casa-Grande & senzala* não apenas por vim trabalhando ao longo dessa dissertação, mas por essa obra ter alcançado vãos tão altos. Espero que essas práticas possam alcançar objetivos expressivos e que possibilitem novos valores para esses jovens.

Ressalto, que quando anuncio a morte de Freyre não quero com isso dizer que devemos deixar de ler suas obras, e pôr no índice, ou que devemos negar a existência deste escritor, ou ainda, que devêssemos nem falar de seu nome (como me propôs uma professora). Quando anuncio que Gilberto Freyre está morto, quero com isso propor que sua obra em totalidade seja lida ou relida de forma crítica, quero indicar que não podemos superar o seu pensamento apenas negando seu nome, (até mesmo porque o legado de seu pensamento insiste em permanecer), mas colocando-o no seu devido lugar histórico.

Matar Freyre é pensar em um projeto mais abrangente, é negar seu lugar de autor, é negar uma miríade de pesadores que ancorados em seu projeto político propagam verdades questionáveis tanto no campo filosófico, quanto no campo científico. Matar Freyre é possibilitar que novos olhares surjam, que velhos autores possam compor o pensamento social. É possibilitar que autoras possam compor o campo tão masculino como o campo que determinam os intérpretes do Brasil. Matar Freyre é também profanar esse lugar cativo de membro da santa trindade e anexar no lugar desses ditos deuses seres humanos, que se vejam e se percebam como humanos demasiadamente humanos, como diria Nietzsche. Finalizo esse trabalho com uma dúvida: Até que ponto estamos dispostos a viver uma outra aurora?

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mario Pinto. *Origens do Nacionalismo Africano*. 1997.

ÁVILA, Gabriel. *Epistemologia em conflito: uma contribuição à história das guerras da ciência* / Gabriel da Costa Ávila. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós graduação em História da UFMG. 2011.

BENDER, Gerald J. *Angola Sob o Domínio Português – Mito e Realidade*. 2004

BOAS, Franz. *Antropologia cultural* / Franz Boas; tradução Celso Castro – Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BORGES, Jorge Luis. 1899-1986. *Ficções (1944)* / Jorge Luis Borges; tradução Davi Arrigucci Jr. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CABAÇO, José Luis. *Moçambique: Identidades, Colonialismo e Libertação*. 2007

CABECINHAS, Rosa. Racismo e Etnicidade em Portugal: uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho. 2002.

CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio. In: FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal. 51 ed. Ver. – São Paulo: Global, 2006.

CASTELO, Cláudia. O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933 – 1961) Cláudia Castelo e Edições Afrontamentos. Edição: Edições Afrontamentos / Rua Costa Cabral, 859 / porto, 1999.

_____, Cláudia. Prefácio. In: FREYRE, Gilberto. Um brasileiro em terras. Edição-É realizações, São Paulo. 2010

_____, Cláudia. Prefácio. In: FREYRE, Gilberto. Um brasileiro em terras. Edição-É realizações, São Paulo. 2010

CABRAL, P. Thais. O luso tropicalismo : reflexões sobre a cultura política luso-brasileira. Novas edições acadêmicas/Edição portuguesa-2016.

CÉSAIRE, Aimé. Discurso Sobre o Colonialismo. Editora Sá da Costa. 1ª Edição - 1978.

DELEUZE, Gilles, 1925-1995. O que é filosofia? / Gilles Deleuze, Félix Guattari; tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. – Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992 288p. (Coleção TRANS)

DERRIDA, Jacques. Mal de arquivo - uma impressão freudiana / Jacques Derrida; tradução Claudia Moraes Rego – Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DIOP, Mojmout. A África tropical e a África equatorial sob domínio francês, espanhol e português. In. História geral da África, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília : UNESCO, 2010.

FABIAN, Johannes. O Tempo e o Outro: Como a Antropologia Estabelece seu Objeto / Johannes Fabian; com prefácio de Matti Bunzl; tradução de Denise Jardim Duarte. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

FERRO, Marc, Marc Ferro; História das Colonização: das conquistas às independências, Séculos XIII a XIX . Tradução Rosa Freire d' Aguiar. São Paulo: campanha das Letras, 1996

FEYERABEND, Paul K. Contra o Método / Paul Feyerabend; tradução Cezar Augusto Mortari. – São Paulo: Editora UNESP, 2007.

_____, Paul K. A Ciência em uma Sociedade livre / Paul Feyerabend; tradução Vera Josclyne. – São Paulo: Editora UNESP, 2011.

FOUCAULT, Michel. As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas / Michel Foucault; tradução Salma Tannus Muchail. – 9. Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007. – (coleção tópicos)

_____, A arqueologia do saber. (biblioteca de filosofia contemporânea). Edições 70, Março 2014

_____, A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II. Curso no Collège de France (1983-1984). Tradução: Eduardo Brandão- São Paulo/ Editora WF Martins Fontes, 2011.

FREHSE, Fraya. Os informantes que jornais e fotografias revelam: para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado / Fraya Frehse. 2005.

FREYRE, Gilberto 1900-1987. Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal / Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 51 ed. Ver. – São Paulo: Global, 2003.

_____. Um brasileiro em terras portuguesas / Gilberto Freyre; apresentação de Claudia Castela. Edição-É realizações, São Paulo. 2010.

_____. Uma cultura Ameaçada / Gilberto Freyre; apresentação de José Carlos Venâncio. Edição-É realizações, São Paulo. 2010.

_____. O mundo que o português criou / Gilberto Freyre; apresentação de Vamireh Chacon. Edição-É realizações, São Paulo. 2010.

GEERTZ, Clifford, 1926- A interpretação das culturas / Clifford Geertz. - 1.ed., IS.reimpr. - Rio de Janeiro : LTC, 2008.

HOBBSHAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX : 1914-1991 / Eric Hobshawm ; tradução Marcos Santarrita ; revisão técnica Maria Célia Paoli- — São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

INGOLD, Tim. Antropologia não é etnografia. Tradução: Caio Fernando Flores Coelho e Rodrigo Ciconet Dornelles. 2011.

KUHN, Thomas S. A Estruturas das Revoluções Científicas / Thomas S. Kuhn; tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. – São Paulo: Perspectiva 2009.

LATOUR, Bruno. Ciências em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade a fora / bruno; tradução de Ivone C. Benedetti; revisão de tradução Jesus de Paula Assis. – São Paulo: Editora UNESP, 2000 – (Biblioteca básica)

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos de Nova Guiné Melanésia / Malinowski Bronislaw Kasper; prefacio de Jir James George Frazer; traduções de Anton P.

Carr e Ligia Aparecida Cardieri Mendonça; revisão Eunice Ribeiro Durham. – 2 ed São Paulo: abril Cultural 1978.

Mapa - cor-de-rosa. Disponível em: <http://becreperafitablog.blogspot.com/2016/01/o-mapa-cor-de-rosa-e-o-ultimo-ingles.html>. Acesso em: 08/2018.

Mapa de Moçambique. Disponível em: <https://pt.mapsofworld.com/mozambique/>. Acesso em: 08/2018.

MARTON, Scarletti. *A Morte de Deus e a Transvaloração dos Valores*. 1999.

MEDINA, João. Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colônias portuguesas como alibi colonial do salazarismo. *Revista USP*, nº 45, pp. 48-61, março/maio-2000.

NETO, Maria da Conceição. *Ideologias, Contradições e Mistificações da Colonização de Angola no século XX*. 1997

NEWITT, Malyn. *História de Moçambique / Malyn Newitt; tradução de Lucília Rodrigues e Maria Georgina segurado, Tradução portuguesa de P. E. A*. 1995.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos / Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke*. – São Paulo: editora UNESP, 2005.

PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia / Mariza Peirano*. — Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PINHO, Osmundo. *Lutas culturais: relações raciais, antropologia e política no Brasil / Osmundo Pinho*. 2007

PIÇARRA, Maria do Carmo. *O império contra-ataca: a produção secreta de propaganda feita por estrangeiros para projecção internacional de “Portugal do ultramar.”* Disponível em https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/43036/1/MCP_2016_revista_cimj.pdf . - 2016.

PROJETO UNESCO no Brasil: textos críticos / Cláudio Luiz Pereira e Livio Sansone, organização. - Salvador: EDUFBA, 2007.

RABELO, Fernanda. *Raça, clima e imigração no pensamento social brasileiro na virada do século XIX para o XX / Fernanda Rabelo*. 2007.

RESENDE, Taciana Almeida Garrido. *Colonialismo e Cabo Verde: discussões sobre a colonização portuguesa na África (1950 e 1960)*. 2014.

SAID, Edward. *O Orientalismo: O Oriente como Invenção do Ocidente*. SP, Cia das Letras. 1990.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Racismo no Brasil. 2ª ad.-São Paulo: Publifolha, 2010.

_____, Lilia, Brasil: uma biografia / Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling – 1ª Ed. – São Paulo: Companhia da Letras, 2015.

SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. Revista Afro-Ásia, nº 023- pp. 87-144, UFBA, 2000.